Anuário Estatístico de Palmela

O retrato do concelho em números

2018

Município
Palmela
www.cm-palmela.pt

Ficha técnica

Título
Anuário Estatístico de Palmela: o retrato do concelho em números – 2018

Edição
Câmara Municipal de Palmela

Autoria
Divisão de Organização e Sistemas de Informação – Observatório Económico e Social
Rua General Amílcar Mota, nº 3, 2950-212 Palmela
Tel. 212336681, Email: dosi@cm-palmela.pt

Grafismo
Gabinete de Comunicação

Data de Edição
Maio de 2021

Nota de abertura

Num ano difícil, que exigiu a todos nós coragem e resiliência na adaptação a uma nova realidade, também o serviço público, nomeadamente o autárquico, teve de se reinventar e reajustar as suas funções às necessidades das populações. A Câmara Municipal de Palmela, para além de responder às atuais circunstâncias procura, igualmente, manter os seus compromissos de sempre: uma gestão autárquica próxima do/a cidadão/ã, participada e transparente, a que está subjacente a partilha e a divulgação de informação. É prosseguindo este objetivo, que nos congratulamos de publicar a 5ª edição do Anuário Estatístico de Palmela - 2018, que pretende dar a conhecer não só aos atores locais mas a todos/as os/as interessados/as no nosso concelho, as principais tendências, através do acompanhamento de um conjunto de indicadores de diversas áreas. É pois, nossa expectativa que este documento constitua, não só um instrumento privilegiado de disponibilização de informação, mas também contribua para uma visão mais abrangente e informada dos/as cidadãos/ãs.

Partilho também o desejo de que o concelho nos anos vindouros se paute pelas tendências registadas nas últimas décadas e, particularmente em 2018, um ano que se caracteriza pela evolução favorável em vários domínios, nomeadamente o económico e o social, com grande parte dos indicadores a caminharem no sentido positivo, como seja, por exemplo, a diminuição do desemprego ou um dinamismo económico mais expressivo, que se repercute no aumento do número de sociedades e de postos de trabalho.

Por fim, deixo uma palavra de agradecimento, aos serviços municipais e demais entidades externas, que permitem, através do seu trabalho de recolha e disponibilização de informação, apresentar os resultados contidos nesta publicação.

Presidente da Câmara

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

Apresentação

O Anuário Estatístico de Palmela é constituído por 62 indicadores organizados em cinco grandes áreas temáticas: Sociedade; Planeamento e ordenamento do território; Estrutura económica; Equipamentos coletivos; e Ambiente, que por sua vez estão divididas em subáreas. Cada indicador é ilustrado por gráficos, mapas e/ou tabelas, fazendo-se acompanhar por textos que explicitam conceitos e se analisam tendências. No final de cada área temática, são apresentados quadros de síntese onde se identificam simbolicamente as variações observadas nos últimos anos, conferindo ao documento uma leitura mais direta e objetiva.

Relativamente à cobertura geográfica, mantém-se a opção metodológica de apresentar sempre que possível os valores para a antiga e extinta NUTS III Península de Setúbal, considerando que se trata de um território com características próprias, que integrava o concelho de Palmela e que era utilizada pelo INE como referente comparativo, antes da entrada em vigor da mais recente nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013). Também ao nível das freguesias do concelho de Palmela, não obstante a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, referente à Reorganização Administrativa do Território, que criou a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, sempre que possível opta-se por manter a diferenciação entre as duas freguesias anteriores, a fim de potenciar a comparabilidade dos dados e permitir leituras mais "finas".

A cobertura temporal abrange, preferencialmente, um período de dez anos (2009-2018) ou apresenta a última informação disponível para o indicador, considerando o ano de referência do Anuário. Persistem, no entanto, situações em que é necessário apresentar dados relativos a outros anos de referência, seja em resultado de alterações metodológicas no cálculo dos indicadores (quebras de série), ou por inexistência de informação para anos mais recuados ou mesmo para anos mais próximos (no caso, por exemplo, dos indicadores com origem nos Censos do INE).

Os dados que possibilitam o cálculo dos indicadores que integram o Anuário Estatístico de Palmela são provenientes de um conjunto diversificado de fontes e recolhidos e tratados no âmbito do Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território, projeto mais abrangente que visa o acompanhamento sistemático da evolução de um vasto conjunto de indicadores em vários domínios.

Índice

1. Sociedade 8
Estrutura Demográfica 9
População residente por grupo etário 9
Taxa de natalidade 10
Taxa de mortalidade 11
Taxa de mortalidade infantil 12
Índice de envelhecimento 13
Índice de dependência total 14
Índice de renovação da população em idade ativa 15
Coesão Social 16
Percentagem de pensionistas ativos por tipo de pensão 16
Agregados familiares alojados em habitações arrendadas em regime de renda apoiada 17
Processos de crianças e jovens em situação de perigo, por problemática 18
Percentagem de população beneficiária do Rendimento Social de Inserção 19
Percentagem de população estrangeira residente, segundo a nacionalidade 20
Cultura e Desporto 21
Atletas federados 21
Superfície desportiva útil por habitante 22
Espetáculos por tipo 23
Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes 24
Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico 25
Participação e Cidadania 26
Organizações do Terceiro Setor 26
Taxa de participação em atos eleitorais, por tipo de eleição 27
Educação 28
Crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública por nível de ensino 28
Taxa bruta de pré-escolarização 29
Taxa bruta de escolarização 30
Segurança 31
Taxa de criminalidade por categoria de crime 31
Ocorrências de emergência e socorro, por tipo 32
Síntese 33
2. Planeamento e Ordenamento do Território 34
Atividade Industrial 35
Percentagem da área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor 35
Mobilidade e Transportes 36
Densidade rodoviária por tipo de via 36
Percentagem de pessoas que se deslocam, segundo o modo de transporte 37
Qualidade do Espaço Urbano 38
Percentagem de alojamentos vagos 38
Proporção de edifícios degradados 39
Ritmo de Urbanização 40
Densidade habitacional 40
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar 41
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar 42
Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (área) 43
Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (fogos) 44
Segurança Rodoviária 45
Acidentes rodoviários com vítimas, por tipo 45

Usos do Solo 46
Densidade populacional por perímetro urbano 46
Percentagem de solo ocupado por áreas classificadas 47
Síntese 48
3. Estrutura Económica 49
Dinamismo 50
Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de pessoal ao serviço 50
Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de volume de negócios 51
Taxa de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade 52
Taxa de cobertura das importações pelas exportações 53
Economia Local 54
Produção vinícola declarada em vinho 54
Turismo 55
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes 55
Mercado de Trabalho 56
Percentagem de postos de trabalho por ramo de atividade 56
Taxa de atividade 57
Número de desempregados por sexo 58
Síntese 59
4. Equipamentos Coletivos 60
Equipamentos de saúde 61
Farmácias por 1000 habitantes 61
Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões por 1000 habitantes 62
Percentagem de população inscrita no centro e extensões de saúde, com e sem médico de família 63
Equipamentos educativos 64
Estabelecimentos de educação e ensino públicos 64
Equipamentos sociais 65
Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição 65
Valências sociais por tipo e público-alvo 66
Síntese 67
5. Ambiente 68
Água e Saneamento 69
Percentagem de alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água 69
Percentagem de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos 70
Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 71
Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 72
Qualidade da água para consumo humano 73
Ar 74
Emissões de gases com efeito de estufa per capita 74
Resíduos 75
Percentagem de edifícios com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos 75
Quantidade de resíduos segundo o destino final 76
Riscos Naturais e Proteção Civil 77
Percentagem de área afetada por fogos por tipo de área 77
Ruído 78
Percentagem de população residente em áreas ruidosas 78
Síntese 79

Unidades geográficas utilizadas

Siglas utilizadas

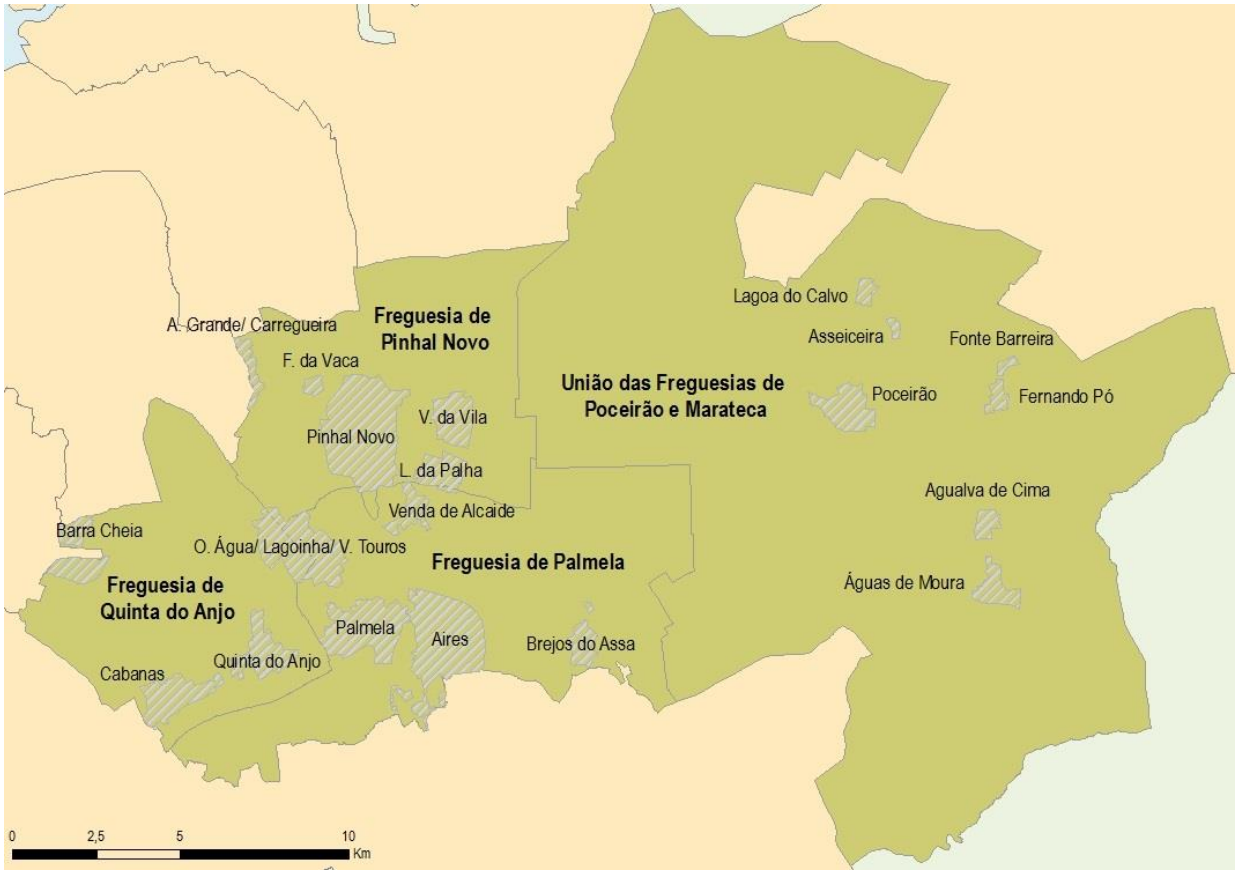
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CMP – Câmara Municipal de Palmela

- DASU – Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos
- DAU – Divisão de Administração Urbanística
- DCDJ – Departamento de Cultura, Desporto e Juventude
- DOLM – Departamento de Obras, Logística e Manutenção
- DECS – Departamento de Educação e Coesão Social
- DOSI – Divisão de Organização e Sistemas de Informação
- GPE – Gabinete de Planeamento Estratégico

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho
MAI – Ministério da Administração Interna
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MJ – Ministério da Justiça
MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Enquadramento

O concelho de Palmela situa-se na península de Setúbal e abrange uma vasta área das bacias do Tejo e do Sado, ficando uma parte do seu território inserido na Reserva Natural do Estuário do Sado, e outra no Parque Natural da Arrábida. Integra ainda a Área Metropolitana de Lisboa, de que é o município com maior área, com aproximadamente 465 km^2. Apesar da sua proximidade com a cidade de Lisboa e do crescimento industrial da Península de Setúbal, Palmela tem conseguido conciliar o desenvolvimento industrial com a preservação de muitas das suas características rurais.



Administrativamente, com a entrada em vigor da já referida Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que impôs a união das freguesias de Poceirão e Marateca, o concelho de Palmela passou a integrar quatro freguesias: Palmela, sede de concelho e centro administrativo; Pinhal Novo, o polo urbano mais dinâmico em termos populacionais; Quinta do Anjo, caracterizada pelo seu património natural que coexiste ao lado de uma forte componente industrial; Poceirão e Marateca, territórios de características mais rurais. A rede urbana do concelho integra 19 perímetros urbanos.

Assim, poder-se-á dizer que o território concelhio é marcado por uma nítida assimetria entre as zonas nascente e poente, constituindo um território de transição entre o meio urbano e o meio rural, apresentando uma heterogeneidade traduzida na existência de áreas territoriais funcionalmente distintas: áreas marcadas pela estrutura agrária de latifúndio; áreas de povoamento disperso associadas à pequena e média propriedade; e áreas de utilização mista.

2018

Sociedade

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

População residente por grupo etário

O indicador apresenta a distribuição da população por grandes grupos etários.

Quadro 1. População residente por grupo etário no concelho de Palmela (nº) – 2012-2018

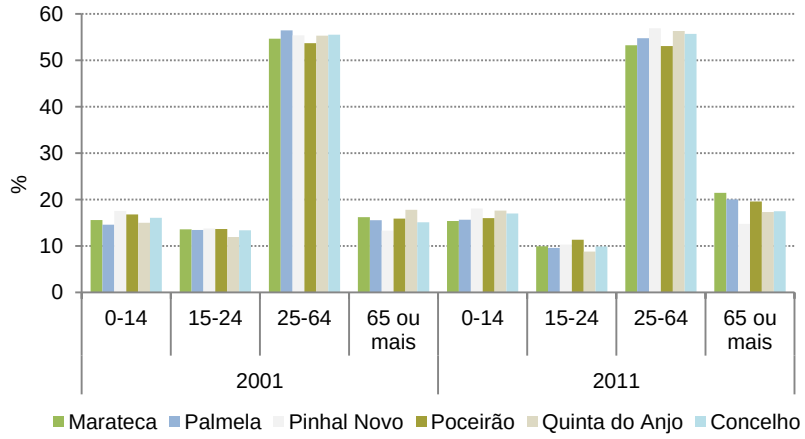
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
0-14 anos	10.974	10.845	10.667	10.433	10.259	10.023	9.809
15-24 anos	6.603	6.665	6.861	7.060	7.167	7.305	7.413
25-64 anos	34.829	34.643	34.664	34.614	34.559	34.597	34.591
65 ou mais anos	11.288	11.599	11.827	12.003	12.161	12.305	12.401
Total	63.694	63.752	64.019	64.110	64.146	64.230	64.214

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Em 2018, as estimativas da população apontavam para 64.214 residentes no concelho de Palmela (menos 16 pessoas que em 2017), que resulta numa taxa de crescimento efetiva negativa de 0,02%. Este decréscimo marca o término de um período de crescimento moderado da população, que subsistiu até 2017.

A distribuição por grupos etários evidencia uma diminuição contínua da população jovem (com menos de 15 anos) e um aumento da população com 65 e mais anos, que em termos relativos, significam 15,3% e 19,3%, respetivamente. Estas características estão associadas à quebra da natalidade e ao envelhecimento populacional.

Gráfico 1. População residente por grupo etário e freguesia e concelho – 2001- 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Entre os dois momentos censitários, a tendência de envelhecimento mantém-se na generalidade das freguesias, com exceção de Quinta do Anjo e Pinhal Novo, que refletem (ainda que com diferenciais distintos) uma superioridade do grupo dos mais jovens relativamente ao dos mais velhos, consequência do rejuvenescimento populacional ocorrido nessas freguesias durante esse período.

Quadro 2. População residente por grupo etário (nº) – 2001-2011

	2001					2011				
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos	Total
Portugal	1.656.602	1.479.587	5.526.435	1.693.493	10.356.117	1.572.329	1.147.315	5.832.470	2.010.064	10.562.178
A.M. Lisboa	396.221	366.806	1.488.777	410.046	2.661.850	437.881	295.043	1.575.110	513.842	2.821.876
Pen. Setúbal	109.645	100.482	402.034	102.428	714.589	123.790	80.223	435.201	140.185	779.399
Conc. Palmela	8.567	7.129	29.606	8.051	53.353	10.680	6.205	34.975	10.971	62.831
Marateca	559	487	1.959	581	3.586	573	370	1.982	799	3.724
Palmela	2.348	2.169	9.093	2.506	16.116	2.735	1.677	9.568	3.501	17.481
Pinhal Novo	3.684	2.889	11.626	2.794	20.993	4.520	2.575	14.221	3.687	25.003
Poceirão	722	588	2.310	684	4.304	761	540	2.525	932	4.758
Quinta do Anjo	1.254	996	4.618	1.486	8.354	2.091	1.043	6.679	2.052	11.865

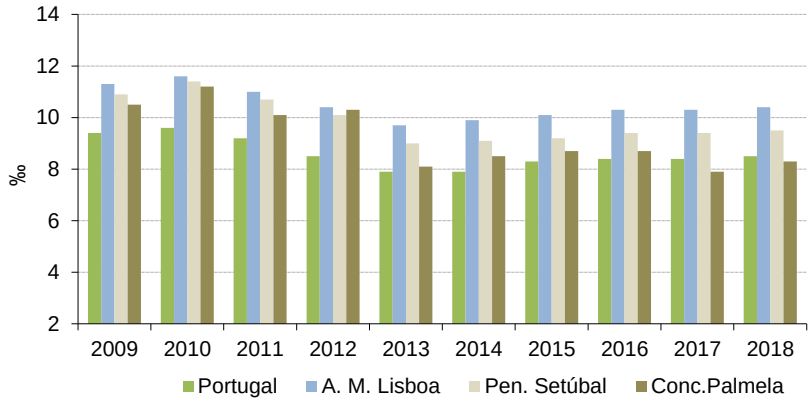
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Taxa de natalidade

A taxa de natalidade (ou taxa bruta de natalidade) relaciona o número de nados-vivos com a população média do ano observado.

É expressa pelo número de nados-vivos por 1000 habitantes.

Gráfico 2. Taxa de natalidade – 2009-2018



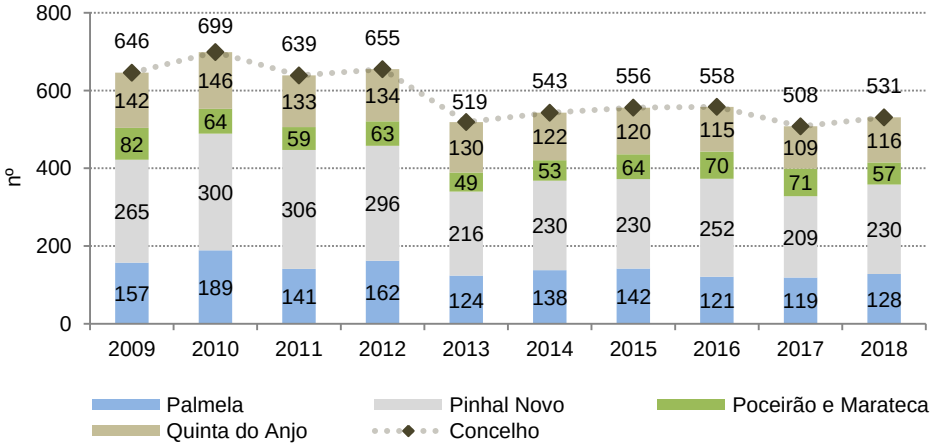
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 3. Taxa de natalidade (‰) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	9,4	9,6	9,2	8,5	7,9	7,9	8,3	8,4	8,4	8,5
Área Metropolitana Lisboa	11,3	11,6	11,0	10,4	9,7	9,9	10,1	10,3	10,3	10,4
Península Setúbal	10,9	11,4	10,7	10,1	9,0	9,1	9,2	9,4	9,4	9,5
Concelho Palmela	10,5	11,2	10,1	10,3	8,1	8,5	8,7	8,7	7,9	8,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Gráfico 3. Nados-vivos nas freguesias – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Nas diversas unidades territoriais, a taxa de natalidade tem um percurso descendente até 2013, ano a partir do qual se nota uma ligeira inversão, no sentido da recuperação. Em 2018, o concelho regista uma subida de 0,4‰ face a 2017, no entanto, mantém os valores abaixo dos registados nas restantes unidades de enquadramento.

Considerando que a taxa de natalidade não é calculada para unidades geográficas de pequena dimensão como a freguesia, apresenta-se em alternativa, o número de nados-vivos.

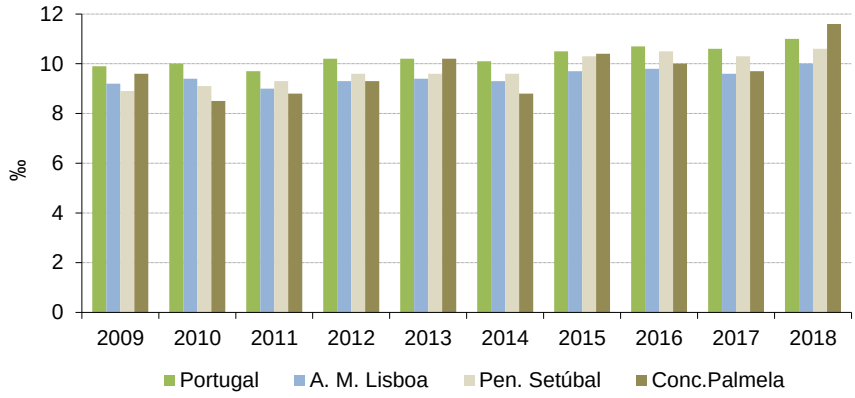
Em 2018 nasceram no concelho 531 crianças (mais 23 que em 2017) e com exceção das freguesias de Poceirão e Marateca, onde há uma regressão do número de nascimentos (menos 14 crianças), nas restantes freguesias há um aumento, com Pinhal Novo a dar o maior contributo para o rejuvenescimento da população do concelho, com 230 nascimentos.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade (ou taxa bruta de mortalidade) relaciona o número de óbitos com a população média do ano observado.

É expressa pelo número de óbitos por 1000 habitantes.

Gráfico 4. Taxa de mortalidade – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 4. Taxa de mortalidade (‰) – 2009-2018

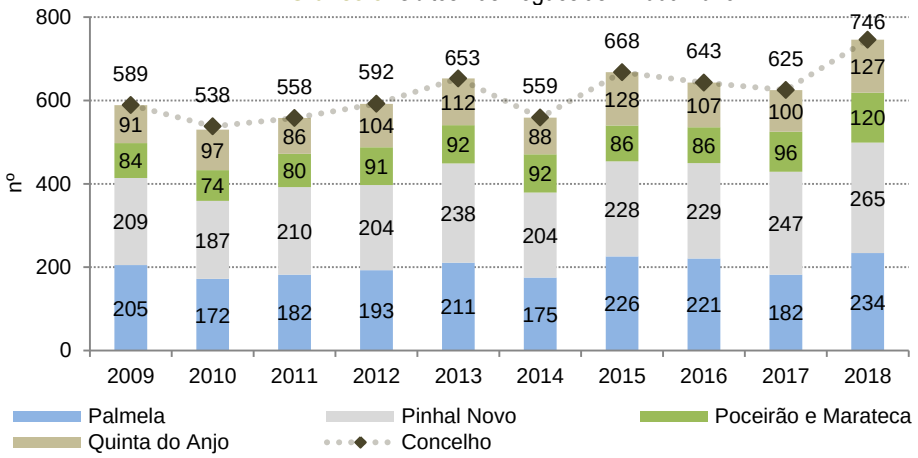
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2	10,1	10,5	10,7	10,6	11,0
Área Metropolitana Lisboa	9,2	9,4	9,0	9,3	9,4	9,3	9,7	9,8	9,6	10,0
Península Setúbal	8,9	9,1	9,3	9,6	9,6	9,6	10,3	10,5	10,3	10,6
Concelho Palmela	9,6	8,5	8,8	9,3	10,2	8,8	10,4	10,0	9,7	11,6

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

No conjunto das unidades territoriais, a evolução da taxa de mortalidade caracteriza-se por várias oscilações, com variações entre 8,4 e 11,6 mortes por 1000 habitantes. Em 2018, o indicador apresenta os valores mais elevados da década, com o concelho a assumir o mais relevante (11,6 óbitos por 1000 habitantes).

As principais causas apontadas para o aumento da mortalidade em 2018 prendem-se, por um lado, com o envelhecimento da população, uma vez que uma análise mais fina permitiu comprovar que a maioria dos óbitos foi de indivíduos com 75 e mais anos; e por outro lado, como consequência da onda de calor que assolou o país nesse ano.

Gráfico 5. Óbitos nas freguesias – 2009-2018



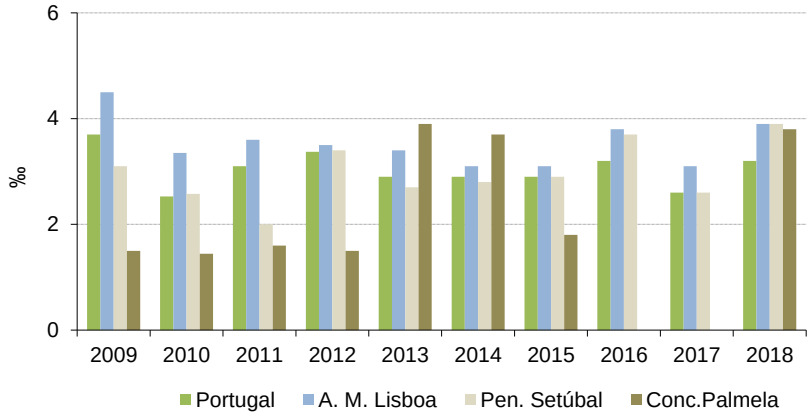
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Como a taxa de mortalidade também não é calculada para as freguesias, apresenta-se o número de óbitos. Em 2018, o concelho tem o número mais elevado de óbitos (quase mais 20% que no ano transato), com as freguesias mais populosas a concentrarem a maior proporção (Pinhal Novo 35,5% e Palmela 31,4% dos óbitos).

Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil traduz a razão entre os óbitos registados em crianças com idade até um ano, por cada 1000 nados-vivos registados no mesmo período.

Gráfico 6. Taxa de mortalidade infantil – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

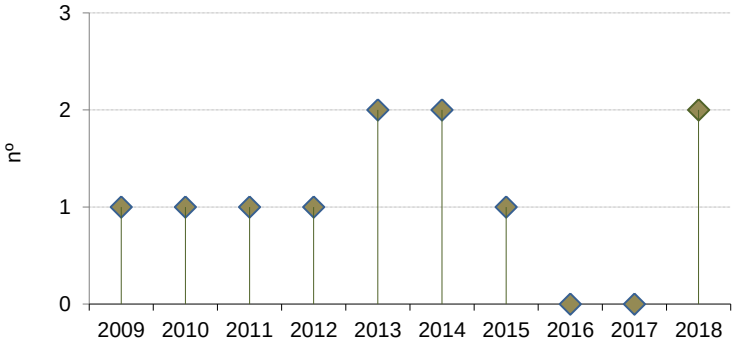
Quadro 5. Taxa de mortalidade infantil (‰) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	3,7	2,5	3,1	3,4	2,9	2,9	2,9	3,2	2,6	3,2
Área Metropolitana Lisboa	4,5	3,4	3,6	3,5	3,4	3,1	3,1	3,8	3,1	3,9
Península Setúbal	3,1	2,6	2,0	3,4	2,7	2,8	2,9	3,7	2,6	3,9
Concelho Palmela	1,5	1,4	1,6	1,5	3,9	3,7	1,8	0,0	0,0	3,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Em Portugal, as últimas décadas caracterizam-se por uma baixa progressiva da taxa de mortalidade infantil, muito em resultado da melhoria das condições de vida. No período em análise, os valores do indicador nas várias unidades territoriais varia entre 0 e 4,5 óbitos de crianças com menos de um ano por 1000 habitantes, tendo o valor mais elevado sido registado na Área Metropolitana de Lisboa e os mais baixos no concelho. Em 2018, verifica-se um aumento significativo e generalizado do valor da taxa, contudo não foram identificadas causas para a maior incidência de mortalidade infantil. Relativamente ao comportamento do indicador no concelho, existem algumas flutuações, decorrentes do baixo número de ocorrências, onde o peso de um óbito duplica ou minora o valor da taxa. É o que sucede em 2013, 2014 e 2018, quando ocorreram dois óbitos.

Gráfico 7. Número de óbitos até um ano de idade no concelho – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

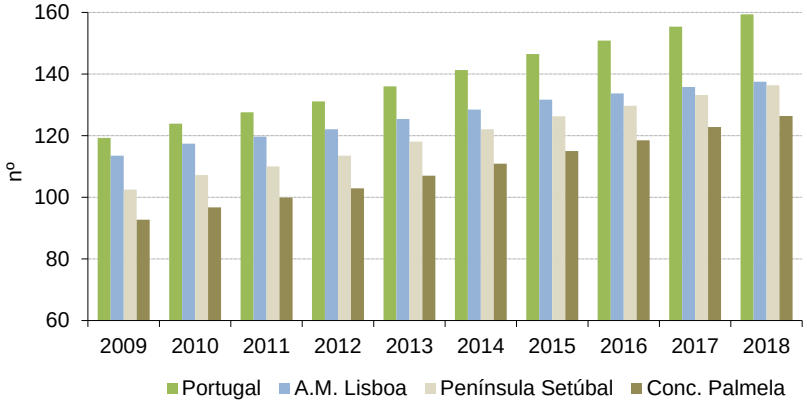
No período entre 2009 e 2018, ocorreram no concelho de Palmela um total de onze óbitos de crianças com menos de um ano. Durante este período, houve anos sem ocorrências e outros a variar entre um e dois óbitos. Em 2018 houve dois óbitos, marcando assim, a descontinuidade de dois anos consecutivos sem qualquer ocorrência.

Índice de envelhecimento

O indicador estabelece a relação entre o número de idosos e o número de jovens. É definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população até 14 anos.

É normalmente expresso pelo número de idosos por 100 jovens.

Gráfico 8. Índice de envelhecimento – 2009-2018



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

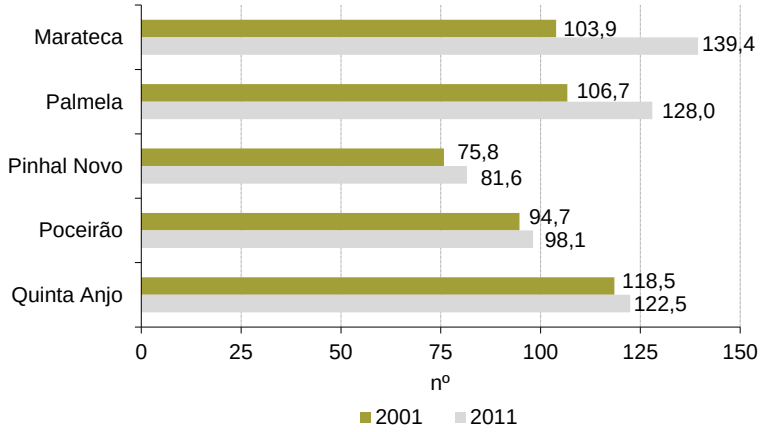
A evolução ascendente do valor do indicador na totalidade das unidades territoriais é consistente com a tendência de envelhecimento populacional, decorrente do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa, que caracteriza muitas das sociedades desenvolvidas. No entanto, apesar do crescimento contínuo, a uma média de 3,4 idosos por 100 jovens/ano, o concelho mantém um índice de envelhecimento inferior ao das unidades de referência.

Quadro 6. Índice de envelhecimento (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0	141,3	146,5	150,9	155,4	159,4
Área Metropolitana Lisboa	113,5	117,4	119,7	122,1	125,4	128,5	131,7	133,7	135,8	137,5
Península Setúbal	102,5	107,2	110,0	113,5	118,1	122,1	126,3	129,7	133,2	136,4
Concelho Palmela	92,7	96,7	99,9	102,9	107,0	110,9	115,0	118,5	122,8	126,4

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 9. Índice de envelhecimento por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

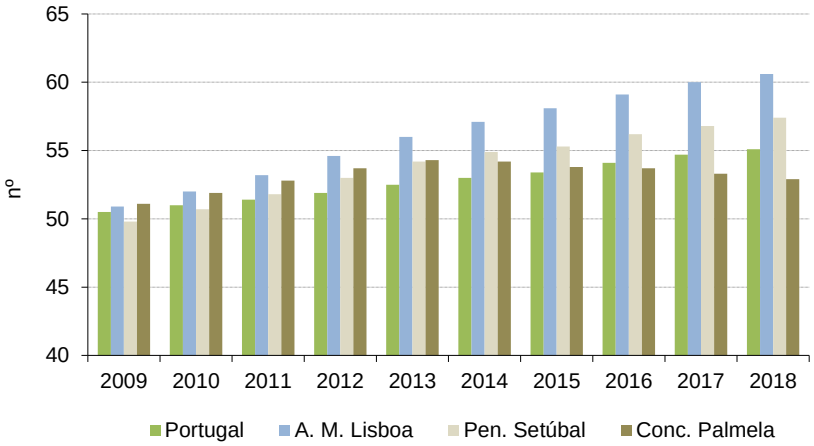
O aumento do índice de envelhecimento nas freguesias está também patente, entre os dois momentos censitários. Marateca e Palmela destacam-se com valores mais significativos. Sublinha-se ainda, o facto de Quinta do Anjo passar de freguesia mais envelhecida em 2001, para uma posição intermédia em 2011 e Pinhal Novo revelar o índice de envelhecimento mais baixo do concelho.

Índice de dependência total

Traduz a relação entre a população inativa (jovens e idosos) e a população em idade ativa. Define-se como o quociente entre a população entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com a de 65 e mais anos, e a população entre os 15 e os 64 anos.

É normalmente expresso pelo número de jovens e idosos por 100 ativos.

Gráfico 10. Índice de dependência total – 2009-2018



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

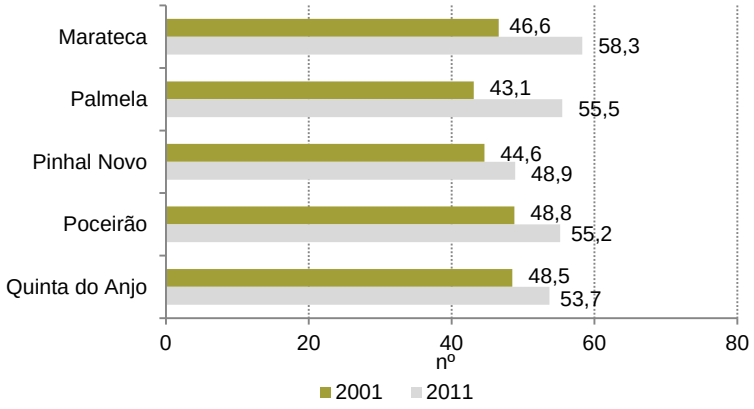
Ao longo do período em análise, o índice de dependência tem um movimento ascendente nas unidades territoriais de enquadramento, inversamente ao do concelho que decresce moderadamente a partir de 2013. Pressupõe-se que esse decréscimo resulta das estimativas da população residente que apontam para um aumento da população em idade ativa (ao contrário do que acontece nas restantes unidades geográficas). Ainda assim, no espaço de uma década, há uma subida substancial da proporção de dependentes (3,5% no concelho, 15% na Península de Setúbal, 20% na Área Metropolitana de Lisboa e 9% no país) que comportará vários constrangimentos, nomeadamente, menor oferta mão-de-obra, maiores encargos sociais, entre outros.

Quadro 7. Índice de dependência total (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5	53,0	53,4	54,1	54,7	55,1
Área Metropolitana Lisboa	50,9	52,0	53,2	54,6	56,0	57,1	58,1	59,1	60,0	60,6
Península Setúbal	49,8	50,7	51,8	53,0	54,2	54,9	55,3	56,2	56,8	57,4
Concelho Palmela	51,1	51,9	52,8	53,7	54,3	54,2	53,8	53,7	53,3	52,9

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 11. Índice de dependência total por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

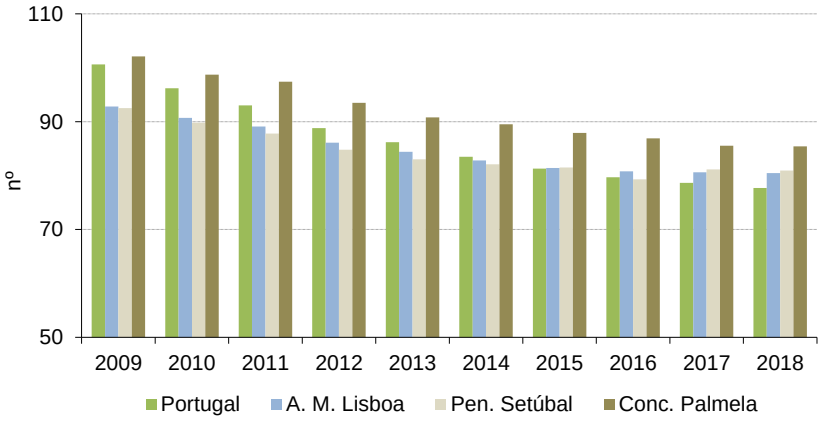
As freguesias refletem igualmente o aumento do índice de dependentes, com taxas de variação mais expressivas em Palmela, que cresceu 28,8% e Marateca 25,1%. Por seu turno, Pinhal Novo detém o índice mais baixo do concelho e constitui a única freguesia que, em 2011, tinha menos de 50 dependentes por cada 100 ativos.

Índice de renovação da população em idade ativa

Exprime a relação entra a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos) com a que está a sair (55-64 anos).

Visa medir o potencial de substituição de gerações no mercado de trabalho.

Gráfico 12. Índice de renovação da população em idade ativa – 2009-2018



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

A diminuição generalizada do índice de renovação da população em idade ativa demonstra que o envelhecimento demográfico não se esgota na relação entre o aumento da população idosa e a diminuição da população jovem, mas assenta também na diminuição progressiva da população em idade ativa mais jovem.

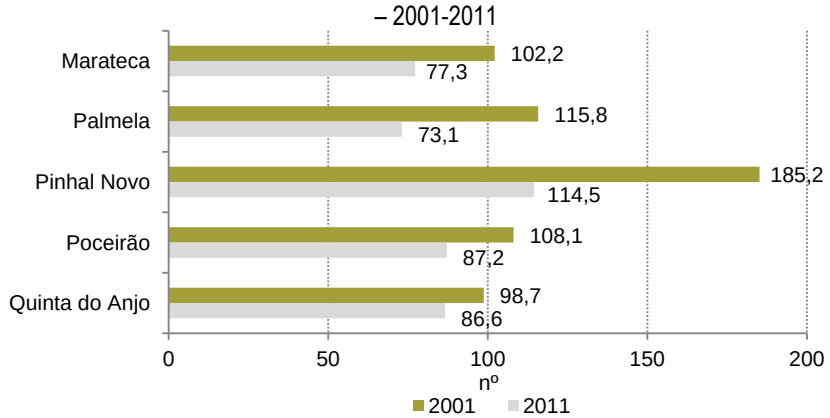
Enquanto em 2009 o país e o concelho compensavam as saídas do mercado de trabalho (pessoas com idade entre 55 e 64 anos), com as entradas de ativos mais jovens (entre 20 e 29 anos), a partir de 2010 tal já não acontece, e o indicador assume um percurso descendente até 2018. Todavia o concelho tem um índice de renovação acima dos restantes unidades territoriais.

Quadro 8. Índice de renovação da população em idade ativa (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	100,6	96,2	93,0	88,8	86,2	83,5	81,3	79,7	78,7	77,7
Área Metropolitana Lisboa	92,8	90,7	89,1	86,1	84,4	82,8	81,4	80,8	80,6	80,5
Península Setúbal	92,5	89,8	87,8	84,8	83,0	82,1	81,5	79,3	81,1	80,9
Concelho Palmela	102,1	98,7	97,4	93,5	90,8	89,5	87,9	86,9	85,5	85,4

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 13. Índice de renovação da população em idade ativa por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

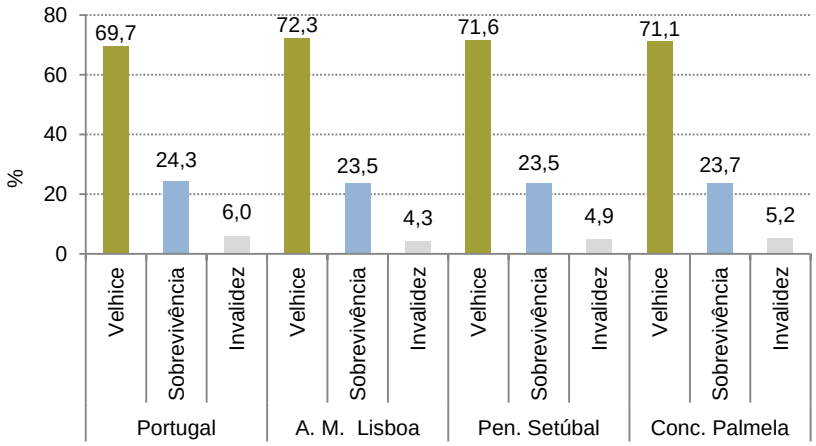
Entre 2001 e 2011, o decréscimo do índice de renovação está patente nas várias freguesias. E embora a queda mais abrupta tenha ocorrido em Pinhal Novo, esta freguesia era a única que compensava as saídas do mercado de trabalho dos mais velhos, com as entradas dos mais jovens.

Percentagem de pensionistas ativos por tipo de pensão

O indicador apresenta a distribuição percentual dos pensionistas ativos por tipo de pensão auferida (velhice, sobrevivência e invalidez).

Considera-se pensionista ativo aquele que, à data de 31 de Dezembro do ano referente, se encontra a receber qualquer tipo de pensão.

Gráfico 14. Pensionistas ativos por tipo de pensão – 2018



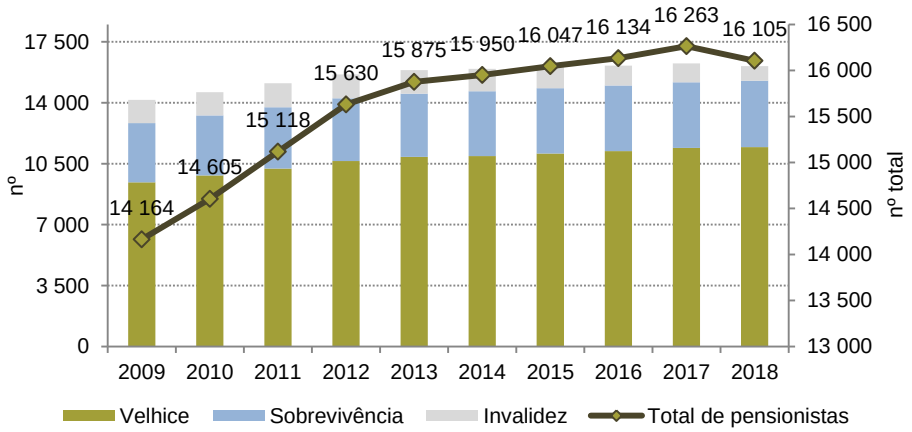
Fonte: MTSSS

Quadro 9. Total de pensionistas ativos (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	2.859.269	2.896.074	2.943.654	2.981.635	3.001.520	2.987.182	2.992.512	2.994.711	2.987.136	2.927.393
A. M. Lisboa	694.195	703.460	716.098	727.082	730.605	725.506	727.412	728.497	725.605	713.525
Península Setúbal	187.613	192.282	197.712	202.874	205.876	206.152	207.785	208.541	208.886	206.012
Concelho Palmela	14.164	14.605	15.118	15.646	15.875	15.950	16.047	16.134	16.263	16.105

Fonte: MTSSS

Gráfico 15. Pensionistas ativos no concelho por tipo – 2009-2018



Fonte: MTSSS

Embora o número de pensionistas tenha vindo a crescer, nota-se um ligeiro decréscimo a partir de 2017 no país e na Área Metropolitana de Lisboa, que se estende, em 2018, às restantes unidades territoriais. Este decréscimo poder-se-á justificar, provavelmente, pela mortalidade acima da média ocorrida nesse ano, nomeadamente entre a população mais idosa.

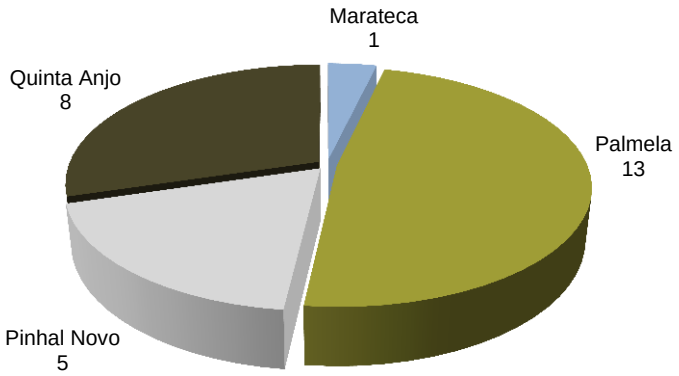
Porém, apesar do abrandamento dos últimos dois anos, numa década, a proporção de pensionistas regista um aumento generalizado, com o valor do concelho a superar largamente o das unidades territoriais de referência (13,7% no concelho face aos 2,4% do país, 2,8% na Área Metropolitana de Lisboa e 9,8% na Península de Setúbal).

Quanto ao tipo de pensão, salienta-se a prevalência da pensão de velhice (atribuída a cerca de 70% dos beneficiários), seguindo-se a de sobrevivência (entre 23 e 24%) e por fim a de invalidez (entre 4 e 6%).

Agregados familiares alojados em habitações arrendadas em regime de renda apoiada

O indicador traduz a distribuição dos agregados familiares beneficiários de rendas apoiadas, segundo a freguesia de origem.

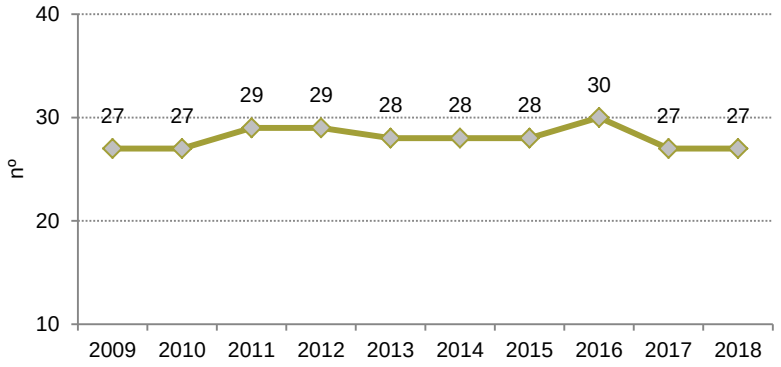
Gráfico 16. Distribuição das habitações por origem da família (nº) – 2018



Fonte: CMP/ DECS

Os fogos atribuídos em regime de renda apoiada são, na generalidade, decorrentes da execução do PER – Programa Especial de Realojamento, programa que encerrou em 2012, com o realojamento de todas as famílias inscritas no levantamento feito em 1993, e cujo objetivo era realojar famílias residentes em barracas. Os realojamentos realizam-se ao abrigo do regime do arrendamento social, cabendo às famílias o pagamento de uma renda calculada de acordo com os rendimentos do seu agregado familiar.

Gráfico 17. Agregados familiares alojados em habitações em regime de renda apoiada no concelho – 2009-2018



Fonte: CMP/ DECS

O número de agregados familiares que usufrui de habitação em regime de renda apoiada mantém-se em 2018, bem como a distribuição relativamente à origem das famílias beneficiárias: a maioria pertence à freguesia de Palmela (13), seguida dos oriundos da freguesia de Quinta do Anjo (8).

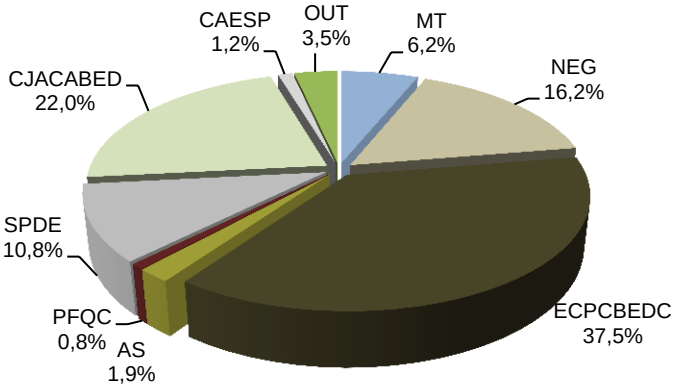
Sublinha-se que em 2016 foram adquiridas duas habitações, no entanto, no ano seguinte, duas passaram à condição de devolutas e uma foi abandonada pelo inquilino, motivos pelos quais se voltou às 27 habitações disponíveis.

Processos de crianças e jovens em situação de perigo, por problemática[1]

O indicador regista a distribuição dos processos acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela segundo a problemática.

Relativamente à caracterização processual, consideram-se processos movimentados os que transitam de outros anos, acrescidos dos instaurados, dos reabertos, dos arquivados e dos enviados para outras comissões, enquanto os processos instaurados são os novos processos abertos, acrescidos dos que são recebidos de outras comissões.

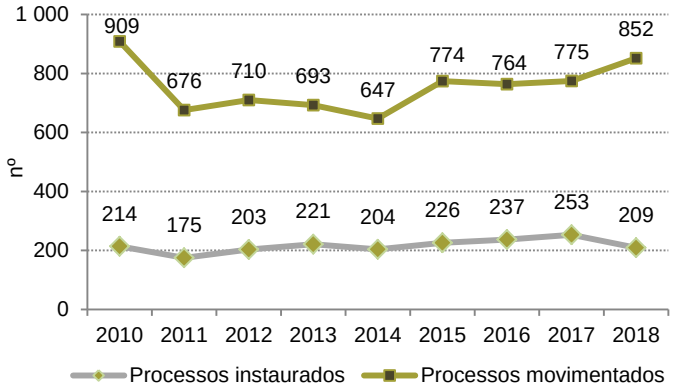
Gráfico 18. Processos de crianças e jovens em situação de perigo no concelho, por problemática – 2018



Fonte: CPCJ Palmela

Considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações: a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Fonte: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo n.º 147/99 de 1 de setembro).

Gráfico 19. Caraterização processual – 2010-2018



Fonte: CPCJ Palmela

Em 2018 existe um decréscimo do número de processos instaurados (menos 44 processos que em 2017) e, inversamente, um aumento dos processos movimentados (mais 77, cerca de 10%).

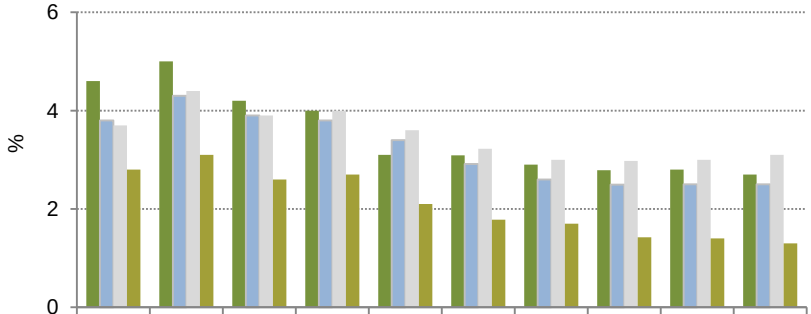
Das situações de risco acompanhadas pela CPCJ, as mais frequentes continuam a ser, com 37,5%, a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança (ECPCBEDC) e com 22%, as situações em que a criança assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (CJACABED). A negligência aparece em terceiro lugar com 16,2%.

[1] Em 2011 a tipologia das situações de risco passou a contemplar as seguintes situações: MT (Mau trato físico); MTPIA (Mau trato psicológico ou indiferença afetiva); NEG (Negligência - inclui a nível psicoafectivo/ educativo/ saúde/ falta de supervisão e acompanhamento familiar); ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança - inclui a exposição a violência doméstica/ consumo de álcool/ consumo de estupefacientes); AS (Abuso Sexual); ETI (Exploração do trabalho infantil); MND (Mendicidade); PFQC (Prática de facto qualificada pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos); SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação - inclui insucesso escolar/ abandono escolar/ absentismo escolar); CJACABED (A criança/ jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada - inclui consumo de álcool/ consumo de estupefacientes/ comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina/ bullying/ outros comportamentos); CAESP (A criança abandonada ou entregue a si própria - inclui abandono à nascença ou nos primeiros 6 meses de vida; OUTR (Outras situações de perigo) esta problemática inclui gravidez na adolescência; filhos de mães adolescentes; mendicidade e outras situações diversas.

Percentagem de população beneficiária do Rendimento Social de Inserção

O indicador apresenta o peso da população abrangida pelo Programa de Rendimento Social de Inserção, no conjunto da população residente.

Gráfico 20. População beneficiária do Rendimento Social de Inserção – 2009-2018



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	4,6	5,0	4,2	4,0	3,1	3,1	2,9	2,8	2,8	2,7
A. M. Lisboa	3,8	4,3	3,9	3,8	3,4	2,9	2,6	2,5	2,5	2,5
Pen. Setúbal	3,7	4,4	3,9	4,0	3,6	3,2	3,0	3,0	3,0	3,1
Conc. Palmela	2,8	3,1	2,6	2,7	2,1	1,8	1,7	1,4	1,4	1,3

Fonte: MTSSS

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma política de ação social que consiste numa prestação pecuniária de caráter transitório, variável em função do rendimento e da composição dos agregados familiares dos requerentes, e ainda num programa de inserção, um conjunto articulado e coerente de ações faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as caraterísticas e condições do agregado familiar beneficiário de RSI, que promova a criação de condições necessárias à gradual autonomia, com vista à sua plena integração social (Fonte: Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção).

Quadro 10. População beneficiária do Rendimento Social de Inserção por freguesia (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 17-18
Marateca	222	216	173	172	-	-	-	-	-	-	-
Palmela	422	453	348	324	278	257	237	196	178	166	-6,7
Pinhal Novo	668	798	662	738	569	459	450	409	364	336	-7,7
Poceirão e Marateca	-	-	-	-	294	233	216	176	166	158	-4,8
Poceirão	287	279	227	216	-	-	-	-	-	-	-
Quinta Anjo	214	259	213	240	183	192	158	133	167	169	1,2
Concelho Palmela	1.813	2.005	1.623	1.690	1.324	1.141	1.061	914	875	829	-5,3

Fonte: MTSSS

Nas várias unidades territoriais, a proporção de beneficiários de RSI evidencia uma diminuição gradual a partir de 2011, decorrente de alterações ao Decreto-Lei n.º 70/210 de 16 de junho, que estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações de protecção familiar e de solidariedade e procede à alteração na atribuição do rendimento social de inserção.

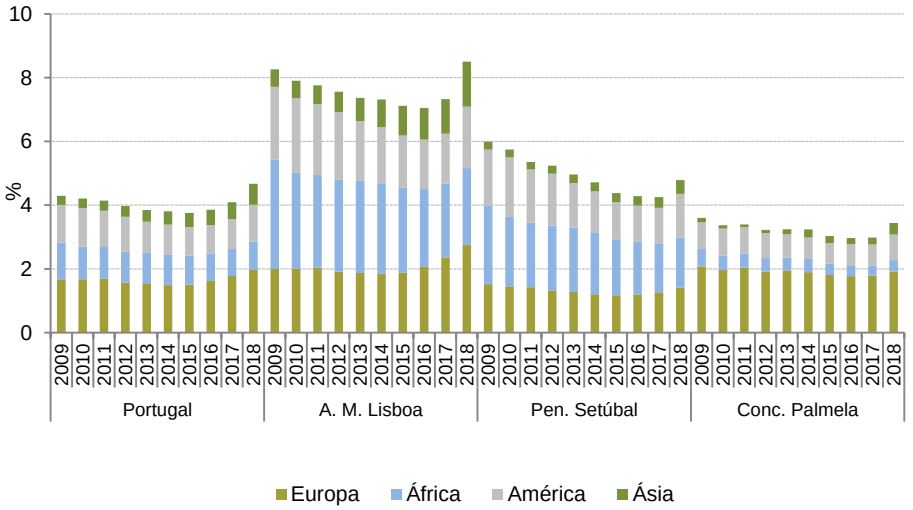
Em 2018, o concelho tem 829 beneficiários de RSI, o que em termos relativos, significa 1,3% do total da população residente (valor aquém dos registados nas unidades territoriais de enquadramento). Já a distribuição deste benefício por freguesia confirma que Pinhal Novo concentra a maior percentagem de beneficiários (40%), enquanto nas restantes freguesias essa proporção ronda os 20%.

Percentagem de população estrangeira residente, segundo a nacionalidade

O indicador relaciona a população residente de nacionalidade estrangeira, com o total da população residente, por 100 habitantes.

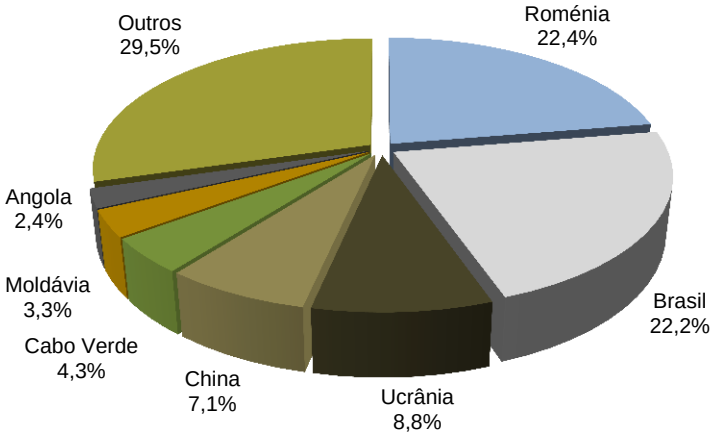
De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o conceito de estrangeiro residente em Portugal engloba os estrangeiros detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração.

Gráfico 21. População estrangeira residente segundo a nacionalidade (continentes) – 2009-2018



Fonte: SEF e INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 22. População estrangeira residente no concelho de Palmela – 2018



Fonte: SEF

A percentagem de população estrangeira residente no concelho, em 2018, é de 3,4% (valor que ultrapassa os 3%, que mantinha desde 2015). Contudo, apesar de 2018 constituir um ano em que o número de autorizações de residência atingiu um record, o valor do concelho situa-se aquém dos observados na Península de Setúbal e no país (ambas perto dos 5%) e da AML (8,5%).

A análise por nacionalidade revela a prevalência de população oriunda da Roménia (22,4%), seguida de perto pela brasileira (22,2%).

Desde 2009 que a população estrangeira a residir no concelho não atingia um valor tão alto – 2.209 estrangeiros (mais 15,2% que em 2017).

A tendência mais recente aponta para um abrandamento de imigrantes oriundos dos países de leste e um incremento da comunidade chinesa. Sobressai ainda, o aumento da categoria "Outros" que reúne um conjunto vez maior e diversificado de nacionalidades que vão estando representadas no concelho.

Quadro 11. População estrangeira residente no concelho, por nacionalidade (nº) – 2009-2018

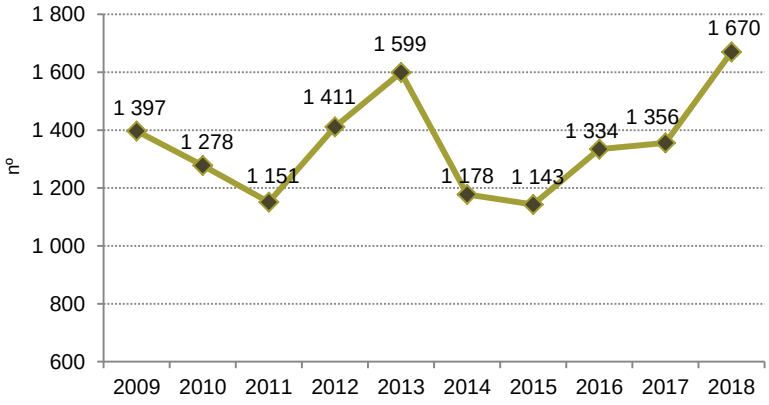
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Roménia	424	485	555	507	540	541	517	487	493	495
Brasil	497	513	502	476	442	409	386	395	402	491
Ucrânia	358	323	329	305	293	277	252	232	218	194
China	57	43	31	38	83	138	125	92	102	157
Moldávia	284	192	167	161	144	129	115	105	78	73
Cabo Verde	165	135	136	133	127	119	100	96	89	95
Angola	69	59	59	60	58	63	57	45	45	52
Outros	375	367	373	373	382	399	391	452	491	652
Total	2.299	2.117	2.152	2.053	2.069	2.075	1.943	1.904	1.918	2.209

Fonte: SEF

Atletas federados

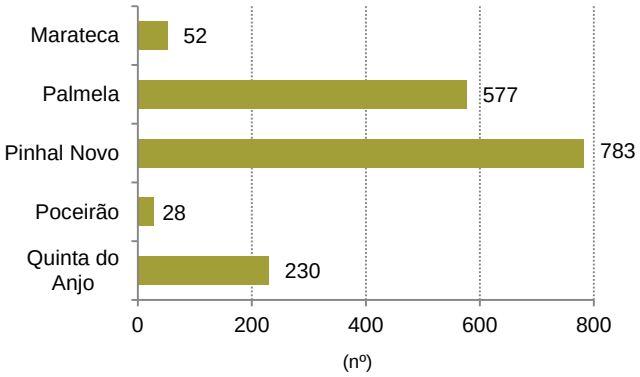
O indicador apresenta a evolução do número de atletas federados do concelho, cuja prática desportiva decorre nas instituições do 3º setor, escolas secundárias e equipamentos municipais. Excluem-se os praticantes das entidades privadas.

Gráfico 23. Atletas federados no concelho – 2009-2018



Fonte: CMP/ DCD

Gráfico 24. Atletas federados por freguesia – 2018



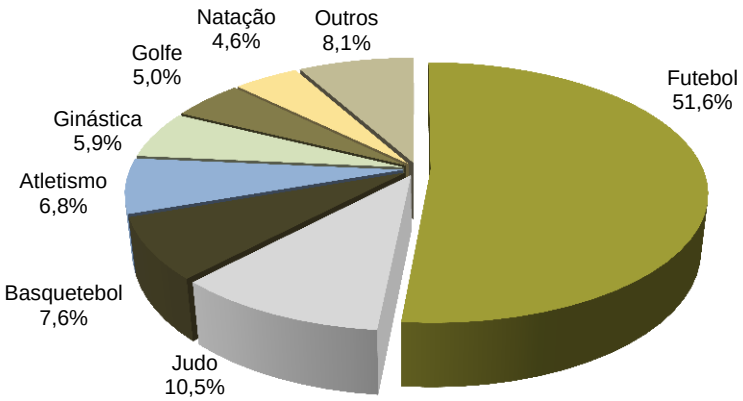
Fonte: CMP/ DCD

Apesar das flutuações que caracterizam este período, os últimos três anos mostram um crescimento do número de atletas federados no concelho, com 2018 a assumir o valor mais elevado - 1.670 atletas (mais 23% face ao ano anterior).

As freguesias que concentram a maior proporção de atletas federados são Palmela e Pinhal Novo, com 35% e 47%, respetivamente.

A análise por modalidade demostra que a maioria dos atletas é federada pela prática de futebol (51,6%), seguindo-se o judo (10,5%) e o basquetebol (7,6%).

Gráfico 25. Atletas federados por modalidade no concelho – 2018



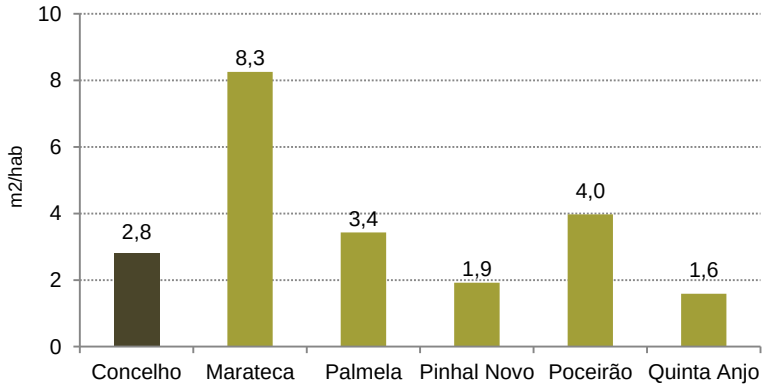
Fonte: CMP/ DCD

Superfície desportiva útil por habitante

Exprime a relação entre a superfície desportiva útil disponível e a população residente.

Considera-se superfície desportiva útil a área delimitada pelo traçado de jogo ou prática, acrescidas das áreas de segurança mínimas necessárias.

Gráfico 26. Superfície desportiva útil por habitante, no concelho e freguesias – 2018



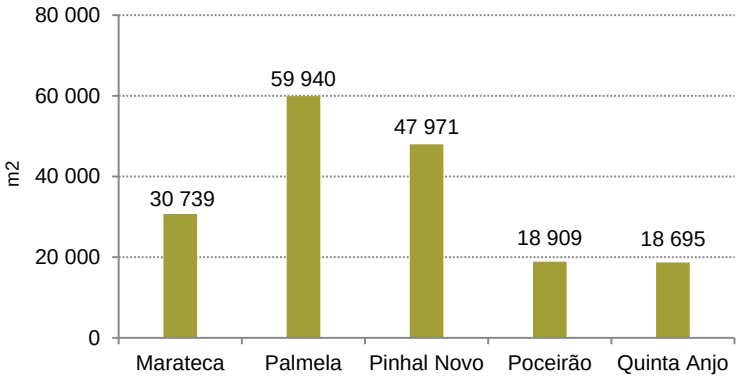
Fonte: CMP/ DCD e INE, Censos 2011

Para cálculo do indicador considerou-se a área desportiva útil existente em 2018 e para a capitação utilizou-se a informação população residente proveniente do último recenseamento (Censos 2011).

Os equipamentos e instalações desportivas que serviram de base ao cálculo do indicador foram os denominados de base formativa: campos de jogos, ringues, campos de ténis, pequenos polidesportivos; salas de desporto e pavilhões/ salas polivalentes; piscinas de aprendizagem, desportivas e polivalentes, cobertas ou descobertas (com área total igual ou superior a 166 m^2), públicas e privadas (Fonte: Decreto-Lei 317/97, de 25 de novembro).

Relativamente aos equipamentos privados, não foram todos considerados, uma vez que não foi conseguida uma recolha exaustiva de toda a informação.

Gráfico 27. Superfície desportiva útil por freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DCD

A superfície desportiva útil no concelho é de 2,8 m^2/habitante, desde há 3 anos consecutivos. Por freguesia, com exceção de Pinhal Novo, que aumentou a sua superfície desportiva em 435 m^2, nas restantes o valor não teve alterações.

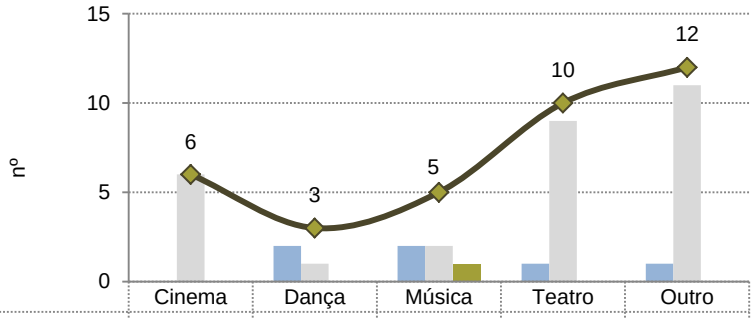
Relativamente aos valores obtidos para as freguesias, sugere-se prudência na sua interpretação, uma vez que o quantitativo populacional (maior ou menor) tem impacto direto no valor do indicador. É por essa razão que, apesar de Palmela e Pinhal Novo, terem maior superfície desportiva útil disponível, têm valores inferiores por habitante e, inversamente, Marateca e Poceirão, por serem freguesias menos populosas, detêm valores mais elevados por habitante (8,3 m^2/hab e 4 m^2/hab., respetivamente).

Espetáculos por tipo

Traduz a evolução do número de eventos no setor das Artes do Espetáculo realizados no concelho e nas freguesias por tipo de espetáculo.

Os dados circunscrevem-se aos espetáculos promovidos e organizados pela autarquia ou em parceria com outras entidades.

Gráfico 28. Espetáculos por tipo e freguesia – 2018

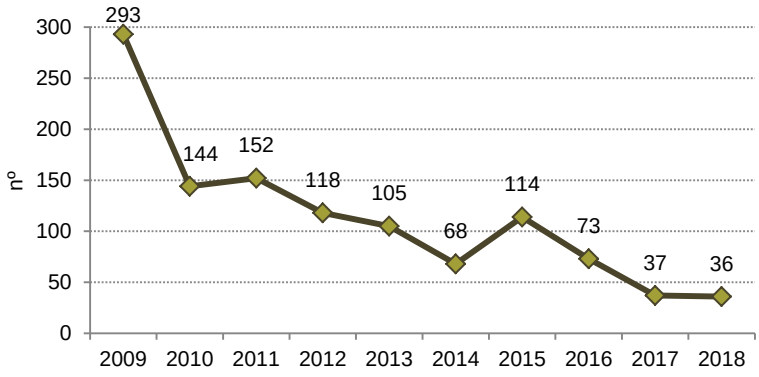


	Cinema	Dança	Música	Teatro	Outro
Palmela	0	2	2	1	1
Pinhal Novo	6	1	2	9	11
Poceirão	0	0	1	0	0
Concelho	6	3	5	10	12

Fonte: CMP/ DCD

Os tipos de espetáculos foram agregados em sete grupos:
Cinema: apresentação de películas cinematográficas;
Dança: representações de dança clássica, moderna, étnica, entre outras. Inclui folclore;
Música: execuções instrumentais e/ou vocais e recitais de artistas, de orquestras, de coros e outros agrupamentos;
Teatro: representação de uma peça ou obra, podendo incluir vários géneros, como por exemplo: drama, comédia, marionetas, mímicas, revista, declamação, musical, etc.;
Multidisciplinares: apresentações que envolvem, simultaneamente, a atuação de um agrupamento musical ou teatral e espetáculos multimédia (som, projeções, luz, etc.);
Outros espetáculos: incluem-se outras manifestações e apresentações culturais que não se enquadram nos outros âmbitos, por exemplo, bailes, animações de rua, arruadas, festas, oficinas recreativas, circo, etc.

Gráfico 29. Espetáculos realizados no concelho – 2009-2018



Fonte: CMP/ DCD

No decurso de 2018 realizaram-se 36 espetáculos no concelho.

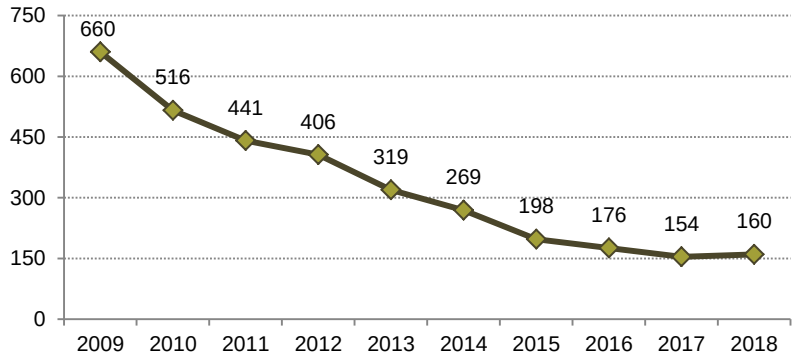
A maioria dos espetáculos pertence às categorias "Outros" e "Teatro" e ocorreu na freguesia de Pinhal Novo (80%), que concentra também a totalidade das sessões de cinema.

O indicador neste período, torna evidente uma diminuição do número de espetáculos, particularmente acentuada, entre 2009 e 2010 (-51%) e entre 2016 e 2017 (-49%). Inversamente, 2015, tem um crescimento de 68%, com o número de espetáculos a superar os 100 (o que já não acontecia desde 2013).

Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes

O indicador acompanha a evolução da utilização das bibliotecas através da contabilização dos empréstimos realizados por cada 1000 habitantes.

Gráfico 30. Empréstimos realizados nas bibliotecas do concelho por 1000 habitantes – 2009-2018



Fonte: CMP/ DBPC

Apesar da evidente redução do número de empréstimos por 1000 habitantes ao longo do período em análise, em 2018, realizaram-se nas bibliotecas do concelho 160 empréstimos por 1.000 habitantes (mais 4 que no ano anterior). Este ligeiro aumento resulta da maior utilização da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, onde se realiza mais de metade dos empréstimos do concelho (53,6%) e onde o número de empréstimos aumentou (contrariamente ao que sucedeu nas restantes bibliotecas).

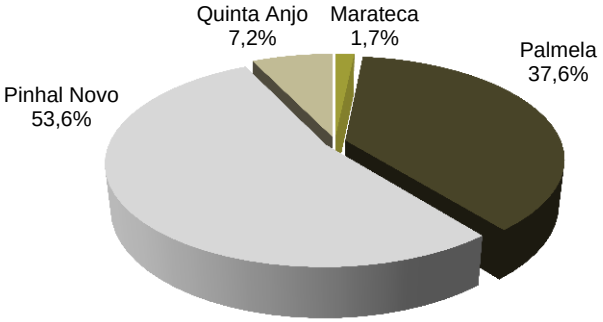
Salienta-se que esta realidade não é exclusiva do concelho, sendo comum à generalidade das bibliotecas públicas que se veem confrontadas com os desafios colocados pela Sociedade da Informação e do Conhecimento caracterizada pela universalização do acesso e da utilização das novas tecnologias.

Quadro 12. Empréstimos realizados nas bibliotecas por freguesia (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Marateca	775	548	597	546	423	205	276	320	191	170
Palmela	13.851	12.788	9.283	9.691	7.516	6.860	4.921	4.536	4.088	3.851
Pinhal Novo	23.715	16.817	15.038	13.095	10.480	8.448	6.279	5.432	4.661	5.498
Poceirão	302	206	44	23	11	-	-	-	-	-
Quinta Anjo	3.533	3.154	2.737	2.476	1.922	1.700	1.192	974	948	735
Concelho Palmela	42.176	33.513	27.699	25.831	20.352	17.213	12.668	11.262	9.888	10.254

Fonte: CMP/ DBPC
Nota: O pólo de Poceirão está encerrado desde 2014.

Gráfico 31. Empréstimos realizados nas bibliotecas por freguesia – 2018

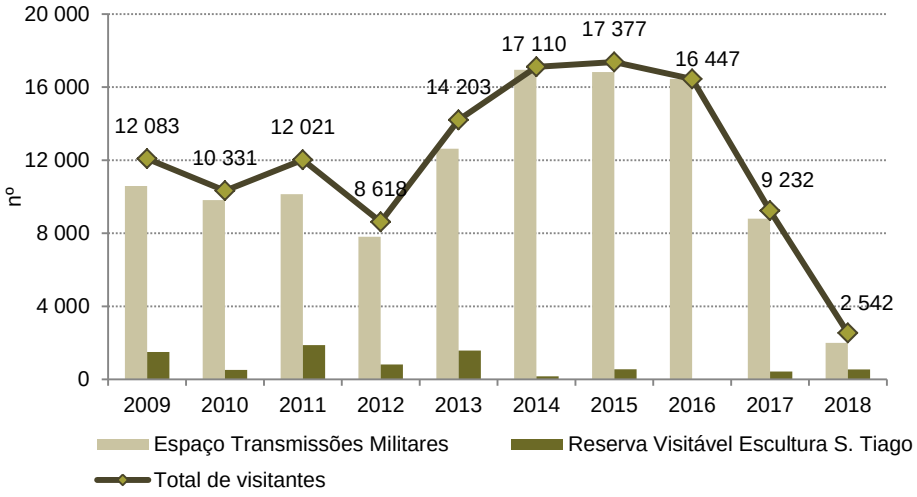


Fonte: CMP/ DBPC

Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico

Contabiliza os visitantes a locais de interesse patrimonial e arqueológico do concelho.

Gráfico 32. Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico do concelho, por espaço – 2009-2018



Fonte: CMP/ DBPC

Os espaços considerados no indicador são geridos pelo Museu Municipal de Palmela e correspondem aos espaços de exposições permanentes: o Espaço de Transmissões Militares e a Reserva Visitável da Escultura S. Tiago (encerrada em 2016). Os restantes espaços não foram considerados por não serem feitas contagens de visitantes como, por exemplo, o Espaço Arqueológico ou a Igreja de Santiago, onde a contabilização de entradas apenas é realizada durante a permanência de exposições.

Quadro 13. Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico do concelho, por espaço (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Esp. Transmissões Militares	10.583	9.812	10.141	7.806	12.625	16.945	16.825	16.447	8.798	1.997
Res. Visit. Escultura S. Tiago	1.500	519	1.880	812	1.578	165	552	-	434	545
Total de visitantes	12.083	10.331	12.021	8.618	14.203	17.110	17.377	16.447	9.232	2.542

Fonte: CMP/ DBPC

Nota: A Reserva Visitável da Escultura S. Tiago esteve encerrada em 2016. O Espaço de Transmissões Militares encerrou em agosto de 2017, devido a obras e reabriu no último quadrimestre de 2018.

Durante 2018, o concelho recebeu 2.542 de visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial (um número bastante baixo dos registados noutros anos) e que se prende com o facto do Espaço de Transmissões Militares, que costuma atrair o maior número de visitantes, ter estado encerrado durante grande parte de 2017 e 2018.

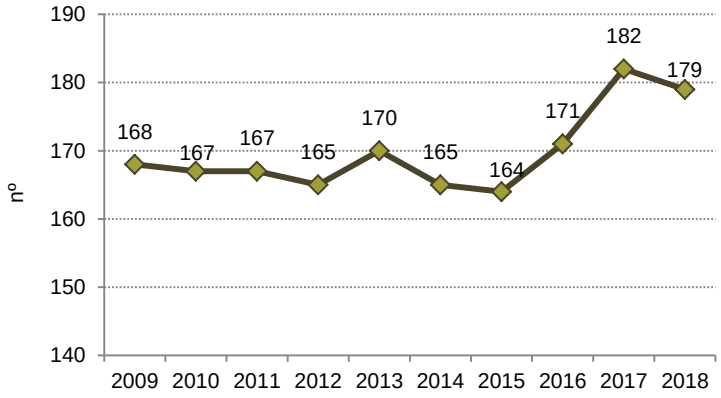
Assim, excluindo-se os dois últimos anos pela razão atrás mencionada, poder-se-á afirmar que o número de visitantes varia entre 8.600 em 2012 e 17.400 em 2015, o que resulta numa média de 13.500 visitantes/ano.

Organizações do Terceiro Setor

Apresenta o número de organizações do Terceiro Setor ativas no concelho segundo o âmbito de atuação principal.

O Terceiro Setor – também designado como Economia Social, Setor Solidário, entre outras – é entendido como o conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social, incluindo entidades tão heterogéneas como Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Fundações e Associações. (Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social).

Gráfico 33. Organizações do Terceiro Setor no concelho – 2009-2018



Fonte: CMP/DCD

A classificação, em onze grupos, considerando o âmbito de intervenção das organizações do 3º setor resulta de uma readaptação à realidade europeia da classificação original desenvolvida pelo JHCNSP (*John Hopkins Comparative Non-Profit Sector Project*) e denominada ICNPO – Classificação Internacional para as Organizações sem Fins Lucrativos. Por sua vez, a classificação considerada no indicador, resulta da adaptação da ICNPO à realidade portuguesa, fundamentada em vários estudos de cariz nacional e formada pelos doze grupos abaixo referidos:

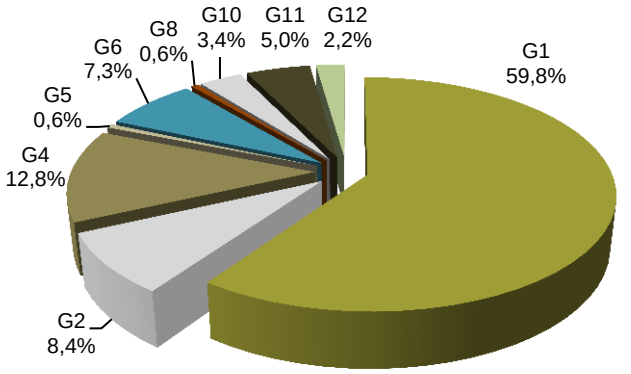
Grupo 1: Cultura e Lazer/Recreação
Grupo 2: Educação e Investigação
Grupo 3: Saúde
Grupo 4: Serviços Sociais
Grupo 5: Ambiente
Grupo 6: Desenvolvimento e Habitação
Grupo 7: Lei, Advocacia/Defesa de Causas e Política
Grupo 8: Intermediários Filantrópicos e Promoção do Voluntariado
Grupo 9: Internacional
Grupo 10: Religião
Grupo 11: Associações Empresariais e Profissionais, e Sindicatos
Grupo 12: Outros

Quadro 14. Organizações do 3º setor por freguesia (nº) – 2018

	G1	G2	G4	G5	G6	G8	G10	G11	G12
Marateca	6	-	3	-	-	-	-	-	-
Palmela	30	6	6	1	2	-	2	4	2
Pinhal Novo	46	6	7	-	4	-	1	-	1
Poceirão	13	1	2	-	-	-	1	4	1
Quinta Anjo	12	2	5	-	7	1	2	1	-
Concelho	107	15	23	1	13	1	6	9	4

Fonte: CMP/DCD

Gráfico 34. Organizações do Terceiro Setor no concelho – 2018



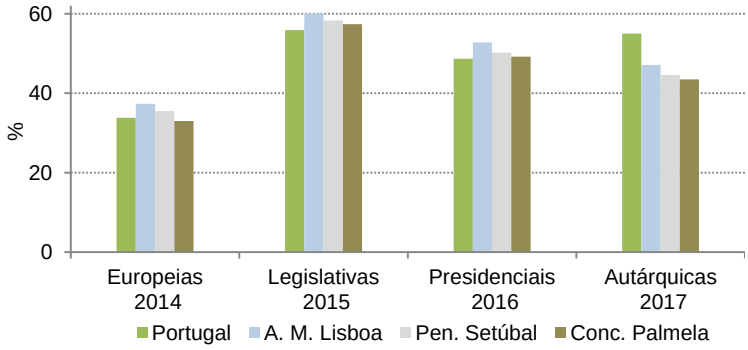
O Terceiro Setor tem grande relevância no concelho de Palmela e contabiliza, em 2018, 179 organizações que se distribuem por diversas áreas de atividade, embora prevaleçam as ligadas ao Grupo 1, que inclui as associações culturais, desportivas e recreativas. Seguem-se as organizações inseridas no Grupo 4, que reúne as entidades vocacionadas para a área social (12,8%), como as associações de apoio a idosos e as creches, e com 8,4% estão as organizações pertencentes ao Grupo 2, ligadas à Educação que abrangem, por exemplo, as associações de pais e de alunos.

Taxa de participação em atos eleitorais, por tipo de eleição

Relaciona a população votante com o total da população recenseada, por tipo de eleição, considerando nas autárquicas a eleição para as Câmaras Municipais; nas legislativas, a eleição para a Assembleia da República; nas Europeias (para o Parlamento Europeu) e as presidenciais.

Na população votante incluem-se os votos em branco e os nulos, bem como os votos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Gráfico 35. Taxa de participação nos últimos atos eleitorais, por tipo de eleição



Fonte: MAI

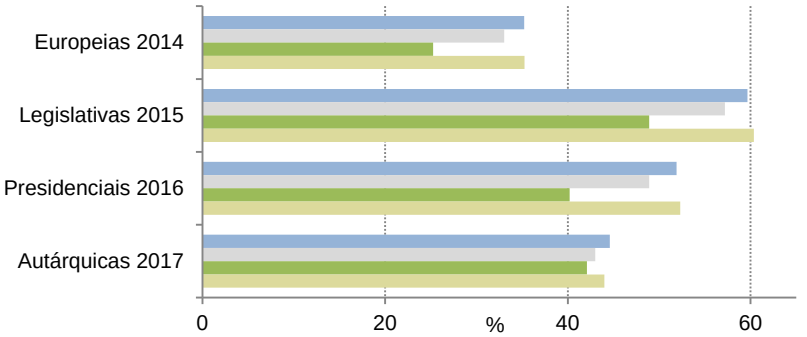
Quadro 15. Taxa de participação em atos eleitorais, por tipo de eleição (%) – 2009-2017

	Autárquicas			Europeias		Legislativas			Presidenciais	
	2009	2013	2017	2009	2014	2009	2011	2015	2011	2016
Portugal	59,0	52,6	55,0	36,8	33,8	59,7	58,1	55,9	46,5	48,7
Área Metropolitana Lisboa	50,5	42,8	47,1	39,7	37,3	61,3	61,4	60,1	47,5	52,8
Península Setúbal	48,5	40,3	44,6	37,9	35,5	59,9	59,3	58,3	45,2	50,2
Concelho Palmela	48,2	38,5	43,5	35,9	33,0	58,4	57,6	57,4	43,6	49,2
Marateca	48,0	-	-	28,8	-	51,6	50,5	-	35,8	-
Palmela	49,6	38,8	44,6	38,5	35,2	61,0	61,0	59,7	46,1	51,9
Pinhal Novo	46,1	37,5	43,0	35,1	33,0	57,9	56,4	57,2	42,9	48,9
Poceirão	48,6	-	-	28,1	-	49,2	50,7	-	36,3	-
Quinta do Anjo	51,1	38,9	44,0	40,5	35,3	62,5	60,9	60,4	47,3	52,3
Poceirão e Marateca	-	40,5	42,1	-	25,6	-	-	48,9	-	40,2

Fonte: MAI

As tendências na participação em atos eleitorais são análogas nas várias unidades territoriais: níveis de participação mais elevados nas eleições legislativas (com valores a superar os 50%) e mais reduzidos nas eleições europeias (entre 25 e 40%. No concelho, as taxas de participação, nas diferentes eleições, têm sido inferiores às dos territórios de enquadramento. E a nível das freguesias, a participação é maior em Quinta do Anjo e Palmela e menor em Marateca e Poceirão. Pinhal Novo detém uma posição intermédia.

Gráfico 36. Taxa de participação nos últimos atos eleitorais, por tipo de eleição e freguesia

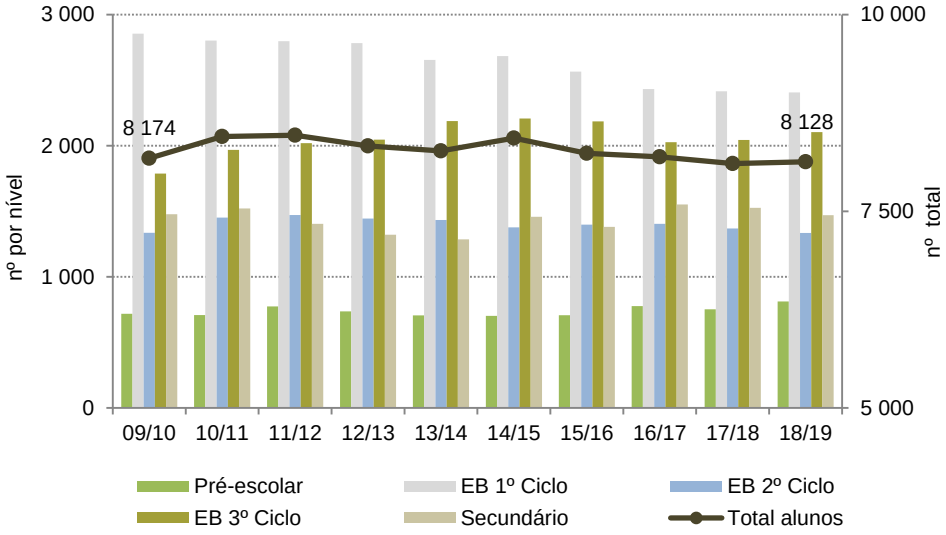


Fonte: MAI

Crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública por nível de ensino

Apresenta o número de crianças e alunos inscritos, no pré-escolar e nos vários níveis de ensino, nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública.

Gráfico 37. Crianças e alunos matriculados na rede pública do concelho por nível de ensino e ano letivo – 2009/2010 a 2018/2019



Fonte: CMP/ DE

A evolução da população escolar do concelho dá conta de uma estabilização do número de crianças e alunos, entre os 8.100 e 8.400, com 2018/2019 a contabilizar um total de 8.128 crianças e alunos (mais 21 que no ano letivo anterior).

Por nível de ensino, com exceção da educação pré-escolar e do 3º ciclo do ensino básico, que têm taxas de crescimento positivas (13% e 17,7%, respetivamente), os restantes níveis de ensino têm decréscimos, sendo o mais acentuado no 1º ciclo (menos 15,7%, ou em termos absolutos, menos 450 alunos/as). Em relação à educação pré-escolar, o aumento do número de crianças é justificado pelo investimento do município no alargamento da rede pública, já no caso do aumento verificado no 3º ciclo parece não existir outra razão para além da demográfica.

Quadro 16. Crianças e alunos matriculados na rede pública do concelho por nível de ensino e ano letivo (nº) - 2009/2010 a 2018/2019

	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19
Pré-escolar	718	708	744	736	706	702	707	777	753	812
EB 1º Ciclo	2.855	2.802	2.797	2.783	2.654	2.684	2.565	2.432	2.415	2.407
EB 2º Ciclo	1.336	1.452	1.471	1.444	1.434	1.378	1.398	1.404	1.369	1.335
EB 3º Ciclo	1.788	1.968	1.983	2.047	2.188	2.208	2.186	2.027	2.044	2.104
Secundário	1.477	1.521	1.297	1.321	1.286	1.458	1.381	1.552	1.526	1.470
Total	8.174	8.451	8.292	8.331	8.268	8.430	8.237	8.192	8.107	8.128

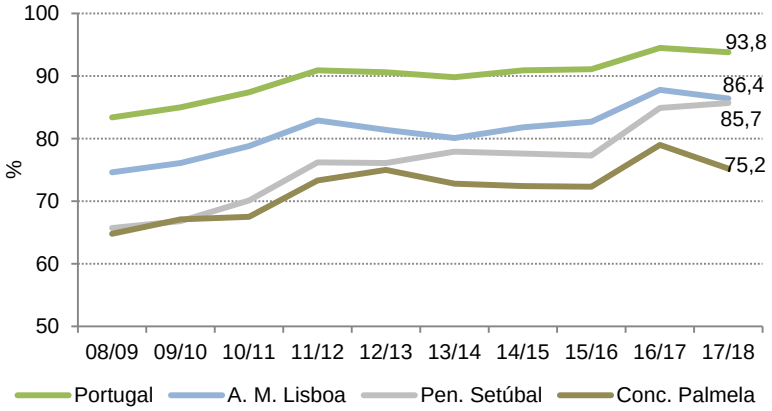
Fonte: CMP/ DE

Taxa bruta de pré-escolarização

Relação percentual entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e a população residente dos 3 aos 5 anos.

O indicador abrange a rede nacional de educação pré-escolar, que integra a rede pública (da responsabilidade da administração central e local) e a rede privada (desenvolvida a partir das iniciativas das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos), complementares entre si.

Gráfico 38. Taxa bruta de pré-escolarização por ano letivo – 2008/2009 - 2017/2018



Fonte: MEC

Quadro 17. Taxa bruta de pré-escolarização por ano letivo (%) - 2008/2009 a 2017/2018

	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18
Portugal	83,4	85,0	87,4	90,9	90,6	89,8	90,9	91,1	94,5	93,8
Área Metropolitana Lisboa	74,6	76,1	78,8	82,9	81,4	80,1	81,8	82,7	87,8	86,4
Península Setúbal	65,7	66,8	70,1	76,2	76,1	77,9	77,6	77,3	84,9	85,7
Concelho Palmela	64,8	67,1	67,5	73,3	75,0	72,8	72,4	72,3	79,0	75,2

Fonte: MEC

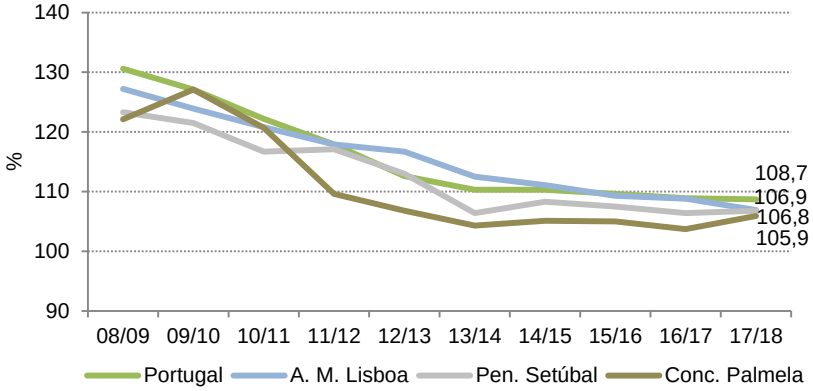
A análise da taxa de pré-escolarização, ao longo da década, tem um percurso positivo, com o indicador a atingir os valores mais elevados no ano letivo 2016/2017, na generalidade das unidades territoriais. No último ano letivo, à exceção da Península de Setúbal, as restantes unidades geográficas apresentam um ligeiro decréscimo.

No concelho, não obstante o alargamento da oferta desta valência na rede pública (que resulta num aumento bastante relevante, quer da capacidade existente, quer da frequência), os valores ainda ficam aquém dos das unidades de enquadramento, o que poderá indiciar que a oferta pública de pré-escolar é ainda insuficiente ou que as crianças não frequentam a educação pré-escolar por opção das famílias.

Taxa bruta de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos (dos 6 aos 14 anos no ensino básico, e dos 15 aos 17 anos no ensino secundário). O indicador abrange a oferta pública e privada.

Gráfico 39. Taxa bruta de escolarização no ensino básico por ano letivo – 2008/2009 - 2017/2018



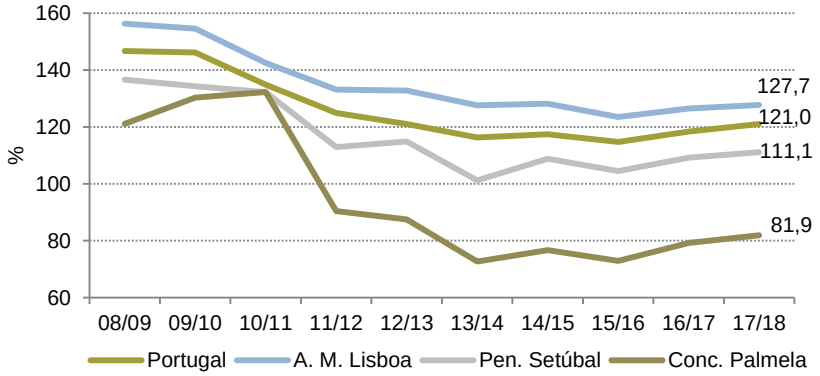
Fonte: MEC

Quadro 18. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário por ano letivo (%) - 2008/2009 a 2017/2018

		08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18
Portugal	Básico	130,6	127,1	122,2	117,9	112,6	110,3	110,3	109,6	108,9	108,7
	Secundário	146,7	146,2	134,9	124,9	121,0	116,3	117,4	114,7	118,4	121,0
A. M. Lisboa	Básico	127,2	123,9	120,8	117,9	116,7	112,5	111,1	109,3	108,8	106,9
	Secundário	156,3	154,6	142,5	133,1	132,8	127,6	128,2	123,5	126,5	127,7
Península Setúbal	Básico	123,3	121,5	116,7	117,1	113,0	106,4	108,3	107,5	106,4	106,8
	Secundário	136,6	134,3	132,2	112,9	114,9	101,2	108,8	104,5	109,2	111,1
Concelho Palmela	Básico	122,1	127,1	120,7	109,6	106,8	104,3	105,1	105,0	103,7	105,9
	Secundário	121,1	130,3	132,3	90,4	87,5	72,7	76,7	72,9	79,2	81,9

Fonte: MEC

Gráfico 40. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário por ano letivo – 2008/2009 - 2017/2018



Fonte: MEC

A taxa de escolarização no ensino básico é superior a 100%, o que pode significar que a população que frequenta esse nível ensino é superior à população residente com idade normal de frequência, ou expressar o efeito da retenção. No caso do concelho, pressupõe-se que possam coexistir as duas situações e no caso do país apenas a retenção.

Por outro lado, é possível observar um movimento descendente, consistente com a tendência demográfica de diminuição do número de inscritos, já patente em alguns níveis de ensino, nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico.

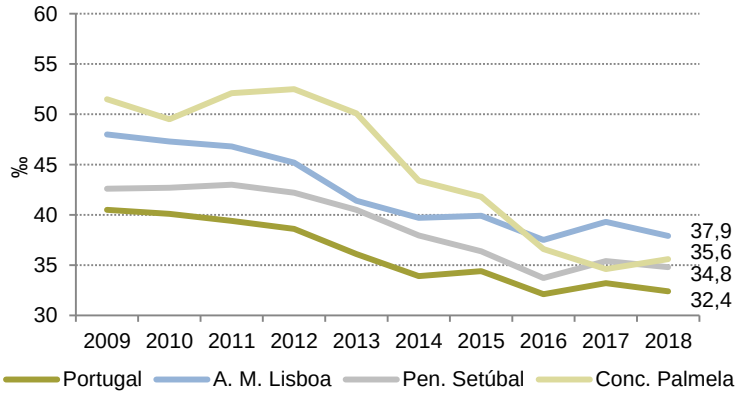
No caso da taxa de escolarização no ensino secundário, apenas o concelho tem valores inferiores a 100%, que poderá ser consequência de alguma mobilidade interconcelhia, pressupondo que parte dos jovens possa optar por frequentar o secundário nos concelhos vizinhos, nomeadamente em Setúbal, pela sua proximidade.

Taxa de criminalidade por categoria de crime

Razão entre o número de crimes ocorridos e a população residente. É expresso em número de crimes por mil habitantes.

Um crime é todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática. O atual Código Penal Português aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, cuja atual redação foi a conferida pela Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro.

Gráfico 41. Taxa de criminalidade – 2009-2018



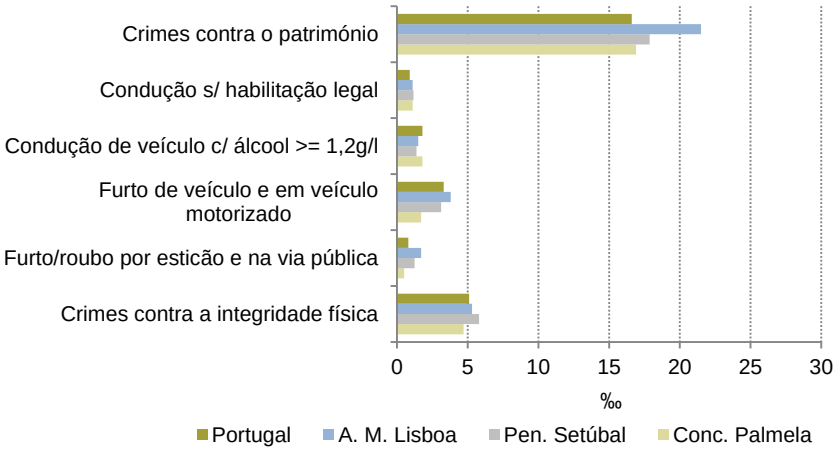
Fonte: MJ

Em 2018, à exceção do concelho de Palmela, a taxa de criminalidade tem uma ligeira diminuição face a 2017, confirmando o movimento descendente que vinha de anos anteriores. No concelho, o indicador revela alguma inconsistência: até 2015 assume valores superiores aos das unidades territoriais que integra, e a partir de 2016 nota-se uma convergência com os valores da Área Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal. Em 2017, em contraciclo com os restantes territórios, a taxa decresce para o valor mais baixo da década (35,6 crimes por 1000 habitantes).

Quadro 19. Taxa de criminalidade (‰) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	40,5	40,1	39,4	38,6	36,1	33,9	34,4	32,1	33,2	32,4
A. M. Lisboa	48,0	47,3	46,8	45,2	41,4	39,7	39,9	37,5	39,3	37,9
Península Setúbal	42,6	42,7	43,0	42,2	40,5	37,9	36,4	33,7	35,4	34,8
Concelho Palmela	51,5	49,5	52,1	52,5	50,1	43,4	41,8	36,6	34,6	35,6

Gráfico 42. Taxa de criminalidade por tipo de crime – 2018



Fonte: MJ

A categoria de crime mais frequente é a de crimes contra o património, que abrange o furto, o abuso de confiança, a apropriação legítima, burlas, extorsão, entre outros. Seguem-se os crimes contra a integridade física e a categoria de furtos de veículos e em veículos motorizados.

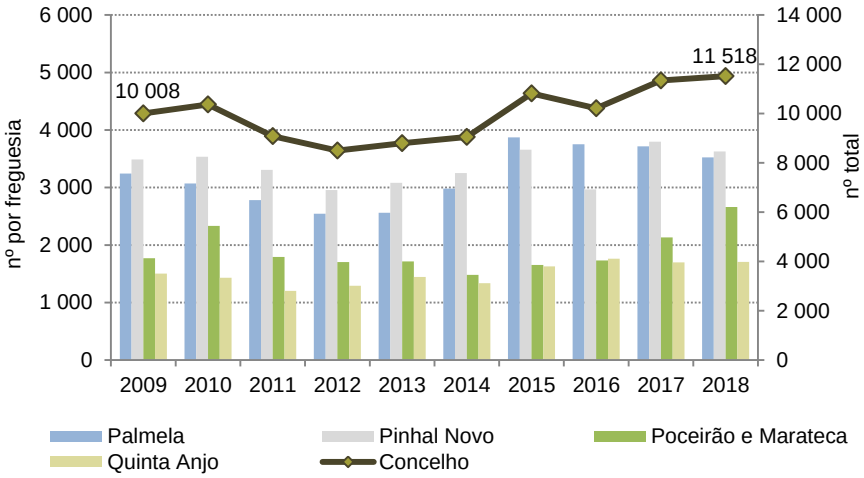
A nível concelhio, destacam-se os crimes de condução de veículo com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2g/l e a condução sem habilitação legal.

Ocorrências de emergência e socorro, por tipo

Número de ocorrências de emergência e socorro, de acordo com a classificação de ocorrências vigente.

A Norma Operacional Permanente 3101/2013 estabelece cinco grandes famílias de ocorrências:
- Riscos naturais;
- Riscos tecnológicos;
- Riscos mistos;
- Proteção e assistência a pessoas e bens;
- Operações e estados de alerta.

Gráfico 43. Ocorrências de emergência e socorro nas freguesias e no concelho – 2009-2018



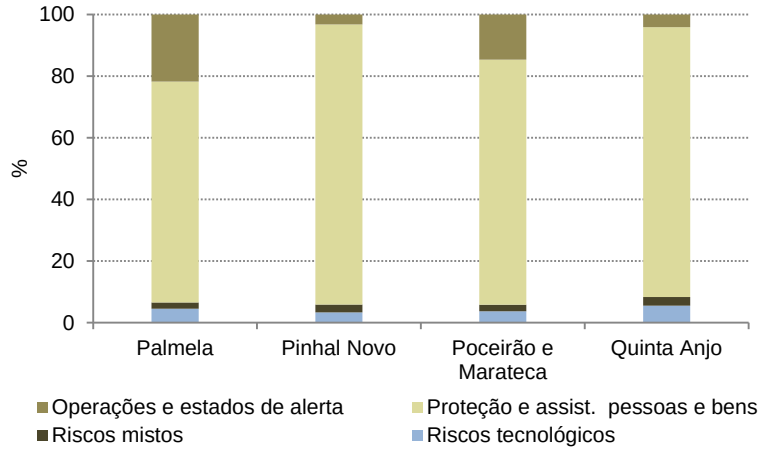
Fonte: ANPC

Quadro 20. Ocorrências de emergência e socorro por tipo e freguesia (nº) – 2018

	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão e Marateca	Quinta Anjo	Concelho
Riscos naturais	-	-	-	-	-
Riscos tecnológicos	160	122	99	94	475
Riscos mistos	72	92	56	48	268
Proteção e assistência a pessoas e bens	2.524	3.297	2.117	1.495	9.433
Operações e estados de alerta	767	116	389	70	1.342
Total	3.523	3.627	2.661	1.707	11.518

Fonte: ANPC

Gráfico 44. Ocorrências de emergência e socorro por tipo e freguesia – 2018



Fonte: ANPC

O concelho de Palmela tem, ao longo período em análise, um número de ocorrências que varia entre 8.500 (em 2012) e 11.500 (em 2018). Pinhal Novo e Palmela, por serem freguesias mais populosas, concentram entre 60 a 75% do total de ocorrências do concelho. Em 2018, houve um incremento de 1,5% (mais 174 ocorrências que em 2017).

Por tipologia, as ocorrências mais comuns estão relacionadas com a proteção e assistência a pessoas e bens (71% de registos na freguesia de Palmela; 91% em Pinhal Novo; 80% em Poceirão/ Marateca e 88% em Quinta do Anjo).

SÍNTESE

Indicador	Unidade	2017	2018	Variação
População residente	n.º	64.230	64.214	⇨
Taxa de natalidade	‰	7,9	8,3	⇧
Taxa de mortalidade	‰	9,7	11,6	⇧
Taxa de mortalidade infantil	‰	0,0	3,8	⇧
Índice de envelhecimento	n.º	122,8	126,4	⇧
Índice de dependência total	n.º	53,3	52,9	⇨
Índice de renovação da população em idade ativa	n.º	85,5	85,4	⇨
Pensionistas ativos	n.º	16.263	16.105	⇨
Agregados familiares alojados em regime de renda apoiada	n.º	27	27	⇨
Processos instaurados de crianças e jovens em situação de perigo	n.º	253	209	⇩
População beneficiária do Rendimento Social de Inserção	n.º	875	829	⇩
População estrangeira residente	nº	1.918	2.209	⇧
Atletas federados	n.º	1.356	1.670	⇧
Superfície desportiva útil por habitante	m²/ hab.	2,8	2,8	⇨
Espetáculos	n.º	37	36	⇩
Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes	n.º	154	160	⇧
Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico	n.º	9.232	2.542	⇩
Organizações do 3º setor	n.º	182	179	⇨
Crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública	n.º	8.107	8.128	⇨
Taxa de criminalidade	‰	34,6	35,6	⇧
Ocorrências de emergência e socorro	n.º	11.344	11.518	⇨
		2017/18	2018/19	
Taxa bruta de pré-escolarização	%	79,0	75,2	⇩
Taxa bruta de escolarização no ensino básico	%	103,7	105,9	⇧
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	%	79,2	81,9	⇧
		2013	2017	
Taxa de participação em atos eleitorais (autárquicas)	%	38,5	43,5	⇧

Símbolo	Legenda
⇧	Variação positiva igual ou superior a 10%
⇧	Variação positiva entre 2% e 10%
⇨	Variação entre -2% e 2%
⇩	Variação negativa entre -2% e -10%
⇩	Variação negativa igual ou inferior a -10%

2018

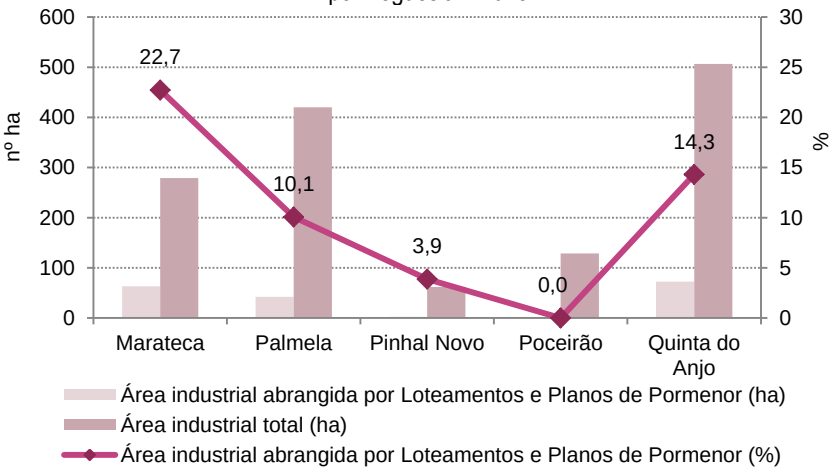
Planeamento e Ordenamento do Território

Percentagem da área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor

Razão entre a área ocupada por loteamentos com alvará ou Planos de Pormenor em vigor e a implementar em espaços industriais, e a área total dos espaços industriais definidos pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor.

Os espaços industriais, existentes e previstos, estão delimitados na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal e destinam-se à implantação de atividades económicas associadas à indústria transformadora e ao comércio e serviços de apoio.

Gráfico 45. Área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor, por freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DAU e DOSI

O concelho de Palmela tem 1.396 ha de área industrial, dos quais 12,9% (180 ha) estão abrangidos unicamente por loteamentos com alvará, uma vez que os Planos de Pormenor em vigor não abrangem área industrial.

A área industrial está especialmente localizada em Quinta do Anjo com 507 ha e Palmela com 420 ha (em conjunto, estas freguesias agregam 67% do total da área industrial existente). No caso de Quinta do Anjo, grande parte dessa área corresponde ao Parque Industrial da Autoeuropa e no caso de Palmela ao loteamento do Parque Industrial de Vale do Alecrim.

Em 2018 verifica-se um aumento do valor da área industrial abrangida por loteamentos na freguesia de Quinta do Anjo decorrente da correção de discrepâncias detetadas entre os limites administrativos oficiais e os disponíveis no SIG municipal.

Quadro 21. Área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor, por freguesia – 2018

	Área industrial total (ha)	Área industrial abrangida por Loteamentos e Planos de Pormenor (ha)	Área industrial abrangida por Loteamentos e Planos de Pormenor (%)
Marateca	278,9	63,4	22,7
Palmela	420,1	42,3	10,1
Pinhal Novo	61,9	2,4	3,9
Poceirão	128,7	0,0	0,0
Quinta do Anjo	506,7	72,5	14,3
Concelho Palmela	1.396,3	180,6	12,9

Fonte: CMP/ DAU e DOSI

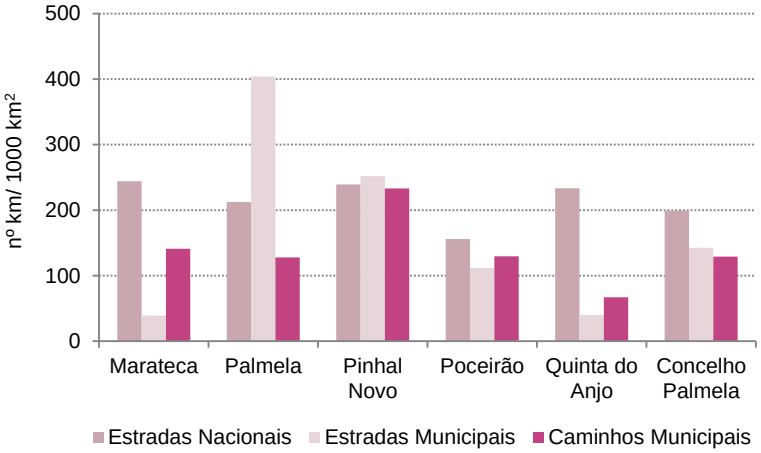
Densidade rodoviária por tipo de via

Razão entre o número de quilómetros por tipo de via, e a superfície da unidade territorial, expresso em n.º de km por 1000 km².

São consideradas as Estradas Nacionais e a Estrada Regional (apesar de estarem fora da jurisdição municipal), as Estradas Municipais e os Caminhos Municipais, que desempenham a função de ligação entre os aglomerados, como coletoras ou distribuidoras do trânsito. Exclui-se a Rede Fundamental.

Quando um troço confina com duas freguesias é incluído na rede viária de ambas, contudo é contabilizado apenas uma vez no somatório do concelho.

Gráfico 46. Densidade rodoviária por tipo de via e freguesia – 2018



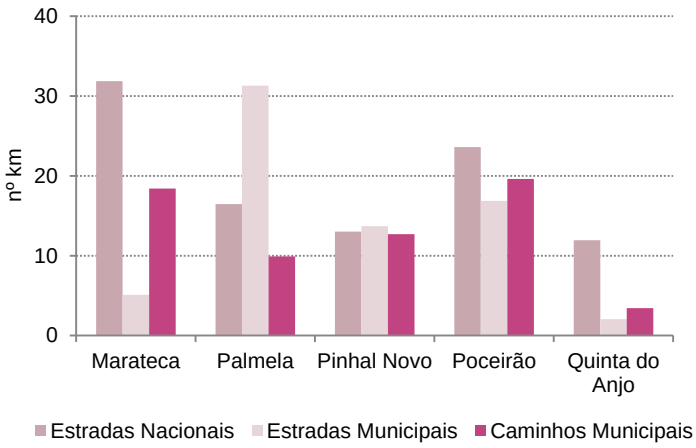
Fonte: CMP/ DIVEP e DOSI

Quadro 22. Quilómetros e densidade rodoviária por tipo de via e freguesia – 2018

	Quilómetros (nº km)			Densidade rodoviária (nº km/ 1000 km²)		
	Estradas Nacionais e Regional	Estradas Municipais	Caminhos Municipais	Estradas Nacionais e Regional	Estradas Municipais	Caminhos Municipais
Marateca	31,9	5,1	18,4	244,0	39,1	141,0
Palmela	16,5	31,3	9,9	212,4	403,9	127,8
Pinhal Novo	13,0	13,7	12,7	239,3	251,8	233,1
Poceirão	23,6	16,9	19,6	155,9	111,4	129,5
Quinta do Anjo	11,9	2,1	3,4	233,4	40,1	67,1
Concelho Palmela	92,6	66,3	60,1	199,1	142,5	129,1

Fonte: CMP/ DIVEP e DOSI

Gráfico 47. Quilómetros por tipo de via e freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DIVEP e DOSI

O número de km de via e a densidade rodoviária apresentados resultam não só da retificação de diferenças detetadas entre os limites administrativos oficiais e os disponíveis no SIG municipal mas também, do desenho de algumas vias.

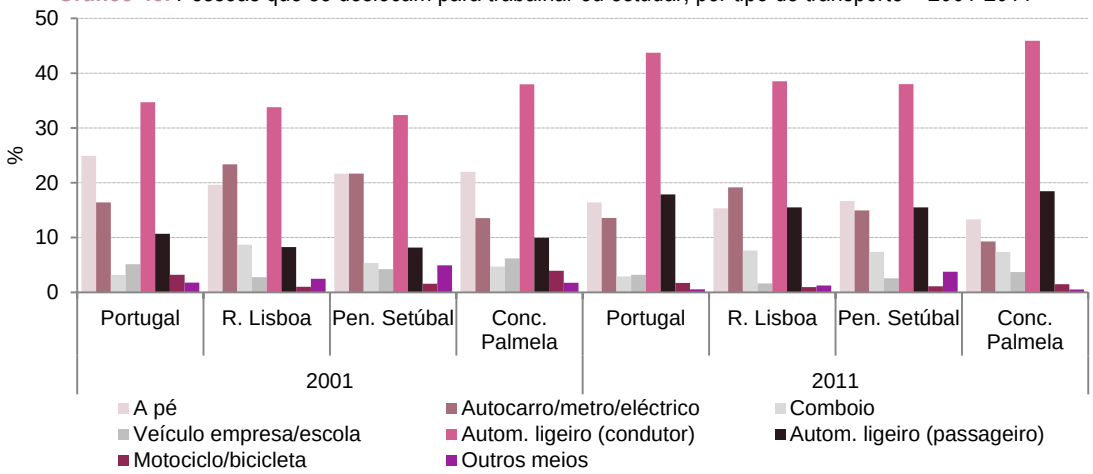
No que respeita à densidade rodoviária é possível observar valores bastante variáveis, tendo em conta o tipo de via e a freguesia: as Estradas Nacionais com maiores densidades em Marateca e Pinhal Novo, as Estradas Municipais em Palmela e os Caminhos Municipais em Pinhal Novo.

Por sua vez, o número de km de Estradas Nacionais e Caminhos Municipais têm maior expressão em Marateca e Poceirão e as Estradas Municipais maior prevalência em Palmela.

Percentagem de pessoas que se deslocam, segundo o modo de transporte

Percentagem de pessoas que se desloca para trabalhar ou estudar, segundo o principal modo de transporte utilizado (a pé, autocarro/ metropolitano/ elétrico, comboio, veículo de empresa/ escola, automóvel ligeiro como condutor ou passageiro, motociclo/ bicicleta, e outros meios). Esta informação é recolhida pelo Instituto Nacional de Estatística em momentos censitários.

Gráfico 48. Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, por tipo de transporte – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A análise da repartição modal das viagens para trabalhar e/ou estudar, entre 2001 e 2011 comprova um forte incremento da utilização do transporte individual (como condutor ou passageiro) na totalidade das unidades territoriais. No concelho, esse aumento é bastante vincado, passando de 47,9% para 64,4% (valor superior aos das unidades de referência). Nota-se também, a perda de significado do modo pedonal e do transporte público, que no concelho se traduz numa queda de 8,7% no modo pedonal e de 1,6% no transporte público (ainda que esta modalidade represente 16,6% do total de viagens realizadas). Por sua vez, a utilização do comboio aumenta 2,6% em 2011.

A análise por freguesia reflete as tendências do concelho: aumento da utilização do transporte individual e diminuição das restantes modalidades, com maiores regressões no modo pedonal e na utilização do motociclo/bicicleta que tinha uma expressão assinalável nas freguesias de Marateca e Poceirão em 2001.

Quadro 23. Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, por tipo de transporte e freguesia (%) – 2001-2011

	2001						2011					
	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
A pé	22,5	18,9	26,9	18,7	16,7	22,0	11,3	11,7	18,0	8,4	7,6	13,3
Autocarro/ metro/ elétrico	15,1	14,4	11,5	12,1	17,7	13,6	15,1	9,0	7,3	15,8	10,1	9,3
Comboio	0,6	1,6	9,8	0,9	1,0	4,7	1,1	4,9	11,5	0,8	5,7	7,3
Veículo empresa/ escola	11,5	4,6	5,5	14,4	4,7	6,2	7,7	3,0	3,5	9,0	2,1	3,7
Automóvel ligeiro (condutor)	33,6	43,1	33,5	34,3	43,3	38,0	45,8	49,0	41,2	48,3	51,2	45,9
Automóvel ligeiro (passageiro)	7,9	12,4	8,3	8,4	11,1	10,0	15,9	20,8	17,0	14,8	20,4	18,4
Motociclo/ bicicleta	7,8	3,4	2,7	9,8	3,8	3,9	2,8	1,4	1,0	2,3	2,0	1,5
Outros meios	1,1	1,7	1,9	1,5	1,8	1,7	0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	0,5

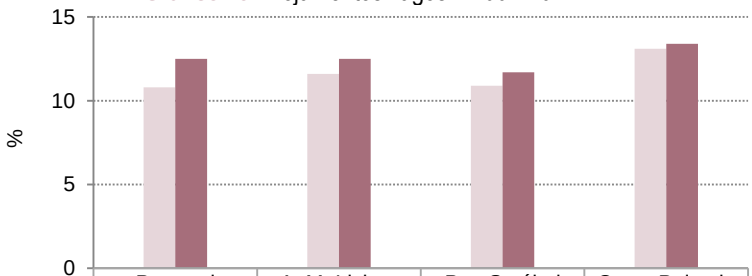
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Percentagem de alojamentos vagos

O indicador representa a proporção de alojamentos vagos face ao número total de alojamentos familiares clássicos existentes num dado momento de referência, que neste caso corresponde aos anos censitários.

É considerado vago o alojamento que se encontre nas seguintes situações: venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração e outros motivos.

Gráfico 49. Alojamentos vagos – 2001-2011



	Portugal	A. M. Lisboa	Pen.Setúbal	Conc. Palmela
2001	10,8	11,6	10,9	13,1
2011	12,5	12,5	11,7	13,4

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

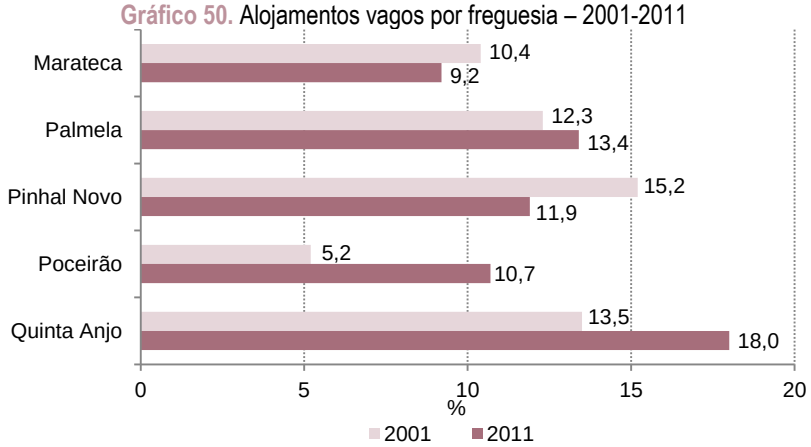
Quadro 24. Alojamentos familiares clássicos existentes e alojamentos vagos (nº) – 2001-2011

	2001		2011	
	Existentes	Vagos	Existentes	Vagos
Portugal	5.019.425	543.777	5.859.540	735.128
Área Metropolitana Lisboa	1.281.891	149.327	1.483.717	184.909
Península Setúbal	358.729	39.203	41.9681	49.022
Concelho Palmela	26.099	3.406	33.073	4.442
Marateca	1.639	170	1.840	169
Palmela	7.435	918	9.007	1.207
Pinhal Novo	10.100	1.534	12.479	1.482
Poceirão	1.806	94	2.384	256
Quinta do Anjo	5.119	690	7.363	1.328

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entre os dois momentos censitários houve um aumento da proporção de alojamentos vagos na generalidade das unidades territoriais. No concelho, o aumento foi de apenas 0,4%, no entanto, a nível das freguesias coexistem duas realidades: Quinta do Anjo e Poceirão tiveram aumentos mais acentuados (4,6% e 5,5%, respetivamente) e, inversamente, Pinhal Novo e Marateca, tiveram decréscimos na proporção de alojamentos vagos.

Gráfico 50. Alojamentos vagos por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

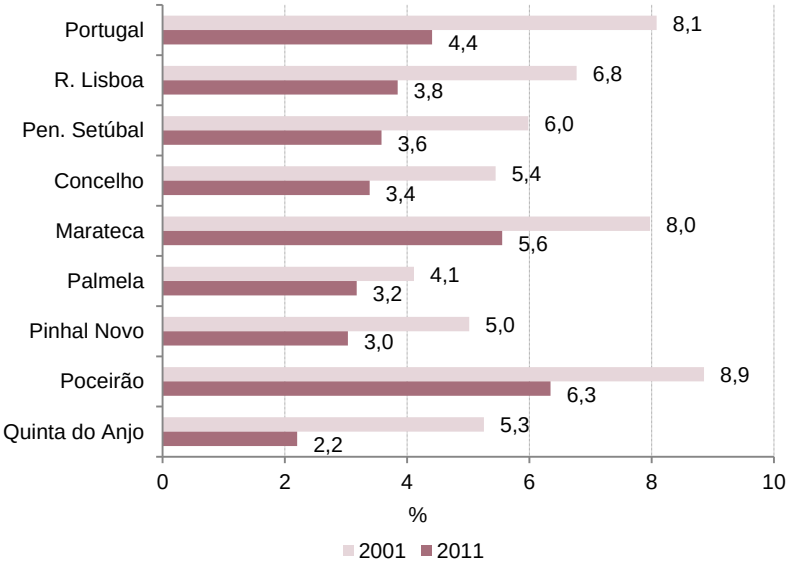
Proporção de edifícios degradados

Proporção de edifícios degradados no conjunto total dos edifícios existentes, expresso em percentagem.

O estado de conservação corresponde à situação do edifício, tendo em atenção o tipo de reparações eventualmente necessárias no momento de referência. É aferido em momentos censitários pelas respostas obtidas na variável "necessidade de reparações".

No âmbito do indicador, consideram-se degradados os edifícios com necessidade de grandes reparações e os muito degradados.

Gráfico 51. Proporção de edifícios degradados – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 25. Edifícios por estado de conservação e freguesia (nº) – 2011

	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação			Muito degradado	Total
		Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações		
Marateca	1.021	395	165	65	28	1.674
Palmela	4.621	1.241	420	108	98	6.488
Pinhal Novo	3.723	1.249	401	116	52	5.541
Poceirão	1.023	623	420	78	62	2.206
Quinta do Anjo	4.394	802	400	84	42	5.722
Concelho	14.782	4.310	1.806	451	282	21.631

Fonte: INE, Censos 2011

Entre 2001 e 2011, a conservação dos edifícios teve uma melhoria substancial, com a proporção de edifícios degradados a abrandar nas várias das unidades territoriais. Esta situação poderá, justificar-se não só com a reabilitação do edificado mais antigo, mas também com o maior significado de edifícios mais recentes. Comparativamente com as unidades territoriais que integra, o concelho surge melhor posicionado.

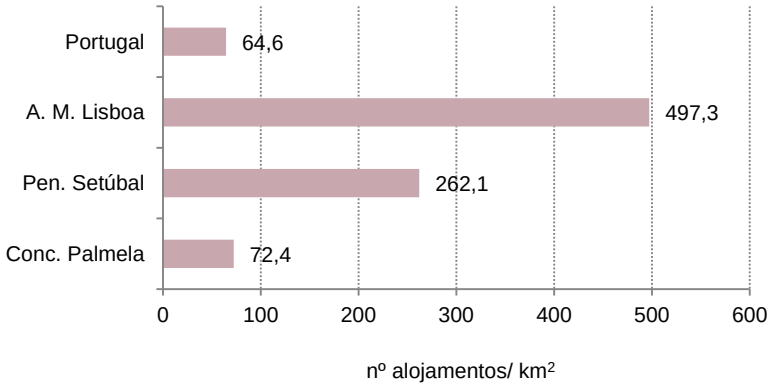
No concelho de Palmela, as freguesias de Marateca e Poceirão são as que têm maior proporção de edifícios degradados (6,3% e 5,6% em 2011, respetivamente). No pólo oposto, encontra-se Quinta do Anjo com apenas 2,2%.

Densidade habitacional

Quociente entre o número de alojamentos existentes e a superfície da unidade territorial. É expresso em número de alojamentos por km².

Para calcular o indicador são utilizadas duas fontes: no caso das freguesias o número de alojamentos contabilizados nos Censos, e nas restantes unidades territoriais as estimativas do parque habitacional (calculadas a partir das Estatísticas das Obras Concluídas).

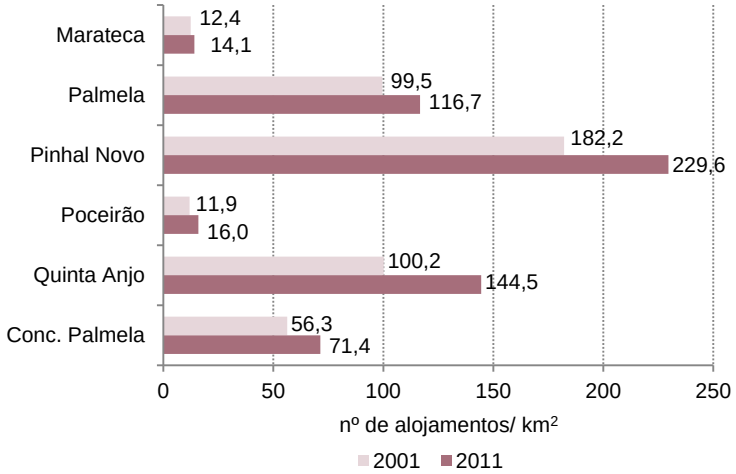
Gráfico 52. Densidade habitacional – 2018



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

A densidade habitacional tem evoluído positivamente de modo progressivo nas diversas unidades territoriais, embora de forma desigual: de um lado, o concelho e o país, com superfícies bastante extensas (à sua escala) e com densidades habitacionais baixas (Palmela com 72,4 alojamentos por km² e Portugal com 64,6); do outro lado, a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa, com densidades habitacionais elevadas (262,1 e 497,3 alojamentos por km²). Poderá assim, concluir-se que o valor do indicador é determinado por dois fatores fundamentais: a extensão do território e a tipologia de ocupação do solo (mais ou menos densificado).

Gráfico 53. Densidade habitacional por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entre os dois momentos censitários, verifica-se um crescimento generalizado da densidade habitacional, com destaque para as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo com as maiores densidades (cerca 230 e 144 alojamentos por km²). Já Marateca e Poceirão, como freguesias predominantemente rurais, têm densidades bastante mais baixas (16 e 14 alojamentos por km²).

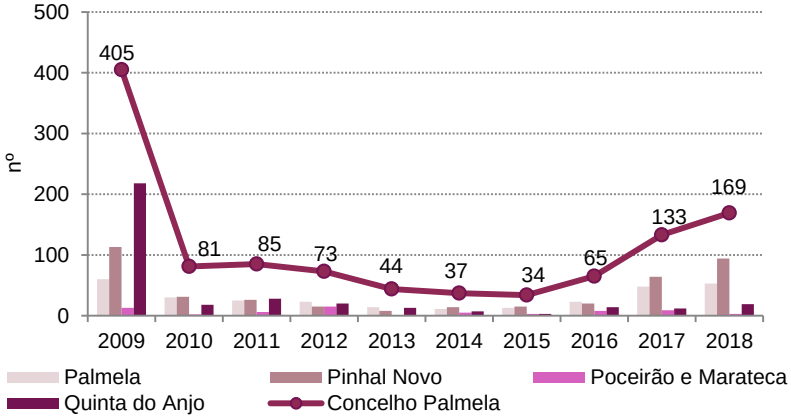
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar

Número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar.

É considerada construção nova toda a edificação inteiramente nova, ainda que no terreno onde foi erigida já houvesse outra construção.

A informação é proveniente do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU) do INE, e tem por base um inquérito remetido pelas câmaras municipais, contendo informação relativa a licenças, autorizações, comunicação prévia, pareceres prévios e projetos municipais de obras de edificação e demolição de edifícios.

Gráfico 54. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesia – 2009-2018



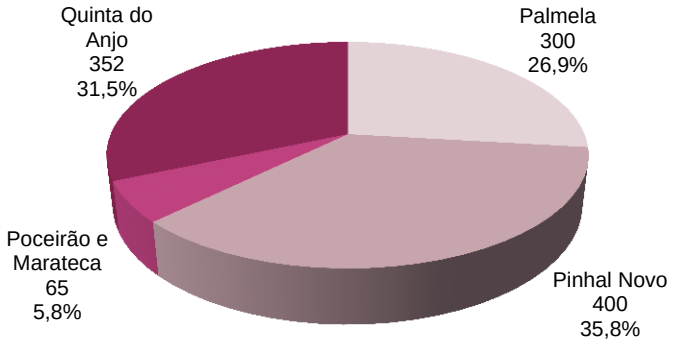
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
Nota: valores revistos

Quadro 26. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	27.298	25.002	17.554	11.493	7.472	6.979	8.561	11.688	14.549	20.205
A. M. Lisboa	4.740	4.937	2.887	1.744	681	867	1.221	1.993	3.016	3.994
Península Setúbal	1.996	1.741	898	412	239	349	523	974	1.320	1.529
Concelho Palmela	405	81	85	73	44	37	34	65	133	169
Marateca	9	1	5	7	1	-	-	-	-	-
Palmela	60	30	25	23	14	11	13	23	48	53
Pinhal Novo	113	31	26	15	8	14	15	20	64	94
Poceirão	4	1	1	8	7	-	-	-	-	-
Poceirão e Marateca	-	-	-	-	1	5	3	8	9	3
Quinta do Anjo	218	18	28	20	13	7	3	14	12	19

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Gráfico 55. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar entre 2009 e 2018 por freguesia (nº e %)



Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Em 2018, confirma-se a tendência de crescimento do número de licenciamentos, que vem desde 2016 (até essa data, o indicador esteve em queda continua).

A análise por freguesia revela a prevalência de Pinhal Novo, com o maior número de licenciamentos (400 - 35,8%). Numa posição intermédia, estão Quinta do Anjo (352 - 31,5%) e Palmela (26,9% - 300 licenciamentos). E com valores bastante inferiores, Poceirão e Marateca com apenas 5,8% do total de licenciamentos do concelho.

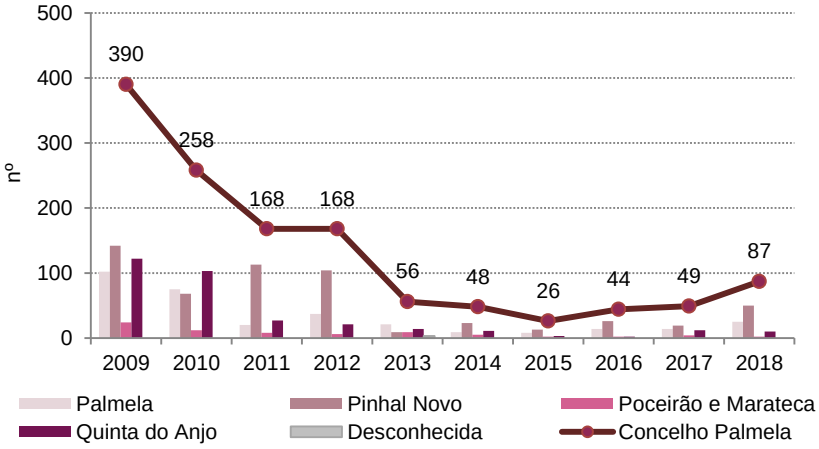
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar

Número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar.

Construção nova é toda a edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre a qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção.

O procedimento de licença/ autorização de utilização de edifícios constitui a fonte de informação para a produção estatística sobre a conclusão de obras de edificação, sendo os dados provenientes do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), do INE.

Gráfico 56. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por freguesia – 2009-2018



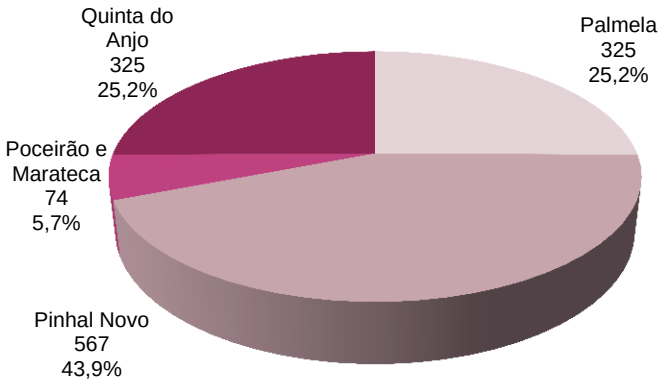
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Quadro 27. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	47.915	35.442	26.255	19.616	12.644	8.226	7.043	7.705	7.867	11.440
A. M. Lisboa	10.711	6.727	4.789	3.638	2.051	1.129	1.070	1.014	1.286	2.118
Península Setúbal	3.681	2.315	1.835	1.088	609	350	448	548	668	1.122
Concelho Palmela	390	258	168	168	56	48	26	44	49	87
Marateca	19	6	6	2	1	-	-	-	-	-
Palmela	102	75	20	37	21	9	8	14	14	25
Pinhal Novo	142	68	113	104	9	23	13	26	19	50
Poceirão	5	6	2	4	5	-	-	-	-	-
Poceirão e Marateca	-	-	-	-	3	5	2	2	4	2
Quinta do Anjo	122	103	27	21	14	11	3	2	12	10
Desconhecida	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas
Nota: Valores revistos. Os valores entre 2012 e 2017 são provisórios e os de 2018 são dados preliminares.

Gráfico 57. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar entre 2009 e 2018 por freguesia (nº e %)



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

O número de fogos concluídos, durante esta década, acompanha a evolução observada ao nível dos licenciamentos: um decréscimo contínuo até 2015, seguido de uma recuperação, lenta mas gradual, a partir de 2016, nas diversas unidades territoriais.

Em 2018, o concelho tem 87 fogos concluídos e uma taxa de crescimento de 77,62% relativamente a 2017). A freguesia de Pinhal Novo assume o maior número de fogos concluídos (5671 - 43,9% do total de fogos). Seguem-se Quinta do Anjo e Palmela, ambas com 325 fogos (25,2%) e finalmente Poceirão e Marateca com 5,6% dos fogos concluídos.

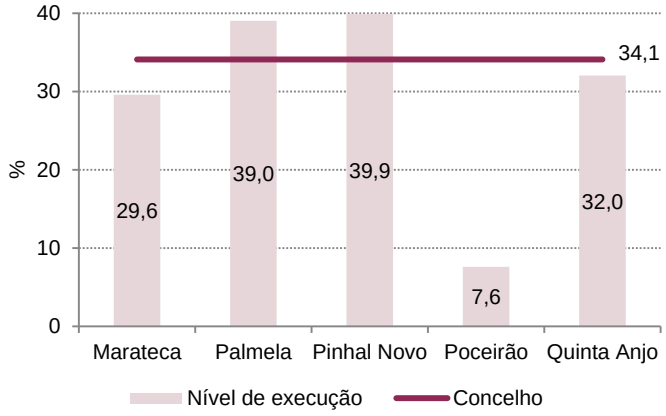
Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (área)

Razão entre a área executada e a área total dos espaços urbanizáveis habitacionais definidos no Plano Diretor Municipal, expressa em percentagem.

Entende-se por executada, a área ocupada por processos de loteamento com alvará e por processos de construção com licença de utilização, licença de construção, certidão de admissão ou informação prévia válida, considerando-se para o efeito o limite do terreno. Em operações de loteamento, considera-se o total da área loteada.

O critério utilizado para contabilizar a área executada é a data da licença que constitui compromisso.

Gráfico 58. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DAU e DOSI

Quadro 28. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por perímetro urbano – 2018

Tipo de Rede	Perímetro Urbano	Área Executada (ha)	Área Urbanizável Habitacional (ha)	Nível de execução (%)
Perímetros Urbanos da Rede Principal	Águas de Moura	18,6	52,9	35,2
	Aires	83,4	190,9	43,7
	Brejos do Assa	30,6	62,3	49,1
	Cabanas	25,2	75,7	33,3
	Palmela	56,3	166,8	33,8
	Pinhal Novo	148,2	283,0	52,4
	Poceirão	8,4	112,7	7,5
	Quinta do Anjo	28,0	72,5	38,6
	Venda do Alcaide	13,2	45,1	29,3
	Subtotal	411,9	1.061,9	38,8
Perímetros Urbanos da Rede Secundária	Abreu Grande/ Carregueira	17,0	46,1	36,9
	Agualva de Cima	4,0	38,8	10,3
	Asseiceira	3,2	13,3	24,1
	Barra Cheia	13,9	52,1	26,7
	Fernando Pó	11,7	30,4	38,5
	Fonte da Barreira	5	15,8	31,6
	Fonte da Vaca	4,7	21,5	21,9
	Lagoa da Palha/ Vale da Vila	55	207,3	26,5
	Lagoa do Calvo	0,8	36,2	2,2
	O. Água/ Lagoinha/ V. Touros	45,3	160,2	28,3
	Subtotal	160,6	621,7	25,8

Fonte: CMP/ DAU e DOSI

Em 2018, o nível de execução global dos perímetros urbanos do concelho é de 34,1%, refletindo uma subida de 0,7%, face ao ano anterior. Pinhal Novo e Palmela são as freguesias com maiores níveis de execução (quase 40% e 39% respetivamente). Por sua vez, a freguesia de Poceirão tem a taxa de execução mais baixa (7,6%).

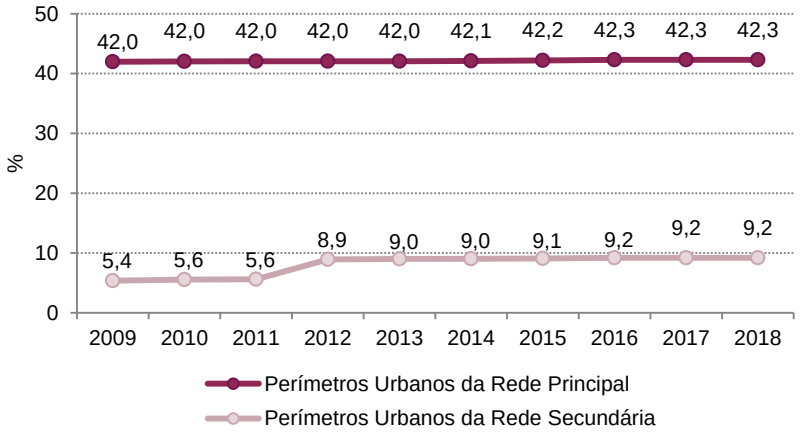
A análise por rede urbana demonstra que a rede principal tem uma taxa de execução superior (38,8% face aos 25,8% da rede secundária). Para essa essa superioridade contribui o facto, dos perímetros abrangidos terem taxas de execução superiores a 30%, e nalguns casos acima de 40%, nomeadamente, Pinhal Novo, Brejos do Assa e Aires. Na rede secundária destacam-se Fernando Pó e Abreu Grande/Carregueira com os valores mais expressivos (38,5 e 36,9%).

Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (fogos)

Razão entre o número de fogos construídos nas áreas urbanizáveis habitacionais dos perímetros urbanos e o total de fogos previstos no cenário de pleno preenchimento definido pelo Plano Diretor Municipal, expresso em percentagem.

São considerados os fogos construídos ou previstos no âmbito de processos de loteamento com alvará, bem como os processos de edificação fora de operações de loteamento.

Gráfico 59. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por rede urbana – 2009-2018



Fonte: CMP/ DAU e DOSI

Quadro 29. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por perímetro urbano – 2018

Tipo de Rede	Perímetro Urbano	Fogos construídos (nº)	Fogos previstos em pleno preenchimento (nº)	Nível de execução (%)
Perímetros Urbanos da Rede Principal	Águas de Moura	100	268	37,3
	Aires	1.522	3.061	49,7
	Brejos do Assa	121	700	17,3
	Cabanas	128	1.630	7,9
	Palmela	857	4.445	19,3
	Pinhal Novo	5.442	8.807	61,8
	Poceirão	2	618	0,3
	Quinta do Anjo	894	1.645	54,3
	Venda do Alcaide	205	725	28,3
	Subtotal	9.271	21.899	42,3
Perímetros Urbanos da Rede Secundária	Abreu Grande/ Carregueira	17	302	5,6
	Agualva de Cima	1	284	0,4
	Asseiceira	0	42	0,0
	Barra Cheia	98	1.460	6,7
	Fernando Pó	9	114	7,9
	Fonte da Barreira	0	48	0,0
	Fonte da Vaca	6	70	8,6
	Lagoa da Palha/ Vale da Vila	55	760	7,2
	Lagoa do Calvo	0	85	0,0
	O. Água/ Lagoinha/ V. Touros	252	1.586	15,9
	Subtotal	438	4.751	9,2

Fonte: CMP/ DAU e DOSI
Nota: valores corrigidos.

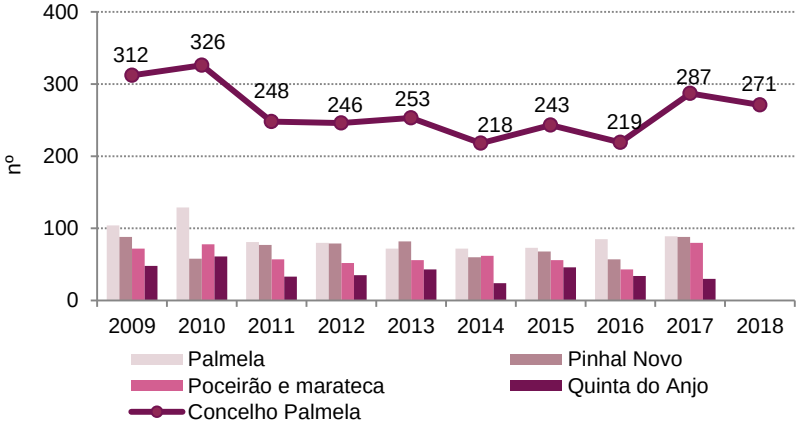
Em dez anos, o nível de execução dos espaços urbanizáveis evidencia alguma estagnação, com os valores a manterem-se na casa dos 42% na rede principal e nos 9% na rede secundária, valores aquém do previsto no caso do pleno preenchimento. Ainda assim, na rede principal sobressaem os perímetros de Pinhal Novo e Quinta do Anjo com 61,8% e 54,3% de execução e na rede secundária o perímetro de Olhos de Água/ Lagoinha e Vale Touros com uma execução acima dos 10%.

Acidentes rodoviários com vítimas, por tipo

Número de acidentes rodoviários ocorridos em estradas do concelho de Palmela, segundo o tipo de vítimas.

As vítimas de acidentes rodoviários são classificadas em feridos leves, feridos graves e mortos.

Gráfico 60. Acidentes rodoviários com vítimas por freguesia – 2009-2018



Fonte: ANSR e INE

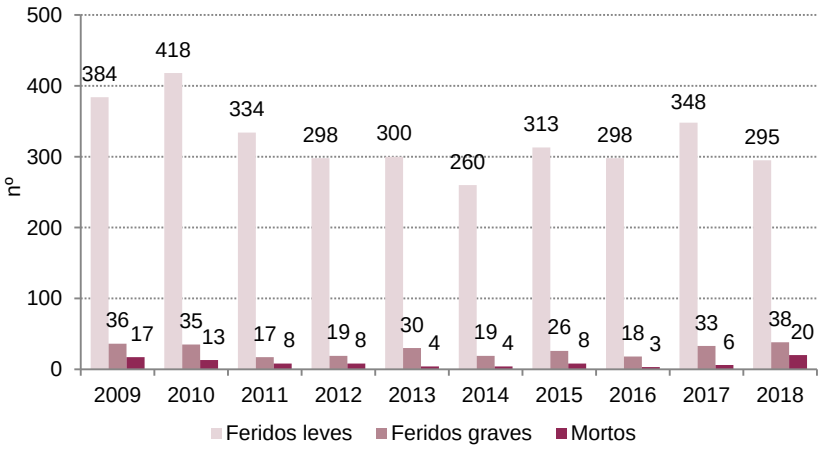
Quadro 30. Vítimas por freguesia (nº) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Palmela	140	176	131	108	93	98	99	119	121	n/d
Pinhal Novo	123	82	108	103	92	75	92	82	105	n/d
Poceirão e Marateca	105	133	75	74	83	82	96	74	117	n/d
Quinta do Anjo	69	75	45	40	66	28	60	44	44	n/d
Concelho Palmela	437	466	359	325	334	283	347	319	387	353

Fonte: ANSR até 2017 e INE 2018
Nota: Em 2018 não foi possível aceder à informação por freguesia

Durante 2018 ocorreram no concelho de Palmela 271 acidentes rodoviários com vítimas (-5,6% do que no ano anterior), no entanto, foi o ano com maior incidência de mortos e feridos graves (20 e 38, respetivamente). Até 2017 (último ano com dados disponíveis ao nível da freguesia) é possível confirmar que a sinistralidade rodoviária tem maior expressão nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Marateca/Poceirão, do que na de Quinta do Anjo.

Gráfico 61. Vítimas por tipo – 2009-2018



Fonte: ANSR e INE

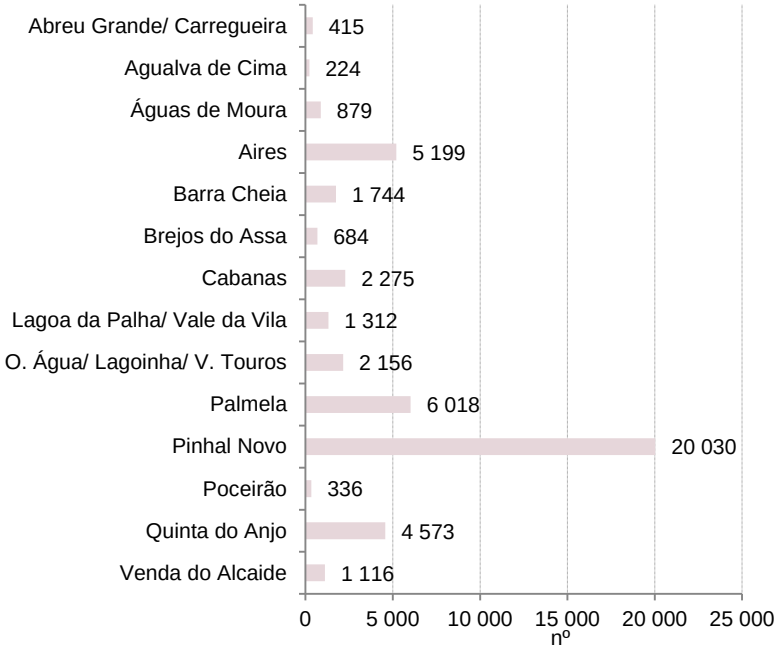
Densidade populacional por perímetro urbano

Razão entre a população residente nos perímetros urbanos e a superfície do perímetro. Exprime-se em n.º de habitantes por km².

O indicador é calculado a partir da BGE (Base Geográfica de Edifícios) do INE, que integra os edifícios georreferenciados nos Censos 2011. Como esta informação foi produzida apenas na última operação censitária, não é possível efetuar comparações com censos anteriores.

Consideram-se todos os perímetros urbanos da rede principal e secundária, com mais de 100 habitantes.

Gráfico 62. População residente por perímetro urbano – 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ DOSI

Quadro 31. Densidade populacional por perímetro urbano – 2011

	População (nº hab.)	Área (km²)	Densidade (nº hab./ km²)
Abreu Grande/ Carregueira	415	0,61	675,1
Agualva de Cima	224	0,51	438,1
Águas de Moura	879	1,01	873,7
Aires	5.199	5,39	965,4
Barra Cheia	1.744	1,64	1.062,6
Brejos do Assa	684	0,87	783,5
Cabanas	2.275	1,94	1.170,7
Lagoa da Palha/ Vale da Vila	1.312	2,86	458,8
Olhos Água/ Lagoinha/ Vale Touros	2.156	3,98	541,4
Palmela	6.018	3,40	1.767,9
Pinhal Novo	20.030	6,43	3.115,7
Poceirão	336	1,67	200,8
Quinta do Anjo	4.573	1,74	2.635,7
Venda do Alcaide	1.116	0,87	1.277,2

Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ DOSI

Pinhal Novo é o perímetro urbano mais populoso do concelho com 20.030 residentes e, simultaneamente, o mais densificado com 3.116 habitantes por km². Seguem-se os perímetros de Quinta do Anjo com 2.636 habitantes por km² e Palmela com 1.768 habitantes/km².

No pólo oposto, com menores densidades, estão os perímetros de Poceirão e Agualva de Cima com 201 e 438 habitantes por km².

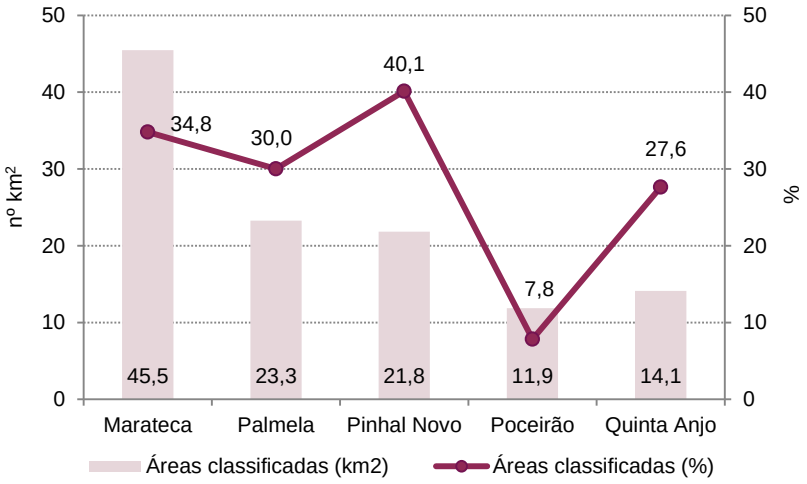
Percentagem de solo ocupado por áreas classificadas

Exprime a percentagem de solo ocupado por áreas classificadas, por freguesia.

São áreas classificadas as consideradas de particular interesse para a conservação da Natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da Lista Nacional de Sítios ou de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de proteção especial. As áreas protegidas de interesse nacional existentes no concelho de Palmela são o Parque Natural da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Sado.

Para além das áreas acima referidas, foi ainda considerada para efeitos deste indicador a Reserva Ecológica Nacional (REN) atualmente em vigor.

Gráfico 63. Solo ocupado por áreas classificadas por freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DOSI

Quadro 32. Solo ocupado por áreas classificadas e freguesia – 2018

	Km^2	%
Marateca	45,5	34,8
Palmela	23,3	30,0
Pinhal Novo	21,8	40,1
Poceirão	11,9	7,8
Quinta do Anjo	14,1	27,6
Concelho Palmela	116,5	25,1

Fonte: CMP/ DOSI

O concelho de Palmela tem uma vasta superfície ocupada por áreas classificadas (117 km^2, que se traduz em 25% do seu território). Marateca é a freguesia que dispõe, em termos absolutos, do maior número de km^2 de área classificada (45,5km^2), abrangendo parte da Reserva Natural do Estuário do Sado. Segue-se a freguesia de Palmela com 23,3 km^2, que inclui parte do Parque Natural da Arrábida. Em termos relativos, destaca-se Pinhal Novo com 40% da sua superfície ocupada com áreas classificadas, principalmente áreas contidas em Reserva Ecológica Nacional, seguindo-se a freguesia de Marateca que representa quase 35%.

SÍNTESE

Indicador	Unidade	2017	2018	Variação
Área industrial abrangida por Loteamentos ou Plano Pormenor	%	12,8	12,9	⇨
Densidade rodoviária	nº km/ 1000 km²	465,8	470,7	⇨
Densidade habitacional	nº aloj./ km²	72,2	72,4	⇨
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	nº	132	169	⇧
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	nº	49	87	⇧
Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (área)	%	33,4	34,1	↑
Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (fogos)	%	36,4	36,5	⇨
Acidentes rodoviários com vítimas	nº	287	271	↓
Densidade populacional	nº hab./ km²	138,1	138,1	⇨
Solo ocupado por áreas classificadas	%	25,1	25,1	⇨
		2001	2011	
Pessoas que se deslocam	%	60,9	58,2	↓
Alojamentos vagos	%	13,1	13,4	↑
Edifícios degradados	%	5,4	3,4	⇩

Símbolo	Legenda
⇧	Variação positiva igual ou superior a 10%
↑	Variação positiva entre 2% e 10%
⇨	Variação entre -2% e 2%
↓	Variação negativa entre -2% e -10%
⇩	Variação negativa igual ou inferior a -10%

2018

Estrutura Económica

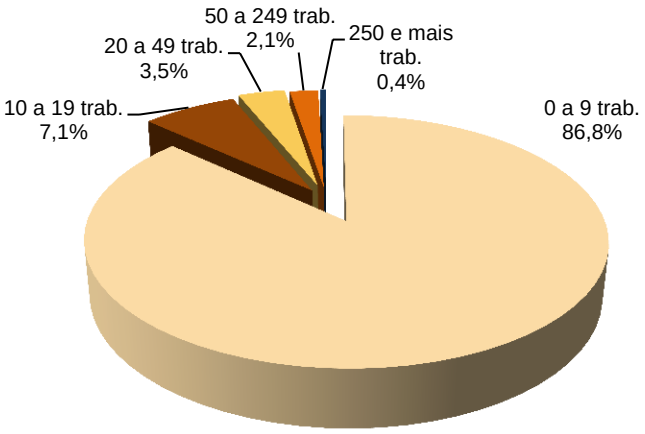
Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de pessoal ao serviço

Razão entre o número de sociedades existentes em determinado escalão de pessoal ao serviço no ano *n*, e o número de sociedades no mesmo escalão de pessoal ao serviço existente no ano *n-1*.

O Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) resulta de um processo de integração da informação estatística sobre empresas proveniente de várias entidades.

São contabilizadas todas as sociedades (por quotas, anónimas, unipessoais e equiparadas) sediadas no concelho que exerceram atividades de produção de bens e/ou serviços durante o período de referência, exceto as classificadas na secção O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória) da CAE Rev. 3.

Gráfico 64. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de pessoal ao serviço – 2018



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 33. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de pessoal ao serviço (nº) – 2010-2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 17-18 (%)
0 a 9 trabalhadores	1.527	1.526	1.460	1.497	1.530	1.583	1.612	1.674	1.751	4,6
10 a 19 trabalhadores	118	116	96	93	100	103	110	135	143	5,9
20 a 49 trabalhadores	88	80	65	66	65	65	67	64	71	10,9
50 a 249 trabalhadores	43	42	41	38	36	36	38	40	43	7,5
250 ou mais trabalhadores	11	12	10	8	10	10	9	10	9	-10,0
Total	1.787	1.776	1.672	1.702	1.741	1.797	1.836	1.923	2.017	4,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Na década em análise, o número de sociedades sediadas no concelho cresce 13%, passando de 1.787 em 2010 para 2.017 em 2018 (mais 230 novas sociedades). As empresas do primeiro escalão de pessoal ao serviço (até 9 trabalhadores) foram as que mais contribuíram para este aumento. Em 2018 o crescimento é de 4,9% face ao ano anterior (94 novas sociedades), reforçando a tendência que vem desde 2013.

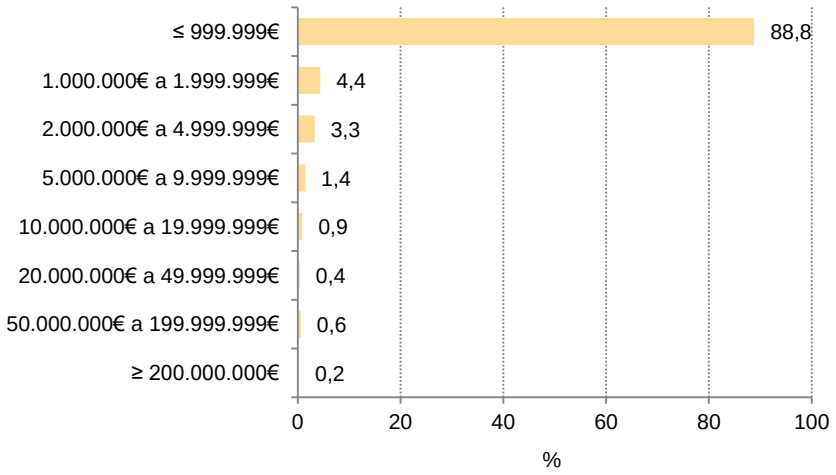
Considerando o escalão de pessoal ao serviço, confirma-se que o tecido empresarial do concelho (à semelhança do que acontece a nível nacional) se caracteriza pela prevalência de micro e pequenas empresas - até 49 trabalhadores, que em conjunto totalizam 97,4% das sociedades. Salienta-se ainda, a existência de 9 sociedades que empregam 250 e mais trabalhadores.

Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de volume de negócios

Razão entre o número de sociedades existente em determinado escalão de volume de negócios no ano *n*, e o número de sociedades no mesmo escalão de volume de negócios existente no ano *n-1*.

O Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE contabiliza todas as sociedades (por quotas, anónimas, unipessoais e equiparadas) com sede no concelho que exerceram atividades de produção de bens e/ou serviços durante o período de referência.

Gráfico 65. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de volume de negócios – 2018



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 34. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de volume de negócios (nº) – 2010-2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 17-18 (%)
≤ 999.999€	1.563	1.580	1.503	1.524	1.563	1.616	1.647	1.709	1.791	4,8
1.000.000€ a 1.999.999€	86	68	55	64	70	72	79	84	88	4,8
2.000.000€ a 4.999.999€	63	57	58	55	47	48	50	65	66	1,5
5.000.000€ a 9.999.999€	31	28	19	21	22	23	23	25	29	16,0
10.000.000€ a 19.999.999€	24	21	19	18	20	18	17	16	18	12,5
20.000.000€ a 49.999.999€	7	8	5	7	7	6	6	9	8	-11,1
50.000.000€ a 199.999.999€	11	12	11	11	10	12	12	12	12	0,0
≥ 200.000.000€	2	2	2	2	2	2	2	3	5	66,7
Total	1.787	1.776	1.672	1.702	1.741	1.797	1.836	1.923	2.017	4,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

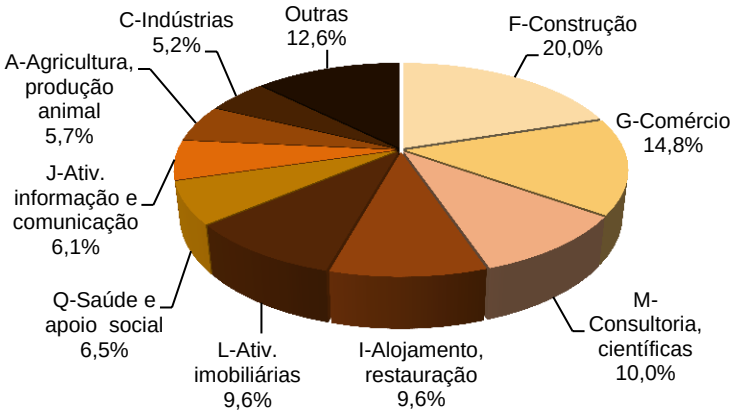
Em 2018, à semelhança de anos anteriores, a larga maioria das sociedades sediadas no concelho declara um volume de negócios inferior a 1 milhão de euros (88,8%), valor que se coaduna com o panorama empresarial existente, com preponderância de micro, pequenas e médias empresas. Nos restantes escalões de volume de negócios, com exceção do escalão entre 20.000.000€ a 49.999.999€ que sofre uma queda de -11,1% (menos uma sociedade), há um crescimento do número de sociedades, com maior incidência nos escalões entre dos 5 e os 20 milhões de euros.
Salienta-se ainda, que o escalão mais elevado de volume de negócios (superior a 200 milhões de euros) cresce 66,7% - o que corresponde a mais duas empresas face ao ano anterior.

Taxa de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade

Razão entre o número de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade, e o número total de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas, expressa em percentagem.

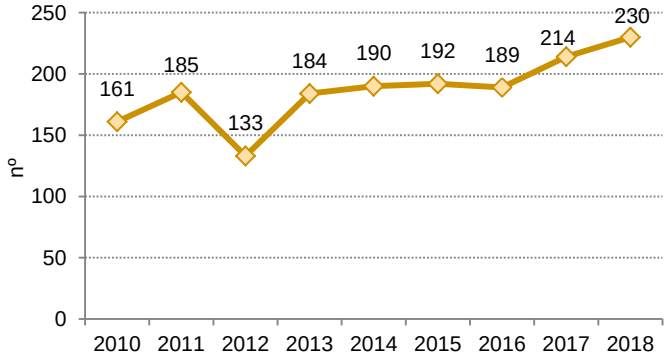
Uma pessoa coletiva é uma organização constituída por um agrupamento de indivíduos ou um complexo patrimonial tendo em vista a prossecução de um interesse comum e à qual a ordem jurídica atribui a qualidade de sujeito de direito (personalidade jurídica), podendo ser de direito público ou privado.

Gráfico 66. Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade com sede no concelho de Palmela – 2018



Fonte: MJ

Gráfico 67. Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas com sede no concelho de Palmela – 2010-2018



Fonte: MJ

No concelho de Palmela a taxa de pessoas coletivas e entidades equiparadas cresce 7,5% relativamente a 2017, dando continuidade ao movimento ascendente iniciado em 2013.

Os setores de atividade com maior dinamismo, na generalidade das unidades territoriais, são o comércio, o alojamento e a restauração, bem como, os serviços de consultoria e atividades imobiliárias.

No concelho, os setores onde germinam mais empresas são a construção (20%), o comércio 14,8%) e as atividades de consultoria (10%).

Quadro 35. Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade (%) – 2018

Secção CAE	Portugal	A. M. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
A - Agricultura	3,1	1,1	1,2	5,7
B - Indústrias extrativas	0,1	0,03	0,0	0,0
C - Indústrias transformadoras	5,8	2,8	3,7	5,2
D - Eletricidade, gás	0,3	0,3	0,2	0,0
E - Captação, tratamento, distribuição água	0,2	0,1	0,1	0,4
F - Construção	9,8	8,9	13,4	20,0
G - Comércio	18,4	15,3	16,9	14,8
H - Transportes, armazenagem	4,7	6,2	7,6	3,0
I - Alojamento, restauração	11,9	10,3	11,3	9,6
J - Informação e comunicação	4,3	6,0	3,9	6,1
K - Financeiras e seguros	1,4	1,4	1,1	0,9
L - Imobiliárias	12,1	15,4	11,5	9,6
M - Consultoria, científicas	10,7	12,8	9,6	10,0
N - Administrativas e serviços	4,9	5,5	5,1	1,7
P - Educação	1,2	1,2	1,1	1,7
Q - Saúde e apoio social	4,8	4,7	4,6	6,5
R - Artísticas, espetáculos	4,1	5,4	6,2	3,5
S - Outros serviços	2,3	2,4	2,5	1,3

Fonte: MJ

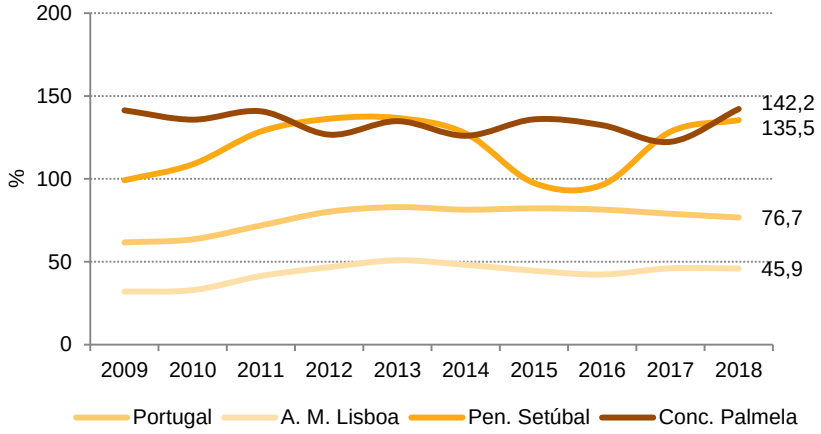
Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Razão entre as exportações e as importações, expressa em percentagem.

Contempla as mercadorias transacionadas, quer com Estados-membros da União Europeia (comércio intracomunitário), quer com os restantes países (comércio extracomunitário).

Para efeitos de desagregação regional, tem-se em conta o município sede dos operadores.

Gráfico 68. Taxa de cobertura das importações pelas exportações – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Quadro 36. Comércio internacional declarado de mercadorias (milhares de €) – 2018

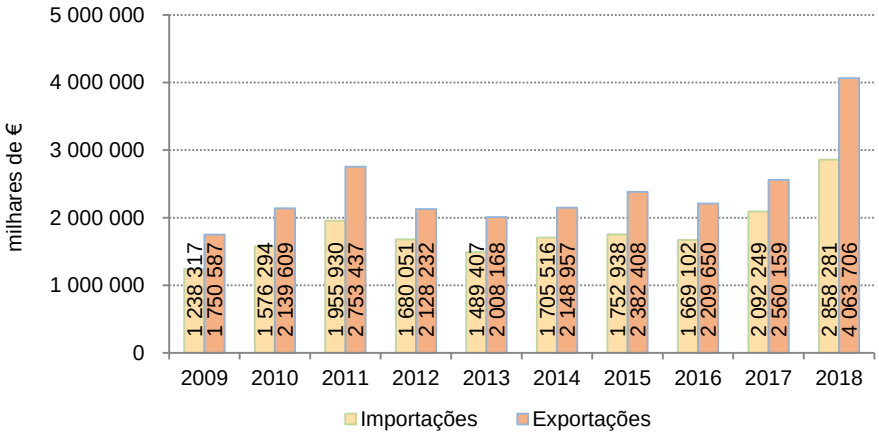
	Importações	Exportações
Portugal	75 439 246 €	57 849 992 €
Área Metropolitana Lisboa	38 070 048 €	17 467 203 €
Península Setúbal	5 026 576 €	6 809 275 €
Concelho Palmela	2 858 281 €	4 063 706 €

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Ao contrário do que acontece no país e na Área Metropolitana de Lisboa, tanto o concelho como a Península de Setúbal têm taxas de cobertura superiores a 100%, o que significa que o peso das exportações supera o das importações, originando um saldo positivo na balança comercial.

Em 2018, o concelho tem uma taxa de cobertura de 142,2%, resultante de um aumento de 58,7% nas exportações relativamente a 2017, conseguindo, assim, o valor de exportações mais alto da década. Para estes resultados, contribui o facto do concelho de Palmela concentrar no seu território um dos principais *clusters* do ramo automóvel do país.

Gráfico 69. Comércio internacional declarado de mercadorias por operadores com sede no município de Palmela – 2009-2018

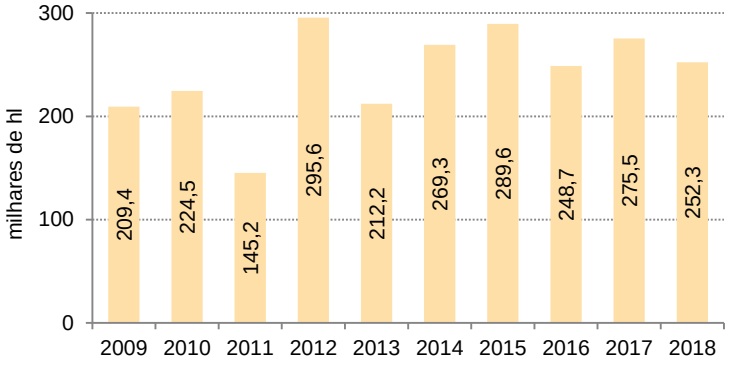


Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Produção vinícola declarada em vinho

Quantifica a produção vinícola declarada em vinho, por local de vinificação e qualidade do vinho, expressa em milhares de hectolitros (hl).

Gráfico 70. Produção vinícola declarada em vinho no concelho de Palmela 2009-2018



Fonte: IVV

A Denominação de Origem Protegida (DOP) é a designação comunitária adotada para identificar um produto cuja produção, transformação e elaboração ocorre numa área geográfica delimitada com um saber-fazer reconhecido e comprovado.
Para beneficiar de uma Denominação de Origem, todo o processo de produção do vinho é rigorosamente controlado, desde a vinha até ao consumidor, cumprindo uma seleção de castas autorizadas para cada região, métodos de vinificação e características organoléticas (cor, limpidez, aroma, sabor). Cabe às Comissões Vitivinícolas Regionais fazer este controlo, sendo a Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) a entidade certificadora dos produtos vitivinícolas com direito à DOP "Setúbal" e "Palmela" e à IGP "Península de Setúbal" (antiga "Terras do Sado").

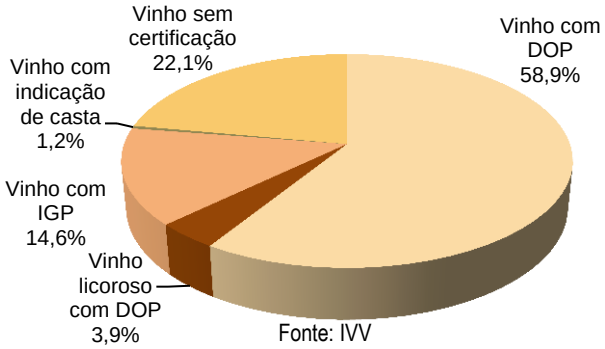
No caso da Indicação Geográfica Protegida (IGP), a relação com o meio geográfico subsiste pelo menos numa das fases da produção, transformação ou elaboração.

Quadro 37. Produção vinícola declarada em vinho por local de vinificação e qualidade do vinho (milhares de hectolitros) – 2018

	Portugal	R. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
Vinho com DOP	2.350	173,2	171,3	148,8
Vinho licoroso com DOP	890,6	20,5	20,3	10,0
Vinho com IGP	1.986,2	294,2	209,1	36,8
Vinho com indicação de casta	41,2	1,3	1,0	1,0
Vinho sem certificação	793,2	112,4	61,3	55,8
Total	6.061,2	601,6	463,0	252,3

Fonte: IVV

Gráfico 71. Produção vinícola declarada em vinho por qualidade do vinho no concelho de Palmela – 2018



Fonte: IVV

A evolução da produção vinícola é marcada por alguma irregularidade, que pode ser explicada não só, mas também, pela forte influência dos fatores climáticos na produção agrícola e vinícola.

O ano de 2018 apresenta uma queda de produção no concelho de 8,4% (menos 23.145 hl de vinho produzido) relativamente ao ano anterior.

No que se refere à qualidade do vinho produzido, mais de metade (quase 59%) é vinho DOP, seguindo-se o vinho sem certificação (22%) e o vinho com IGP (14,6%). O vinho licoroso com DOP e com indicação de casta têm pouca relevância na produção vinícola do concelho.

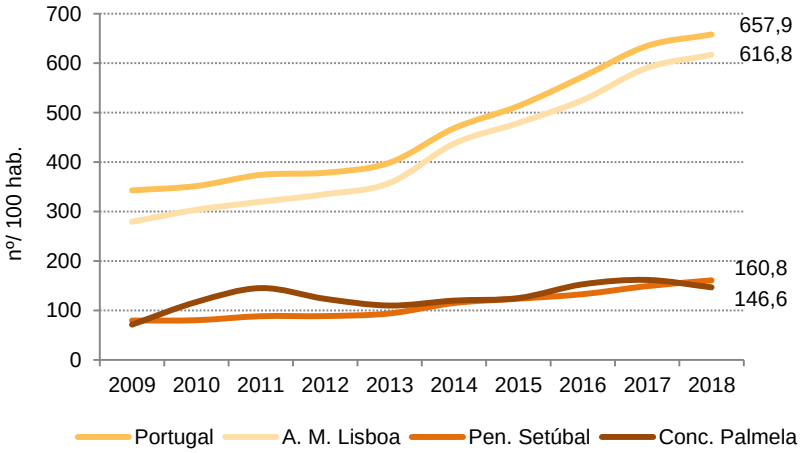
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes

Razão entre o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e a população residente, expresso por cada 100 habitantes.

Os tipos de estabelecimentos hoteleiros são: Hotéis; Pensões; Estalagens; Pousadas; Motéis; Hotéis-Apartamentos; Aldeamentos Turísticos; e Apartamentos Turísticos.

Para além das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, a partir de 2013 passaram a ser contabilizadas as dormidas em unidades de turismo rural, de habitação e alojamento local, configurando uma quebra de série.

Gráfico 72. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes – 2009-2018



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

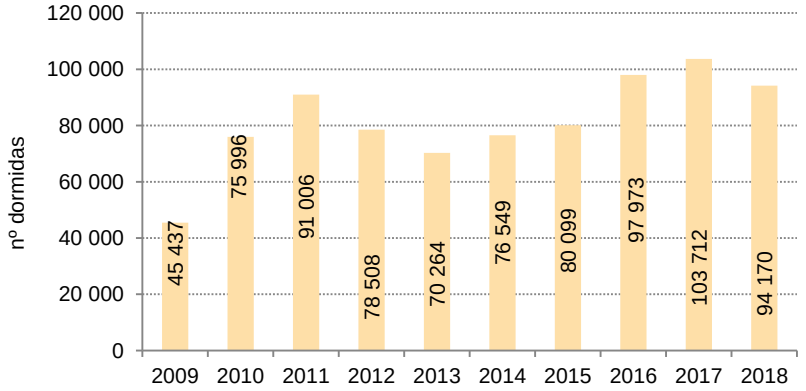
Quadro 38. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (nº) – 2009-2018

	Portugal	A.M. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
2009	36.457.069	7.905.937	632.705	45.437
2010	37.391.291	8.620.423	644.198	75.996
2011	39.440.315	9.027.432	687.513	91.006
2012	39.681.040	9.439.853	692.865	78.508
2013	43.533.151	10.386.705	752.837	70.264
2014	48.711.366	12.279.422	897.988	76.549
2015	53.074.176	13.468.659	967.192	80.099
2016	59.122.640	14.800.346	1.038.280	97.973
2017	65.385.210	16.695.206	1.166.947	103.712
2018	67.662.103	17.516.975	1.259.942	94.170

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Em 2018, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes, dá conta de um crescimento nas várias unidades territoriais, com exceção do concelho que regista uma quebra de - 9,2% face a 2017. Inversamente às unidades territoriais de enquadramento, que têm um crescimento progressivo, no caso do concelho, esse percurso é marcado por algumas flutuações. Ainda assim, em dez anos, o concelho mais que duplica o número de dormidas, passando de 45.437 em 2009 para 94.170 em 2018.

Gráfico 73. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros no concelho – 2009-2018



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Percentagem de postos de trabalho por ramo de atividade

Percentagem de postos de trabalho das sociedades e empresários em nome individual localizados no concelho, segundo a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE).

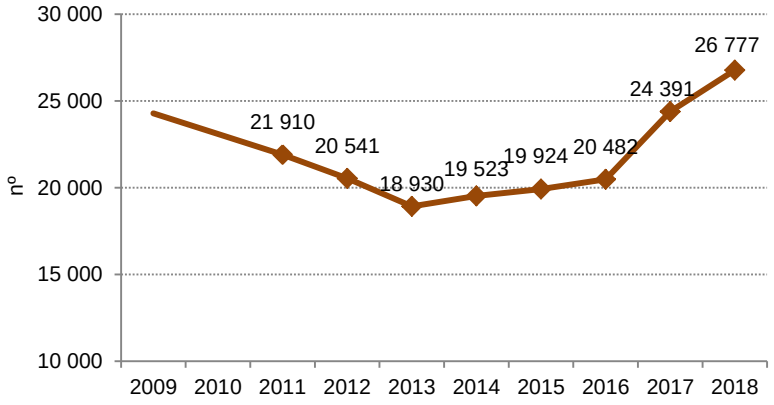
A informação é proveniente dos Quadros de Pessoal, cuja apresentação anual é obrigatória por parte das pessoas singulares ou coletivas com trabalhadores ao seu serviço e pelos serviços da administração pública.

Quadro 39. Postos de trabalho por ramo de atividade e freguesia (%) – 2018

	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão/ Marateca	Quinta do Anjo	Concelho
A - Agricultura	1,5	1,9	12,9	0,2	1,6
C - Indústrias transformadoras	45,6	11,3	17,8	56,5	44,2
D - Eletricidade, gás, vapor	0,1	-	-	-	0,02
E - Capt., tratam., distrib. água	1,1	0,05		1,1	0,9
F - Construção	9,6	30,5	13,0	1,6	9,0
G - Comércio	15,1	15,2	15,9	7,7	11,4
H - Transportes, armazenagem	4,6	4,5	17,3	7,3	6,7
I - Alojamento, restauração	4,2	6,8	8,0	0,8	3,1
J - Informação e comunica	0,6	0,5	0,0	0,4	0,5
K - Financeiras e seguros	0,7	1,7	0,6	0,1	0,5
L - Imobiliárias	0,3	0,6	0,1	0,1	0,2
M - Consultoria, científicas	1,2	2,9	0,8	3,7	2,7
N - Administrativas e serviços	4,4	5,3	4,2	17,9	11,3
O - Admin. pública e defesa	0,4	0,8	2,2	-	0,4
P - Educação	3,1	1,9	0,1	0,3	1,4
Q - Saúde e apoio social	5,4	9,5	6,5	1,6	4,2
R - Artísticas, espetáculos	0,7	0,9	0,1	0,1	0,4
S - Outros serviços	1,3	5,6	0,5	0,6	1,6

Fonte: MTSSS, Quadros de Pessoal

Gráfico 74. Postos de trabalho no concelho de Palmela – 2009-2018



Nota: Nos anos de 2009 e 2010 a informação não foi adquirida.
Fonte: MTSSS, Quadros de Pessoal

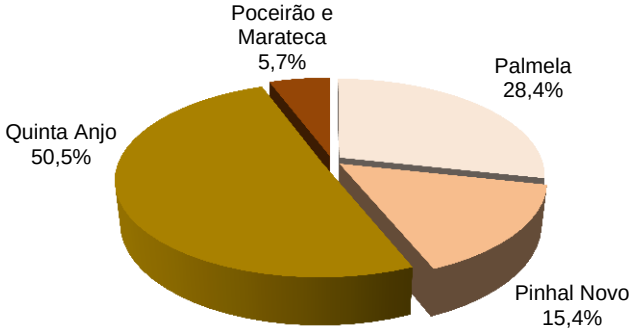
Em 2018, o setor mais representado no concelho continua a ser o da indústria transformadora, que agrega 44,2% do emprego. Segue-se o comércio com 11,4% e as atividades administrativas e serviços (11,3%).

Por freguesia, em Palmela e Quinta do Anjo sobressai o peso do setor industrial (com valores acima dos 45%); em Pinhal Novo predomina o setor da construção (30,5%) e em Poceirão/Marateca o setor agrícola com quase 13%.

O número de postos de trabalho no concelho tem crescido consecutivamente desde 2014, registando um aumento próximo dos 10% em 2018.

A distribuição do indicador por freguesia mostra que Quinta do Anjo concentra metade dos postos de trabalho do concelho (50,5%), seguindo-se Palmela com 28,4%, facto que estará associado à maior disponibilidade do setor empresarial nestas freguesias. Por seu lado, Pinhal Novo, apesar de ser a freguesia mais populosa, concentra apenas 15,4% dos postos de trabalho e Poceirão/ Marateca 5,7%.

Gráfico 75. Postos de trabalho por freguesia – 2018



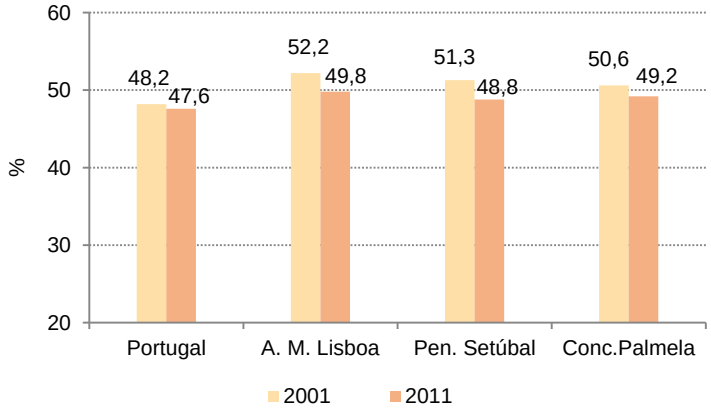
Fonte: MTSSS, Quadros de Pessoal

Taxa de atividade

O indicador permite aferir o peso da população ativa no total da população residente.

A população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população ativa a população empregada e a população desempregada.

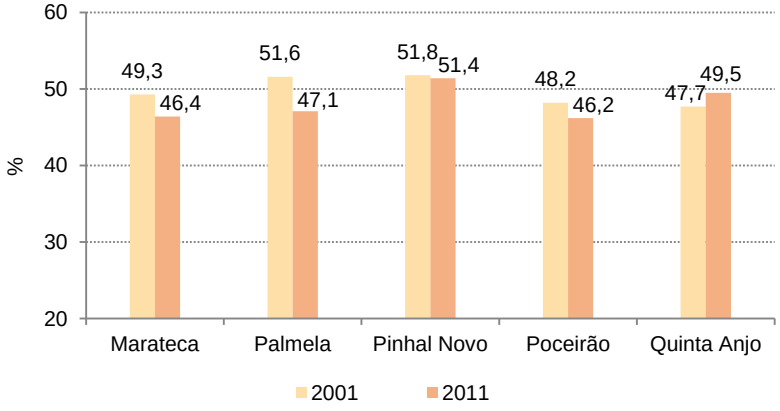
Gráfico 76. Taxa de atividade – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A taxa de atividade, entre os dois momentos censitários, decresce nas diversas unidades territoriais. Esta descida prende-se, presumivelmente, com alterações ao nível da estrutura demográfica, nomeadamente a diminuição da população em idade ativa e o aumento população mais idosa. No concelho de Palmela a taxa de atividade diminuiu 1,4%, passando de 50,6% em 2001 para 49,2% em 2011.

Gráfico 77. Taxa de atividade nas freguesias e concelho de Palmela – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

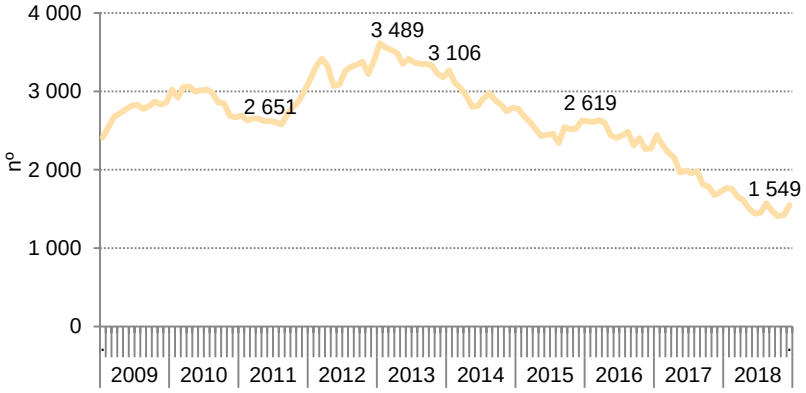
Com exceção da freguesia de Quinta do Anjo, onde a taxa de atividade cresce quase 2 pontos percentuais em 2011, presumivelmente em resultado do rejuvenescimento ocorrido entre os dois momentos censitários, e da freguesia de Pinhal Novo que consegue manter a sua taxa de atividade nos 51%, devido à estrutura mais jovem da sua população residente, nas restantes freguesias a tendência foi negativa à semelhança das restantes unidades de enquadramento.

Número de desempregados por sexo

O indicador apresenta o número de desempregados.

Considera-se desempregado o candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho.

Gráfico 78. Desempregados no concelho de Palmela – 2009-2018



Fonte: IEFP

Atualmente existem duas fontes produtoras de estatísticas do desemprego: o INE, cuja informação provém de um inquérito trimestral aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa e o IEFP, cujos dados resultam do ato administrativo de inscrição num Centro de Emprego. Opta-se por apresentar os dados do IEFP, pois são os que estão desagregados ao município.

Quadro 40. Desemprego médio anual no concelho de Palmela por sexo (nº) – 2009-2018

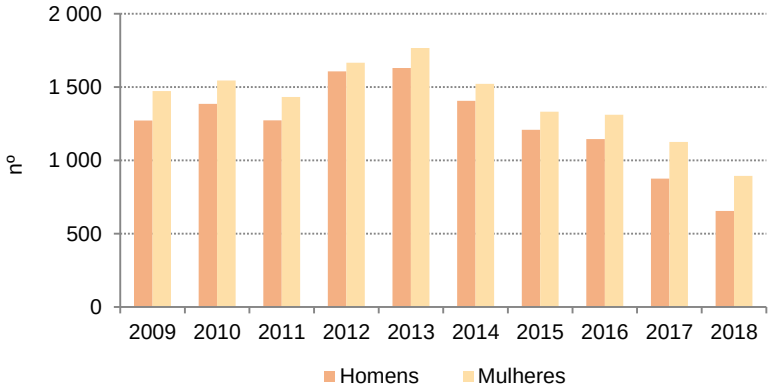
Ano	Homens	Mulheres	Total
2009	1.272	1.472	2.744
2010	1.385	1.544	2.928
2011	1.273	1.432	2.705
2012	1.607	1.666	3.273
2013	1.630	1.766	3.396
2014	1.406	1.521	2.926
2015	1.208	1.332	2.540
2016	1.145	1.311	2.456
2017	875	1.125	2.000
2018	655	894	1.549

Fonte: IEFP

Desde 2013 que o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego apresenta um movimento descendente, culminando, em 2018, com o número mais baixo - 1.549 desempregados, o que representa 2,4% da população residente no concelho.

A distribuição por sexo mostra que as mulheres são mais atingidas pelo desemprego, e que embora tenha havido um período de aproximação, entre 2012 e 2014, as diferenças voltam a agudizar-se nos dois últimos anos.

Gráfico 79. Desemprego médio anual no concelho de Palmela por sexo – 2009-2018



Fonte: IEFP

SÍNTESE

Indicador	Unidade	2017	2018	Variação
Sociedades	n.º	1.923	2.017	↑
Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas	n.º	214	230	↑
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	%	122,4	142,2	⇧
Produção vinícola declarada em vinho	1000 hl	275,5	252,3	↓
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes	n.º/ 100 hab.	161,6	146,6	↓
Postos de trabalho no concelho de Palmela	n.º	24.391	26.777	↑
Desempregados	n.º	1.716	1.549	↓
		2001	2011	
Taxa de atividade	%	50,6	49,2	↓

Símbolo	Legenda
⇧	Variação positiva igual ou superior a 10%
↑	Variação positiva entre 2% e 10%
→	Variação entre -2% e 2%
↓	Variação negativa entre -2% e -10%
⬇	Variação negativa igual ou inferior a -10%

2018

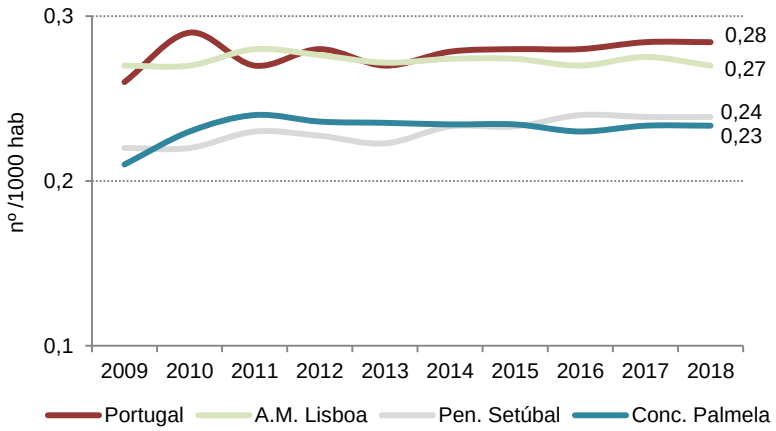
Equipamentos Coletivos

Farmácias por 1000 habitantes

Relaciona o número de farmácias existentes com a população residente estimada, expresso pelo número de farmácias por 1000 habitantes.

As regras técnicas de instalação, equipamento e funcionamento, bem como o licenciamento e a fiscalização das farmácias são atribuições do Infarmed.

Gráfico 80. Farmácias por 1000 habitantes – 2009-2018



Fonte: INE, Estatísticas das Farmácias

Quadro 41. Farmácias (nº) – 2018

	2018
Portugal	2.923
Área Metropolitana Lisboa	780
Península Setúbal	190
Concelho Palmela	15
Marateca	2
Palmela	4
Pinhal Novo	4
Poceirão	2
Quinta do Anjo	3

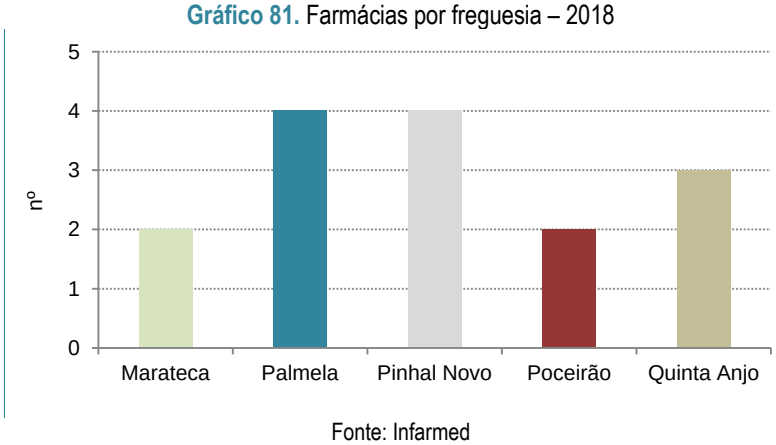
Fonte: INE, Estatísticas das Farmácias e Infarmed

Desde 2013 que o número de farmácias por 1000 habitantes se tem mantido constante em todas as unidades territoriais. Facto que poderá prender-se com a estrita regulamentação existente, que condiciona quer o número quer a localização das farmácias.

O concelho tem um número de farmácias por 1000 habitantes muito próximo do registado na Península de Setúbal (0,23 e 0,24 respetivamente), no entanto, abaixo das 0,27 farmácias da Área Metropolitana de Lisboa ou das 0,28 do país.

Existem 15 farmácias no concelho de Palmela, 8 das quais localizadas nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela e em menor número nas restantes freguesias.

Gráfico 81. Farmácias por freguesia – 2018



Fonte: Infarmed

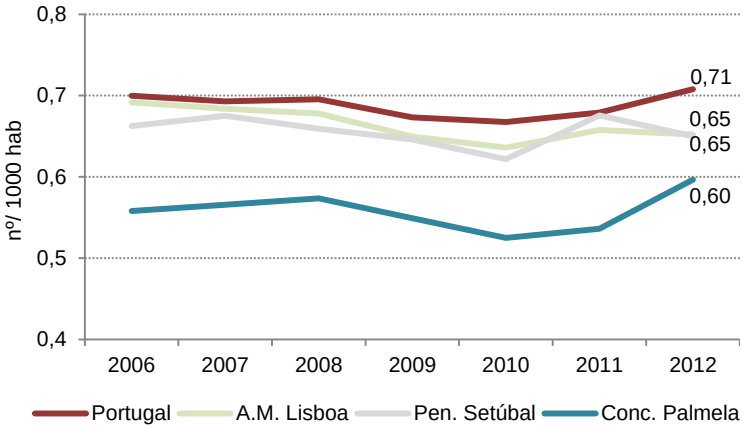
Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões por 1000 habitantes

Relaciona o número de médicos ao serviço nos centros e extensões de saúde com a população residente estimada.

É expresso pelo número de médicos ao serviço nos centros e extensões de saúde por 1000 habitantes.

No período em análise, o indicador considera duas fontes distintas: o INE até 2012, cuja informação permite a comparabilidade com as unidades territoriais de enquadramento e, a partir de 2013, o ACES Arrábida, com informação apenas disponível para o concelho de Palmela. Esta alteração prende-se com a descontinuidade da aplicação do inquérito aos centros de saúde, realizado pelo INE.

Gráfico 82. Médicos por 1000 habitantes ao serviço nos centros de saúde e extensões – 2006-2012



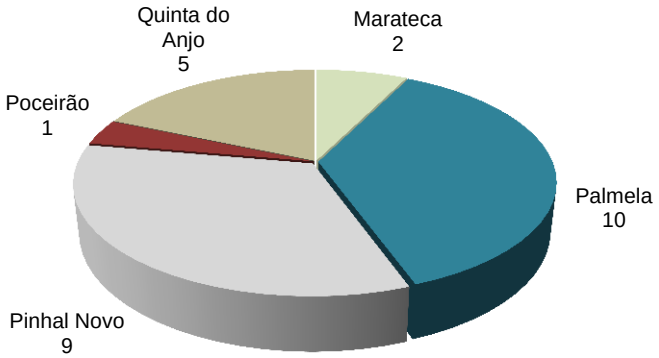
Fonte: INE, Inquérito aos centros de saúde

Quadro 42. Médicos por 1000 habitantes ao serviço nos centros de saúde e extensões – 2009-2018

Ano	Portugal	A.M. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
2009	0,67	0,65	0,65	0,55
2010	0,67	0,64	0,62	0,52
2011	0,68	0,66	0,68	0,54
2012	0,71	0,65	0,65	0,60
2013	n/d	n/d	n/d	0,41
2014	n/d	n/d	n/d	0,39
2015	n/d	n/d	n/d	0,39
2016	n/d	n/d	n/d	0,44
2017	n/d	n/d	n/d	0,40
2018	n/d	n/d	n/d	0,42

Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde e ACES Arrábida

Gráfico 83. Médicos ao serviço no centro de saúde e extensões por freguesia – 2018



Fonte: ACES Arrábida

Entre 2006 e 2012, o concelho de Palmela tinha um número de médicos por 1000 habitantes, abaixo dos registados nas unidades territoriais de referência. A partir de 2013, com a mudança de fonte estatística do INE para o ACES Arrábida, nota-se uma regressão dos valores do indicador, os quais podem, eventualmente, ser justificados por diferentes opções metodológicas relativas à contabilização dos médicos.

Em 2018, o concelho tem 0,42 médicos por 1000 habitantes e contabiliza um total de 27 médicos a exercer funções no centro de saúde e respetivas extensões (mais um médico que no ano anterior).

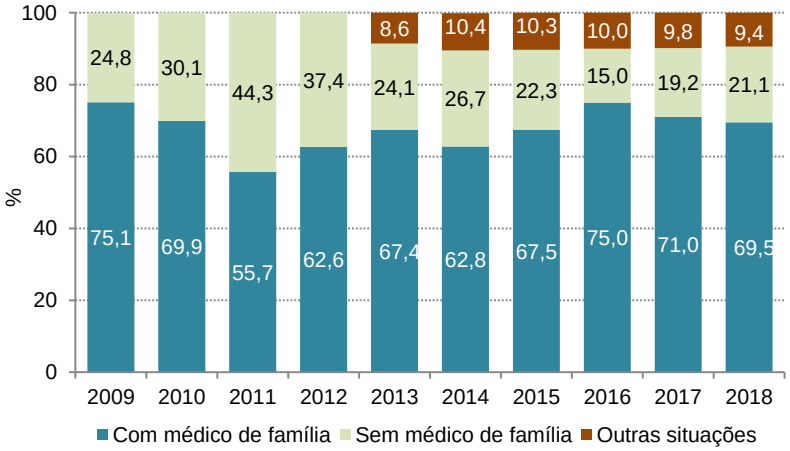
As freguesias com maior número de médicos são Palmela e Pinhal Novo, que em conjunto agregam 70% dos médicos ao serviço, seguindo-se Quinta do Anjo, que passa de 4 para 5 médicos em 2018. Marateca e Poceirão têm, no total, 3 médicos ao serviço nas respetivas extensões de saúde.

Percentagem de população inscrita no centro e extensões de saúde, com e sem médico de família

O indicador visa aferir o peso da população com e sem médico de família no total da população inscrita no centro de saúde e extensões de saúde do concelho, expresso em percentagem.

A partir de 2013, considera-se também a categoria "Outras situações", que inclui os utentes não frequentadores dessas unidades de saúde acrescidos dos utentes que não têm médico de família por opção.

Gráfico 84. População inscrita no centro e extensões de saúde do concelho com e sem médico de família – 2009-2018

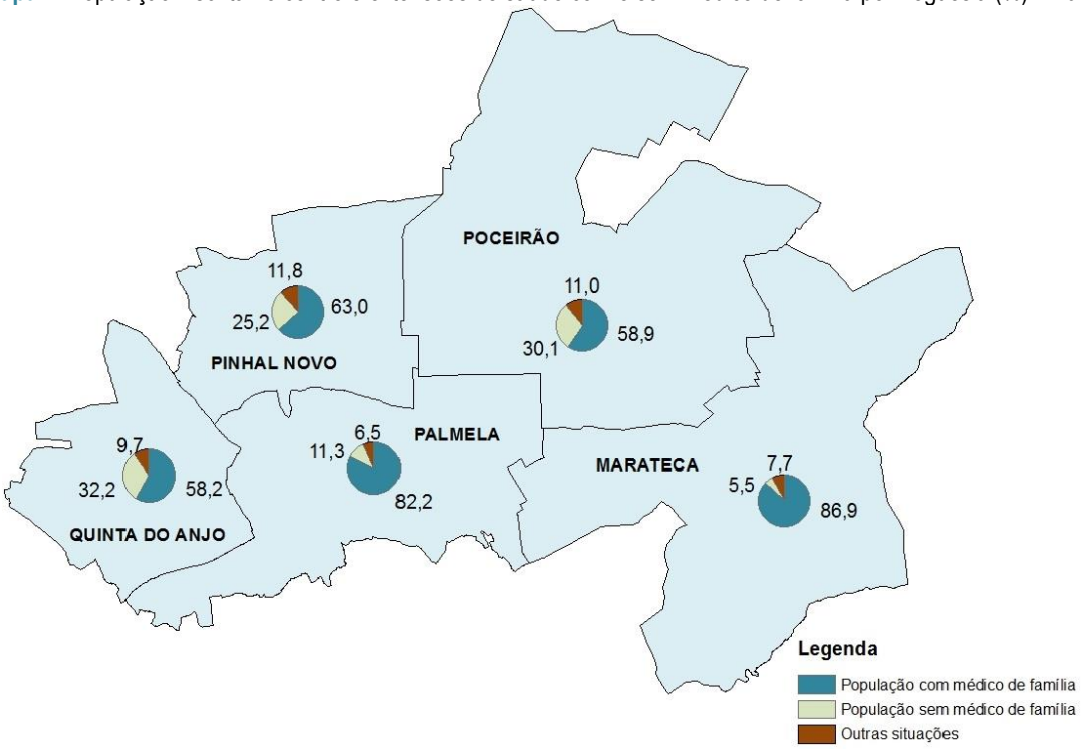


Fonte: ACES Arrábida

Entre 2009 e 2018, a cobertura de utentes com médico de família tem um percurso irregular, com percentagens que variam entre os 55% em 2011 e 75% em 2009 e 2016. Em 2018, existe uma ligeira quebra de 0,5% face ao ano anterior, que poderá ser reflexo do acréscimo do número de inscritos (mais 891 novos utentes), o que faz com que o concelho tenha 64.881 utentes inscritos no centro e extensões de saúde e uma taxa de cobertura de utentes com médico de família de 69,5%.

A análise por freguesia mostra que existem dois níveis distintos de cobertura: de um lado, estão Marateca e Palmela com valores superiores a 80% e do outro lado, as freguesias de Poceirão, Quinta do Anjo e Pinhal Novo com percentagens inferiores, entre 58% e 63%.

Mapa 1. População inscrita no centro e extensões de saúde com e sem médico de família por freguesia (%) – 2018

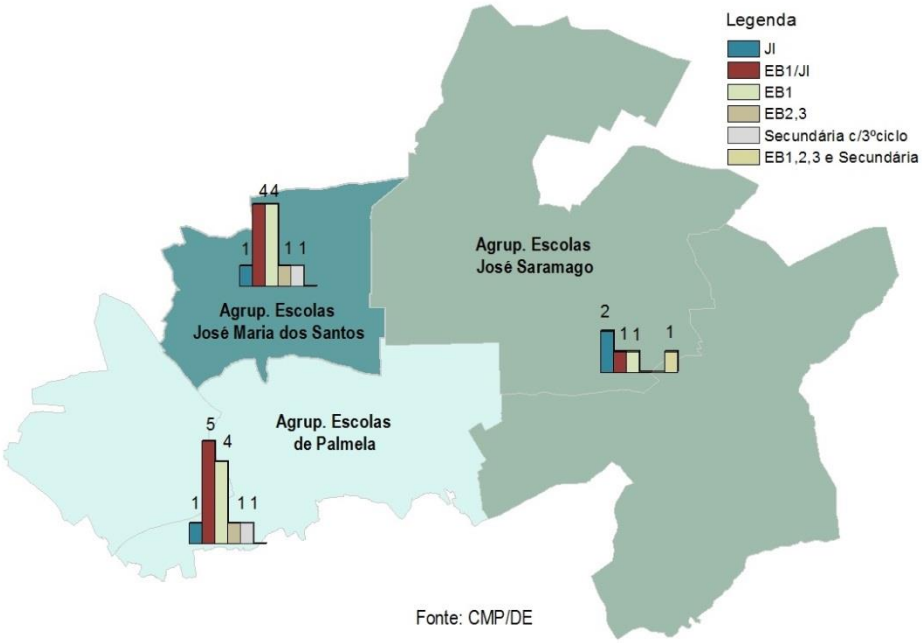


Fonte: ACES Arrábida e CMP/ DOSI

Estabelecimentos de educação e ensino públicos

Número de estabelecimentos de educação e ensino, da rede pública, por nível de ensino e agrupamento de escolas.

Mapa 2. Estabelecimentos de educação e ensino por tipo e agrupamento[2] (nº) – 2018/2019



Em 2018/2019, o concelho contabiliza 28 estabelecimentos de educação e ensino: 11 no Agrupamento José Mª dos Santos, 12 no Agrupamento de Escolas de Palmela e 5 no Agrupamento José Saramago. As escolas secundárias estão inseridas nos agrupamentos de Palmela e Pinhal Novo, por razões de representação gráfica, uma vez que constituem escolas não agrupadas.

A maioria dos estabelecimentos agrega a vertente da educação pré-escolar e o 1º ciclo (10) ou apenas o 1º ciclo (9).

Quadro 43. Salas de educação e ensino por tipo e agrupamento (nº) – 2009/2010 e 2018/2019

		2009/2010	2018/2019
Agrupamento de Escolas de Palmela	Pré-escolar	11	12
	1º Ciclo	42	44
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos (Pinhal Novo)	Pré-escolar	15	18
	1º Ciclo	58	52
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrupamento de Escolas José Saramago (Marateca-Poceirão)	Pré-escolar	4	6
	1º Ciclo	20	18
	2º e 3º Ciclo e Secundário	15	15
Escolas não agrupadas	Secundária c/ 3º Ciclo	75	108
Total	Pré-escolar	30	36
	1º Ciclo	118	114
	2º e 3º Ciclo	65	65
	Secundário c/ 3º Ciclo	75	108

Fonte: CMP/ DE

O período em análise é marcado por algumas alterações no ordenamento da rede escolar do concelho: em 2009/2010, a EB Salgueiro Maia é ampliada, passando a dispor de 3 salas de pré-escolar e 11 de 1º ciclo; a EB Alberto Valente, entra em rede, com 6 salas de pré-escolar e 16 de 1º ciclo. Em 2017/2018, a Escola Secundária de Pinhal Novo é ampliada passando a contar com mais 33 salas e, em 2018/2019, é ampliada a EB de Aires, com 1 nova sala de pré-escolar e mais 6 de 1º ciclo.

Assim, em termos globais, entre 2009/20210 e 2018/2019, há um aumento de 6 salas no ensino pré-escolar e uma diminuição de 4 salas no 1º ciclo, resultante não só de alguns encerramentos, mas também da concentração de alunos noutras escolas do concelho.

[2] Nos termos do art.º 6º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), o agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista a garantir a coerência do projeto educativo, proporcionando um percurso sequencial e articulado aos alunos de uma dada área geográfica, e racionalizando a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas. Não obstante, os agrupamentos devem ter uma dimensão equilibrada e racional, razão pela qual as escolas secundárias de Palmela e Pinhal Novo não estão agrupadas.

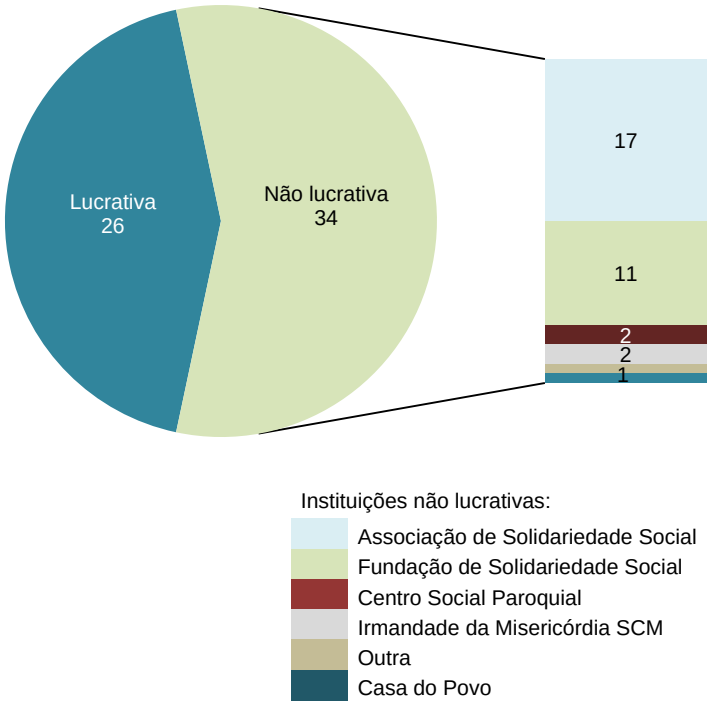
Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição

O indicador contabiliza os equipamentos sociais existentes segundo a natureza jurídica da instituição a que pertencem. Sublinha-se que uma instituição pode gerir vários equipamentos.

As instituições podem ter natureza não lucrativa (associações, fundações, entre outras) ou lucrativa (quando têm forma empresarial).

Incluem-se na tipologia de equipamentos sociais, aqueles cujos serviços predominantes se destinam a dar respostas sociais, por exemplo, na área da infância, as creches, na área dos idosos, lares e centros de dia, e na área da comunidade e família, os centros de atendimento.

Gráfico 85. Equipamentos sociais no concelho de Palmela por natureza jurídica da instituição (nº) – 2018



Quadro 44. Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição (nº) – 2018

		Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo
Lucrativa		1	10	11	1	3
Não Lucrativa	Associação de Solidariedade Social	2	7	3	2	3
	Fundação de solidariedade social	1	1	8	-	1
	Centro social paroquial	-	-	2	-	-
	Irmandade da Misericórdia / SCM	-	2	-	-	-
	Casa do Povo	-	-	-	1	-
	Outra	-	-	1	-	-
	Total	4	20	25	4	7

Fonte: MTSSS, Carta Social

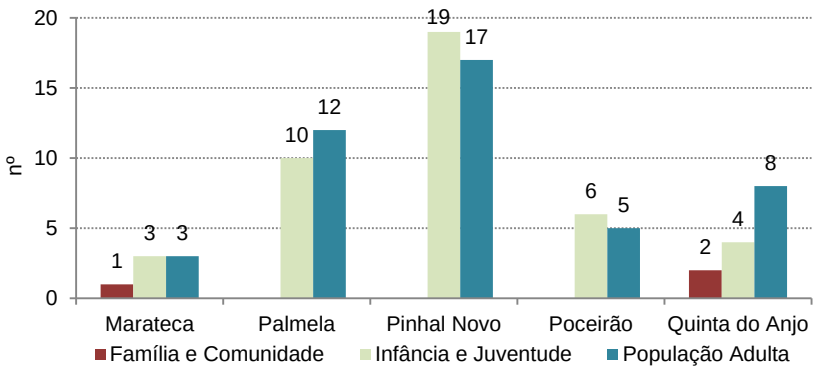
O concelho de Palmela, em 2018, conta com 60 equipamentos de cariz social, dos quais 56,7% são de natureza não lucrativa e 43,3% de natureza privada lucrativa. Surgem três novos equipamentos privados (2 em Pinhal Novo e 1 em Palmela) contrabalançando o encerramento de outros 2, em Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Relativamente à distribuição dos equipamentos sociais no concelho, Pinhal Novo e Palmela reúnem a maior proporção de equipamentos sociais (41,7% e 33,3% do total). Realça-se também, o predomínio de equipamentos geridos por associações de solidariedade social (28,3%) e por fundações de solidariedade social (18,3%) no universo dos equipamentos não lucrativos.

Valências sociais por tipo e público-alvo

Contabiliza as valências sociais disponíveis nos equipamentos do concelho segundo a tipologia e o público-alvo.

Gráfico 86. Valências sociais por público-alvo – 2018



Fonte: MTSSS, Carta Social

Em 2018, o concelho dispõe de 90 valências sociais, metade das quais, são destinadas à população adulta, principalmente aos idosos (45,5%); a outra metade está vocacionada para a infância e a juventude (46,7%) e, em menor proporção, para a Família e Comunidade (3,3%).

A repartição das valências por freguesia confirma que Pinhal Novo concentra 40% do total de valências e disponibiliza uma maior oferta de respostas socias. Segue-se Palmela, que dispõe de 24,4% e Quinta do Anjo com 15,6%. Em Marateca e Poceirão, o número de valências dirigidas à infância e à população idosa está equiparado, apesar da oferta existente ser bastante mais reduzida que nas restantes freguesias.

Quadro 45. Valências sociais por tipo e público-alvo (nº) – 2018

Público-alvo	Resposta Social	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
Família e Comunidade	Centro Comunitário	1	-	-	-	-	1
	Atendimento/Acompanhamento Social	-	-	-	-	1	1
	Refeitório/Cantina Social	-	-	-	-	1	1
	Subtotal	1	-	-	-	2	3
Infância e Juventude	Crianças e Jovens						
	Creche	1	2	5	2	1	11
	Centro de Atividades de Tempos Livres	1	1	4	2	1	9
	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	1	3	6	2	2	14
	Crianças e Jovens com Deficiência						
	Intervenção Precoce	-	1	-	-	-	1
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo						
	Centro de Acolhimento Temporário	-	1	2	-	-	3
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	-	1	1	-	-	2
	Lar de Infância e Juventude	-	1	1	-	-	2
	Subtotal	3	10	19	6	4	42
População Adulta	Pessoas Adultas com Deficiência						
	Lar Residencial	-	-	1	-	-	1
	Residência Autónoma	-	-	1	-	-	1
	Centro de Atividades Ocupacionais	-	-	1	-	-	1
	Pessoas em situação de Dependência						
	Serviço de Apoio Domiciliário (Dependência)	-	-	1	-	-	1
	Pessoas Idosas						
	Centro de Convívio	-	1	1	-	1	3
	Centro de Dia	1	3	2	2	3	11
	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	1	7	6	1	3	18
	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	1	1	4	2	1	9
	Subtotal	3	12	17	5	8	45
	Total	7	22	36	11	14	90

Fonte: MTSSS, Carta Social

SÍNTESE

Indicador	Unidade	2017	2018	Variação
Farmácias por 1000 habitantes	n.º/ 1000 hab.	0,23	0,23	⇨
Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões	n.º	26	27	⇧
População inscrita no centro e extensões de saúde com médico de família	%	71,0	69,5	⬇
Equipamentos sociais	n.º	59	60	⇨
Valências sociais	n.º	89	90	⇨
		17/18	18/19	
Estabelecimentos de educação e ensino	n.º	28	28	⇨

Símbolo	Legenda
⇧	Variação positiva igual ou superior a 10%
⇧	Variação positiva entre 2% e 10%
⇨	Variação entre -2% e 2%
⬇	Variação negativa entre -2% e -10%
⬇	Variação negativa igual ou inferior a -10%

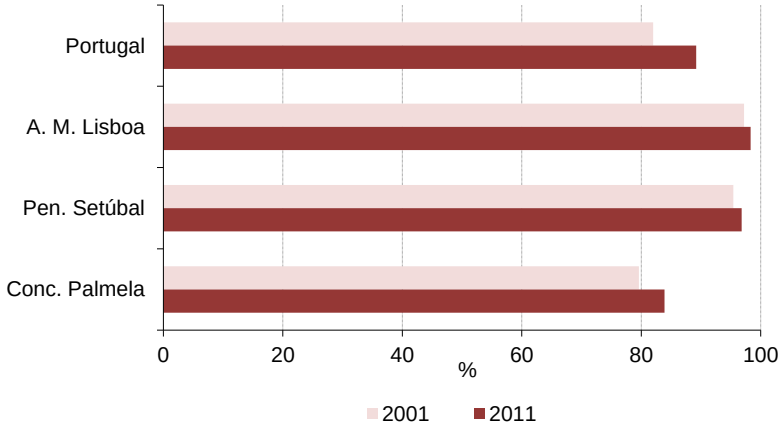
2018

Ambiente

Percentagem de alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água

Proporção de alojamentos familiares com ligação à rede pública de abastecimento de água, relativamente ao total de alojamentos familiares de residência habitual.

Gráfico 87. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 46. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água (%) – 2001-2011

	2001	2011
Portugal	82,0	89,2
Região Lisboa	97,2	98,3
Península Setúbal	95,4	96,8
Concelho Palmela	79,6	83,9
Marateca	39,4	52,8
Palmela	86,6	89,3
Pinhal Novo	91,0	93,5
Poceirão	18,6	28,7
Quinta Anjo	85,6	87,0

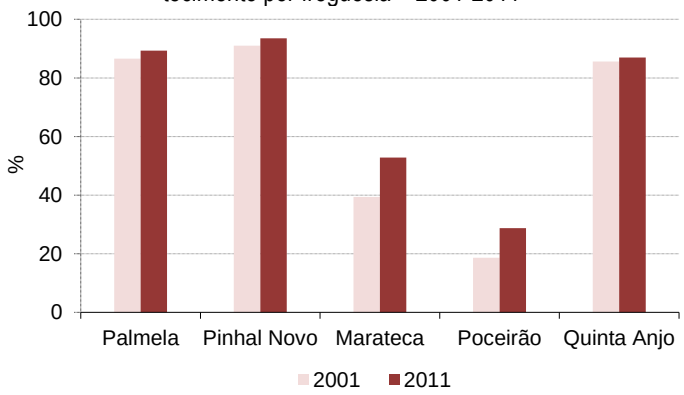
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

A última década confirma um aumento percentual dos alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água em todas as unidades territoriais. Persiste, no entanto, um desequilíbrio (atenuado em 2011), entre o concelho e as unidades territoriais de enquadramento, nomeadamente, a Península de Setúbal e a Região de Lisboa.

Nas freguesias também se evidenciam diferenças: nas mais urbanas, os valores de cobertura de abastecimento situam-se acima dos 85%, e nas mais rurais (onde a rede pública ainda não está disponível em muitos locais), as taxas de ligação ainda são baixas (apesar do crescimento comprovado em 2011). Este facto deve-se às caraterísticas de povoamento do concelho, predominantemente disperso nas freguesias rurais de Marateca e Poceirão.

Sublinha-se que estes dados não consideram os alojamentos para os quais existem infraestruturas disponíveis, mas que não estão ligados por opção dos proprietários.

Gráfico 88. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento por freguesia – 2001-2011

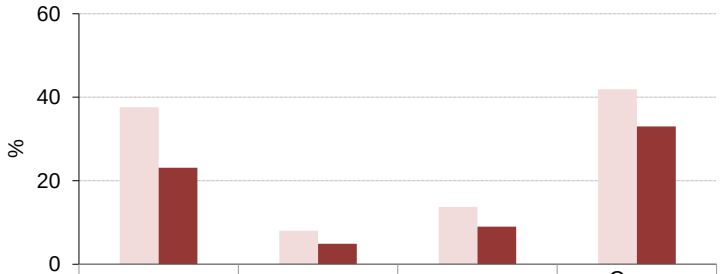


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Percentagem de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos

Proporção de alojamentos que não tem ligação à rede pública de águas residuais no total de alojamentos de residência habitual.

Gráfico 89. Alojamentos não coletados à rede pública de esgotos – 2001- 2011

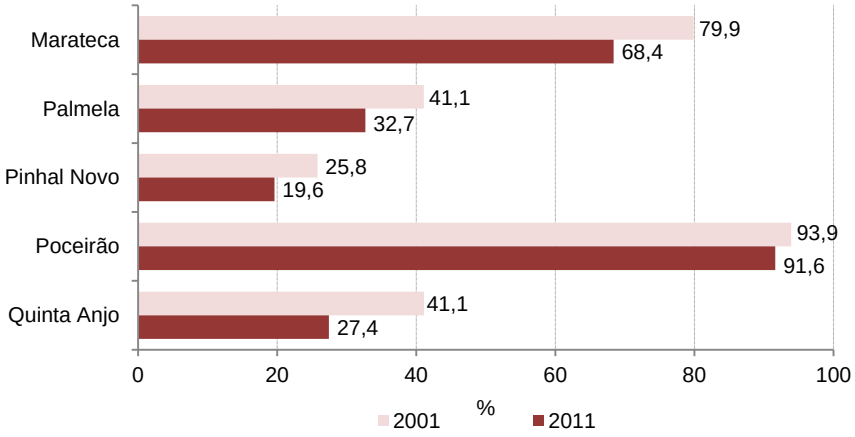


	Portugal	A. M. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
2001	37,6	8,0	13,7	41,9
2011	23,1	4,9	9,0	33,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entre 2001 e 2011, o indicador tem uma evolução positiva na totalidade das unidades geográficas, que se traduz numa redução da proporção de alojamentos sem ligação à rede pública de esgotos: no concelho o decréscimo foi de 9%, na Península de Setúbal, perto de 5%, na Região de Lisboa 3% e no país muito próximo dos 15%.

Gráfico 90. Alojamentos não coletados à rede pública de esgotos por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entre os dois momentos censitários, a percentagem de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos diminui transversalmente nas freguesias, no entanto, a diferentes ritmos: os decréscimos mais acentuados são os de Quinta do Anjo (menos 14%), Marateca (menos 11%) e Palmela (menos 8%). As freguesias de cariz mais rural, e com povoamento disperso, como Marateca e Poceirão, têm percentagens mais elevadas de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos (68,4% e 91,6%, respetivamente).

À semelhança do indicador relativo ao abastecimento, também neste caso não se consideram os alojamentos para os quais existem infraestruturas disponíveis, mas não estão ligados por opção dos seus proprietários.

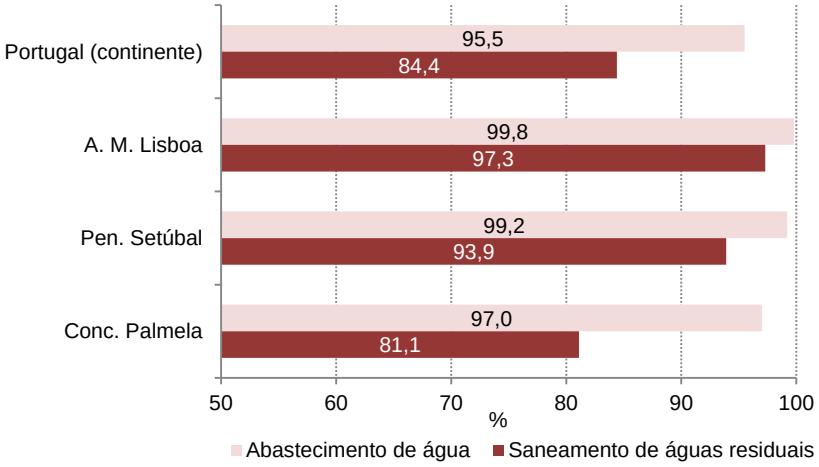
Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

Exprime, em percentagem, a proporção de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas dos serviços de abastecimento e saneamento se encontram disponíveis, no total de alojamentos existentes na mesma área.

O serviço disponível pode ser efetivo (com existência de ramal e contrato) ou não efetivo (quando não há mas existe possibilidade de ligação do alojamento à infraestrutura física da entidade gestora).

Esta avaliação é efetuada pela entidade reguladora, com base em informação fornecida pelas entidades gestoras.

Gráfico 91. Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais – 2018



Fonte: ERSAR

A acessibilidade física ao serviço de abastecimento de água está próxima dos 100% na totalidade das unidades territoriais: no concelho de Palmela situa-se nos 97%, acima do registado no país (95,7%) mas ligeiramente abaixo dos valores da Península de Setúbal (99,2%) e da Área Metropolitana de Lisboa (99,8%).

Por sua vez, a acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais tem percentagens mais baixas no concelho e no país (81,1% e 84,4%, respectivamente) enquanto a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa têm valores percentuais superiores (acima dos 90%).

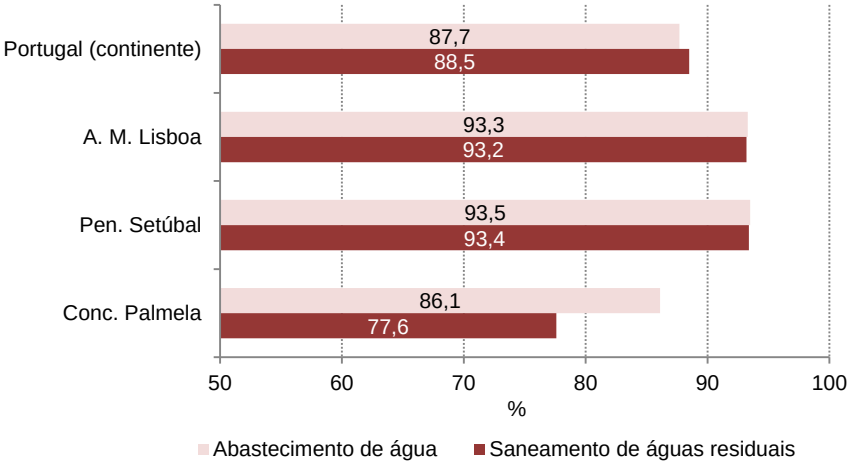
Também no caso destes indicadores, tanto a dispersão do povoamento, como a relevância que assumem as áreas urbanas de génese ilegal, podem contribuir para explicar os valores obtidos.

Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

Exprime em percentagem a proporção de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora com serviço disponível e efetivo (isto é, com existência de ramal e contrato ativo), no total de alojamentos com serviço disponível (efetivo ou não) existentes na mesma área.

O indicador é calculado pela entidade reguladora, a partir de informação disponibilizada pelas entidades gestoras.

Gráfico 92. Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais – 2018



Fonte: ERSAR

Em 2018, a adesão ao serviço de abastecimento de água no concelho de Palmela aumenta, situando-se em 86,1%, face aos 79,7% do ano anterior. Também a adesão ao serviço de saneamento de águas residuais regista uma subida, ainda que bastante ténue, passando de 76,3% em 2017 para 77,6% em 2018. Não obstante as melhorias verificadas no concelho, os níveis de adesão situam-se abaixo das restantes unidades territoriais, facto que poderá resultar do modelo de povoamento disperso, que caracteriza parte do território concelhio e, que em muitos casos, leva a que os particulares optem por sistemas de infraestruturas próprios.

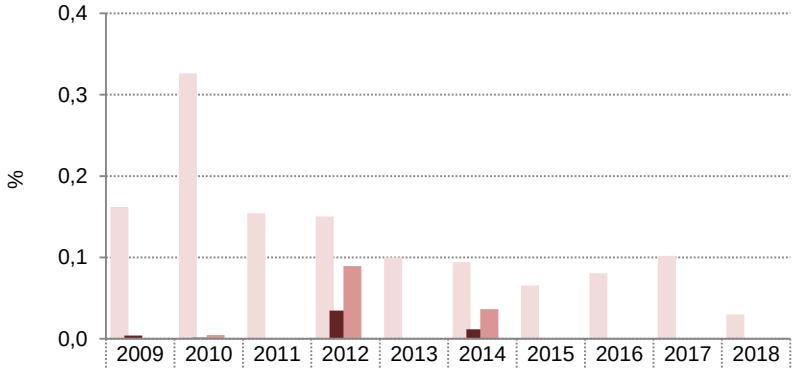
Qualidade da água para consumo humano

Verifica o cumprimento da legislação no que concerne à avaliação da qualidade da água para consumo humano. Esse cumprimento é medido por dois indicadores:

- Percentagem de análises em falta, que resulta do quociente entre o número de análises em falta e o total de análises regulamentares exigidas por lei;

- Percentagem de incumprimento aos valores paramétricos, que resulta do quociente entre o número de incumprimentos e o total de análises efetuadas com valor paramétrico.

Gráfico 93. Análises em falta – 2009-2018



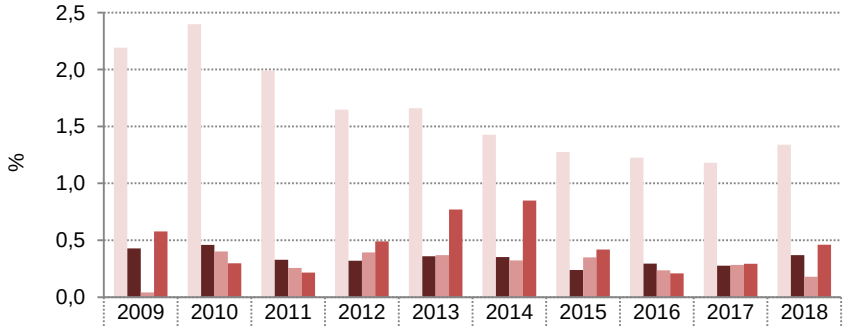
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	0,16	0,33	0,15	0,15	0,10	0,09	0,07	0,08	0,10	0,03
A. M. Lisboa	0	0	0	0,03	0	0,01	0	0	0	0
Pen. Setúbal	0	0	0	0,09	0	0,04	0	0	0	0
Conc. Palmela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: ERSAR

Em 2018, foram realizadas no país 99,7% das análises regulamentares (apenas 0,03% ficaram em falta). Nas restantes unidades territoriais (o concelho incluído), há quatro anos consecutivos que se realiza a totalidade das análises regulamentares.

Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, com exceção de Portugal, que tem percentagens de água controlada na ordem dos 98% desde 2011, nas restantes unidades territoriais a água está conforme os valores paramétricos em 99% dos casos, o que permite confirmar, de forma consistente, que a água consumida é segura e de boa qualidade.

Gráfico 94. Análises em incumprimento aos valores paramétricos – 2009-2018



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	2,19	2,40	1,99	1,65	1,66	1,43	1,28	1,23	1,18	1,34
A. M. Lisboa	0,43	0,46	0,33	0,32	0,36	0,35	0,24	0,30	0,28	0,37
Pen. Setúbal	0,04	0,40	0,26	0,39	0,37	0,32	0,35	0,24	0,28	0,18
Conc. Palmela	0,58	0,30	0,22	0,49	0,77	0,85	0,42	0,21	0,29	0,46

Fonte: ERSAR

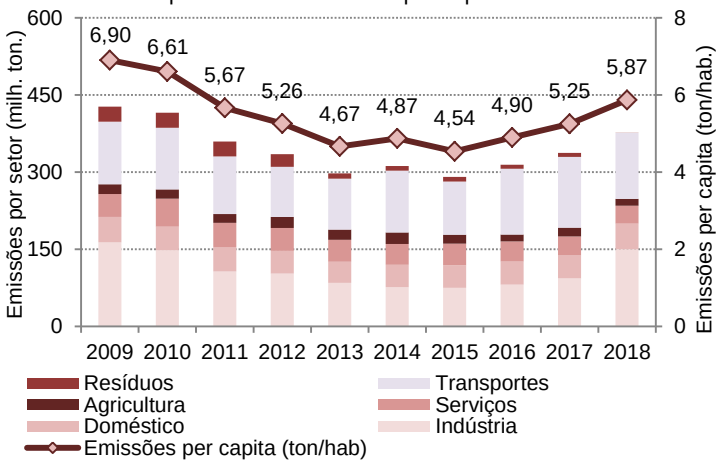
Emissões de gases com efeito de estufa[3] per capita

Razão entre as emissões de gases de efeito estufa (GEE) com origem no concelho e a população residente, expressa em toneladas por habitante (ton/hab).

As emissões de GEE são estimadas a partir da matriz energética do concelho, ou seja, o consumo de energia por setor de atividade económica, com base em informação disponibilizada pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia).

O indicador foi calculado pela ENA no âmbito do PAESP (Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela), que visava reduzir as emissões de CO_2 em 20% até 2020, compromisso assumido pelo município ao subscrever o Pacto dos Autarcas em 2009. Por constituir um cálculo realizado expressamente para o município, não estão disponíveis análises comparativas com outras unidades territoriais

Gráfico 95. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela por setor de atividade e per capita – 2009-2018



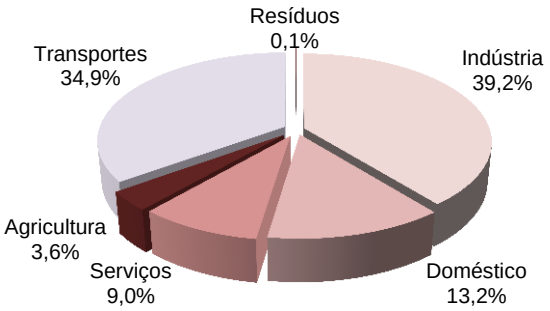
Fonte: ENA e INE, Estimativas Anuais da População Residente

Quadro 47. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela por setor de atividade (milhares de ton.) – 2009-2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Indústria	163,4	148,2	106,7	102,6	84,7	76,3	75,0	81,2	93,3	147,6
Doméstico	49,5	45,9	46,7	44,3	41,0	43,4	43,9	45,0	45,6	49,9
Serviços	44,6	54,3	48,2	44,6	42,7	40,7	42,0	39,2	36,0	34,1
Agricultura	19,0	18,1	17,1	21,6	19,9	22,1	17,6	13,3	17,3	13,4
Transportes	121,9	119,8	112,0	97,1	99,0	120,3	103,5	128,0	137,4	131,4
Resíduos	29,2	29,4	28,8	24,8	10,2	9,1	9,1	7,8	7,7	0,5
Total	427,4	415,7	359,4	335,0	297,5	312,0	290,7	314,5	337,3	376,8

Fonte: ENA. Nota: A partir de 2016 inclusive, os dados são provisórios.

Gráfico 96. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela por setor de atividade – 2018



Em 2018, a produção de emissões GEE aumenta (mais 11,7% face a 2017) aumentando igualmente a capitação de emissões, que passa de 5,25 para 5,87 ton/hab.

A indústria e os transportes são os setores que mais produzem emissões (em conjunto representam 73,8% do total). Acrescenta-se que, em 2018, existe um aumento substancial no sector industrial resultante de um consumo de gasolina 95 bastante superior ao dos últimos anos e também ocorre uma redução drástica de emissões no setor dos Resíduos, justificada por alterações metodológicas que passaram a não contabilizar as emissões resultantes da degradação dos resíduos em aterro.

[3] O Protocolo de Quioto, assinado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, abrange os seguintes Gases com Efeito de Estufa (GEE): dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorocarbonetos (HFCs), perfluorocarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF_6). No âmbito do indicador, são apenas contabilizadas as emissões de CO_2, CH_4 e N_2O, que se estima serem responsáveis por, respetivamente, 50%, 18% e 6% das emissões globais de GEE libertadas em resultado de atividades humanas. São excluídas as empresas abrangidas pelo CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), onde se inclui a Autoeuropa.
O consumo energético é medido em tep (tonelada equivalente ao petróleo; 1 tep = 11,63 MW.h), e as emissões em milhares de toneladas). Por convenção, as emissões de CH4 e N2O são convertidas em CO2 equivalentes (CO2 eq). Uma vez que se trata de uma capitação, o indicador é expresso em número de toneladas de CO2 eq emitidas por habitante.

Fonte: ENA

Resíduos

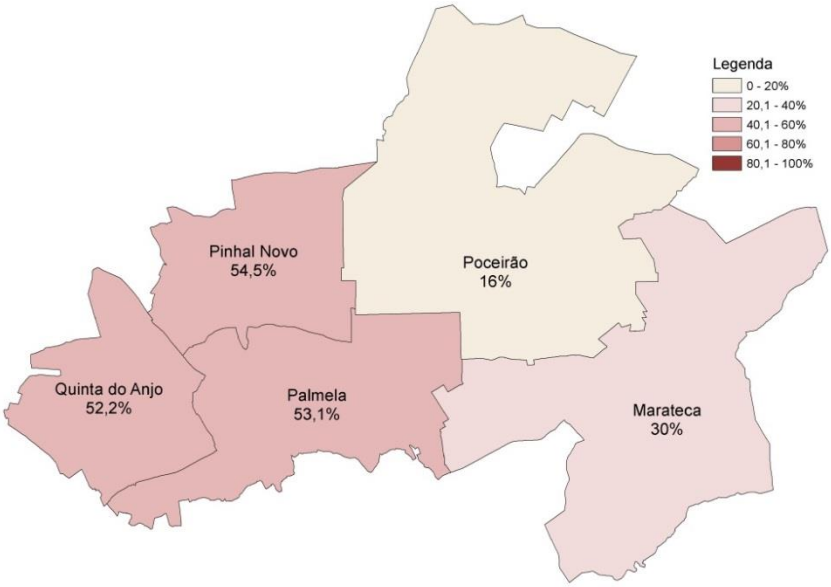
Percentagem de edifícios com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos

O indicador permite aferir a percentagem de edifícios no concelho abrangidos pela recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (RSU) relativamente ao total de edifícios existentes.

Considera-se recolha seletiva a efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separados por tipo e natureza, com vista a facilitar o tratamento específico, neste caso das frações de papel/ cartão, embalagens e vidro.

O cálculo do indicador é feito com base nos edifícios das subsecções da Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) de 2011, do INE e a georreferenciação dos contentores seletivos em 2018. Estabeleceu-se para cada contentor seletivo um raio de influência de 200 metros, medida referenciada e utilizada pela ERSAR.

Mapa 3. Edifícios com recolha seletiva de RSU por freguesia – 2018



Fonte: CMP/ DSU e DOSI

Quadro 48. Edifícios com recolha seletiva de RSU por perímetro urbano – 2018

Perímetro urbano	%
Abreu Grande/ Carregueira	35,8
Agualva de Cima	50,6
Águas de Moura	74,5
Aires	78,0
Asseiceira	73,3
Barra Cheia	79,3
Brejos do Assa	54,9
Cabanas	61,7
Fernando Pó	81,4
Fonte da Barreira	65,7
Fonte da Vaca	0,0
Lagoa da Palha/Vale da Vila	28,2
Lagoa do Calvo	58,8
Olhos de Água/ Lagoinha/ Vale de Touros	37,0
Palmela	78,9
Pinhal Novo	88,9
Poceirão	86,3
Quinta do Anjo	83,4
Venda do Alcaide	57,4

Fonte: CMP/ DSU e DOSI

Os valores do indicador mantêm-se, relativamente a 2017, já que não houve alteração no número e na localização dos contentores seletivos. Assim, a percentagem de edifícios abrangidos pela recolha seletiva no concelho, mantém-se nos 47,6%.

Persiste igualmente uma diferenciação nas freguesias, da qual resultam dois níveis de abrangência na recolha: Marateca e Poceirão têm défices maiores, devido às suas características rurais e de povoamento predominantemente disperso (têm 30% e 16% de edifícios abrangidos, respetivamente); e com percentagens mais significativas, as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, que por serem mais populosas e densificadas, têm níveis de recolha seletiva acima dos 50%.

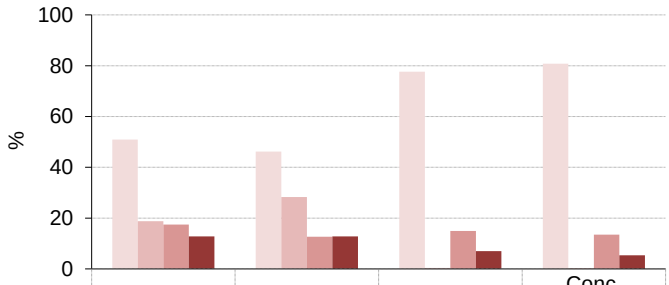
No caso dos perímetros urbanos, na maioria dos casos, e pelas suas características, a abrangência da recolha assume valores mais elevados: Pinhal Novo, Poceirão Quinta do Anjo e Fernando Pó têm valores superiores a 80%, enquanto Fonte da Vaca e Lagoa da Palha/Vale da Vila têm os mais baixos (menos de 30%).

Quantidade de resíduos segundo o destino final

O indicador acompanha a evolução da quantidade de resíduos recolhidos, segundo o destino que lhes é dado, expresso em percentagem e toneladas.

Considera-se destino final, a última fase da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo.

Gráfico 97. Resíduos segundo o destino final – 2018



	Portugal	AML	Pen.Setúbal	Conc. Palmela
Aterro	50,9	46,2	77,6	80,8
Val. energética	18,8	28,3	0,4	0,3
Val. orgânica	17,5	12,7	15,0	13,5
Val. multimaterial	12,8	12,8	7,0	5,4

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Valorização orgânica (ou compostagem) é a transformação da matéria orgânica num produto final suficientemente estabilizado que pode ser aplicado no solo com múltiplas vantagens sobre os fertilizantes químicos de síntese, a que se dá o nome de composto.
Valorização energética (ou incineração) traduz-se na valorização da fração de resíduos que não possam ser aproveitados através dos processos de reciclagem multimaterial e compostagem, através de um processo térmico controlado (valorização energética) com produção de energia elétrica.
Valorização multimaterial constitui a reciclagem dos materiais constituintes dos resíduos (vidro, papel, plásticos, metais), tendo em vista a sua reentrada no circuito produtivo.
Aterro: deposição final dos resíduos em aterro sanitário devidamente controlado, sendo constituído pelos materiais que não podem ser valorizados. (Fonte: APA)

Quadro 49. Quantidade de resíduos recolhidos no concelho por destino final – 2009-2018

Ano	Eliminação	Valorização			Total
	Aterro	Energética	Orgânica	Multimaterial	
	ton.	ton	ton.	ton.	ton.
2009	31.412	0	4.534	2.303	38.249
2010	34.907	0	3.295	2.845	41.047
2011	35.102	0	486	1.954	37.542
2012	31.661	0	70	4.161	35.892
2013	28.403	0	762	5.774	34.939
2014	27.196	0	4.598	5.079	36.873
2015	27.574	1.334	4.491	2.770	36.170
2016	32.571	0	5.107	2.288	39.967
2017	32.666	0	5.405	2.003	40.074
2018	34.140	141	5.701	2.273	42.254

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais
Nota: Entre 2011 e 2013, a central de compostagem de Setúbal esteve encerrada para obras, razão pela qual se verifica uma diminuição da quantidade de resíduos encaminhados para valorização orgânica.

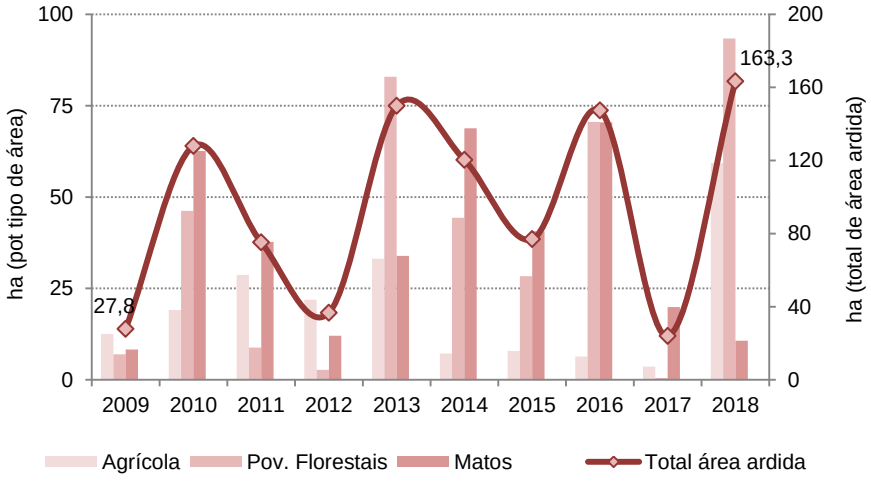
A deposição em aterro, em 2018, continua a constituir o principal destino dos resíduos recolhidos nas várias unidades territoriais, contudo, assume maior expressão no concelho e na Península de Setúbal (com 80% e 77% relativamente ao total). Não obstante esta prevalência, a valorização orgânica tem crescido no concelho, e a reciclagem, que vinha numa linha descendente desde 2015, cresce 13,5% relativamente a 2017.

No que se refere à produção de resíduos no concelho, 2018 regista o valor mais elevado da década, 42.254 ton (mais 5,4% que no ano anterior), resultando numa capitação de 658 Kg/ano.

Percentagem de área afetada por fogos por tipo de área

O indicador contabiliza a área afetada por fogos por tipo área: agrícola, industrial e florestal (povoamentos florestais e matos), expressa em hectares (ha).

Gráfico 98. Área do concelho de Palmela afetada por fogos por tipo de área – 2009-2018



Fonte: ICNF

Quadro 50. Área ardida por tipo e freguesia (ha) - 2018

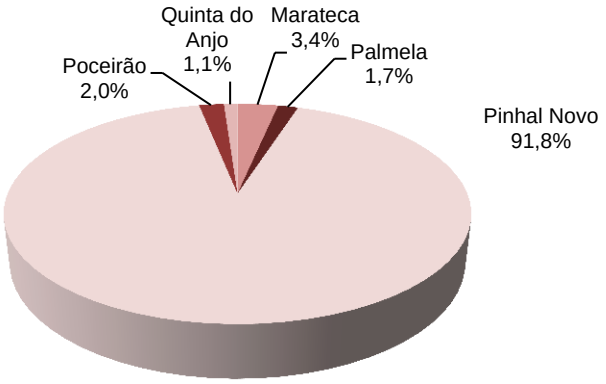
	Agrícola	Povoamentos florestais	Matos	Total
Marateca	2,9	-	2,5	5,5
Palmela	0,04	-	2,7	2,7
Pinhal Novo	53,3	92,3	4,3	150,0
Poceirão	3,0	0,1	0,2	3,3
Quinta do Anjo	-	0,9	0,9	1,8
Concelho Palmela	59,3	93,4	10,7	163,3

Fonte: ICNF

O ano de 2018 foi para o concelho e, especialmente para a freguesia de Pinhal Novo, um ano singular: do total de área ardida no concelho (163ha), 150ha foram na freguesia de Pinhal Novo.

A tipologia de área mais atingida foi a de povoamentos florestais (93ha) seguida da área agrícola (59ha).

Gráfico 99. Área afetada por fogos, por freguesia – 2018



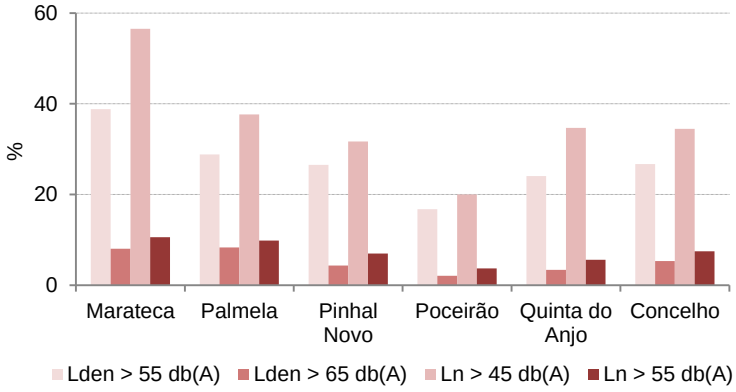
Fonte: ICNF

Percentagem de população residente em áreas ruidosas

Peso da população que reside em locais classificados como ruidosos, no conjunto da população residente.

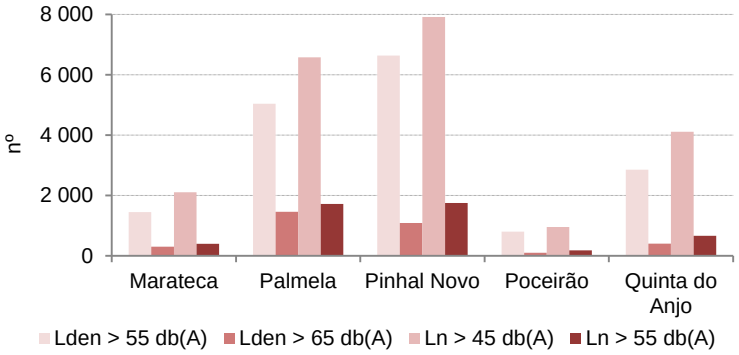
O Mapa de Ruído do concelho foi elaborado no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Palmela, ao abrigo do novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, em vigor desde 1 de fevereiro de 2007.

Gráfico 100. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011



Fonte: INE, Censos 2011, CMP/ GPE e GOSI

Gráfico 101. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011



Fonte: INE, Censos 2011, CMP/ GPE e GOSI

São utilizados dois indicadores para qualificar o desconforto associado à exposição ao ruído: o Ln, traduz o ruído médio durante o período noturno (das 23h as 7h), e o Lden, indicador do nível de ruído global ao longo do período dia/ entardecer/ noite, e que representa uma média ponderada das 24 horas do dia. Ambos são expressos em dB(A) (decibéis com ponderação A).

Quadro 51. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011

	Lden > 55 db(A)		Lden > 65 db(A)		Ln > 45 db(A)		Ln > 55 db(A)	
	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)
Marateca	1.714	46,0	495	13,3	2.328	62,5	571	15,3
Palmela	6.114	35,0	2.360	13,5	7.729	44,2	2.552	14,6
Pinhal Novo	7.871	31,5	3.280	13,1	9.193	36,8	3.818	15,3
Poceirão	935	19,7	294	6,2	1137	23,9	368	7,7
Quinta Anjo	3.614	30,5	978	8,2	4.972	41,9	1.168	9,8
Concelho Palmela	20.248	32,2	7.407	11,8	25.359	40,4	8.477	13,5

Fonte: INE, Censos 2011, CMP/ GPE e GOSI

Os valores apresentados, que resultam da sobreposição dos Mapas de Ruído à BGE (Base Geográfica de Edifícios) dos Censos de 2011, evidenciam uma maior exposição ao ruído em termos absolutos na freguesia de Pinhal Novo (mais população exposta), e em termos relativos na freguesia de Marateca (maior percentagem de população exposta, sobretudo ao longo de eixos rodoviários, que constitui a principal fonte de ruído).

Está atualmente em curso o processo de Revisão do PDM de Palmela, que estabelece a classificação acústica no concelho através da delimitação de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas (nas áreas urbanas) ou sua equiparação (fora das áreas urbanas). Os novos licenciamentos de edifícios e operações urbanísticas devem estar em conformidade com o disposto no Regulamento Geral do Ruído e com a respetiva cartografia produzida pelo Município, adotando as necessárias medidas de minimização de ruído caso se pretendam implantar edifícios em áreas cujo ruído ambiente existente seja superior ao legalmente admissível. O Mapa de Conflitos permitirá ainda identificar as zonas críticas atualmente existentes, para as quais devem ser propostas medidas de correção por parte das entidades responsáveis pela infraestrutura ou fonte de ruído em causa, integrando-se num Plano Municipal de Redução de Ruído a elaborar.

SÍNTESE

Indicador	Unidade	2017	2018	Variação
Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água	%	97,0	97,0	⇨
Acessibilidade física aos serviços de saneamento de águas residuais	%	81,1	81,1	⇨
Adesão aos serviços de abastecimento de água	%	79,7	86,1	⇧
Adesão aos serviços de saneamento de águas residuais	%	76,3	77,6	⇨
Qualidade da água para consumo humano - análises em falta	%	0	0	⇨
Qualidade da água para consumo humano - análises em incumprimento	%	0,29	0,46	⇧
Emissões de gases com efeito de estufa	ton./ hab.	5,25	5,87	⇧
Edifícios com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	%	47,6	47,6	⇨
Quantidade de resíduos	ton.	40.074	42.254	⇧
Área afetada por fogos	ha	24,0	163,3	⇧
		2001	2011	
Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água	%	79,6	83,9	⇧
Alojamentos não coletados à rede pública de esgotos	%	41,9	33,0	⇩
População residente em áreas ruidosas - Ln > 65db (A)	%	-	11,8	-

Símbolo	Legenda
⇧	Variação positiva igual ou superior a 10%
⇧	Variação positiva entre 2% e 10%
⇨	Variação entre -2% e 2%
⇩	Variação negativa entre -2% e -10%
⇩	Variação negativa igual ou inferior a -10%